

RELATÓRIO ANUAL 2010



Crescimento. Superação. Transformação. Princípios nos quais o Economus baseia-se para **ultrapassar** obstáculos, **evoluir**, **consolidar** a credibilidade e **atender**, cada dia mais, as **expectativas** dos participantes dos planos de previdência e saúde.



EXPEDIENTE

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Sérgio Iunes Brito

Suplente: Lucia Helena Cruz Moya Cuevas

Membros efetivos: Itamar de Souza Menezes (eleito), Antonio Amos Mastrangi (reeleito), Levi Gomes de Oliveira (eleito), Carlos Alberto Costa Fraga, José Caetano de Andrade Minchillo

Suplentes: Pedro Amauri Rinaldi (eleito), Adriana Pizarro Carnelós Vicente (eleito), Antonio Sérgio Riede, Sergio Antonio Fossalussa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Francisco Vianna de Oliveira Junior (eleito)

Suplente: Gilberto Antunes de Barros (eleito)

Membros efetivos: José Carlos de Oliveira (eleito), José Roberto Mendes do Amaral, Carlos Alberto Araújo Netto

Suplentes: Antonio Sabóia Barros Junior (eleito), Marcelo Gonçalves Farinha, Antonio César Ávila Bittencourt

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente: Carlos Célio de Andrade Santos

Diretor Financeiro: Paulo Leite Julião

Diretor de Segurança: Carlos Frederico Tadeu Gomes

Diretor Administrativo: Octávio Mauro Muniz Freire Alves



Central de Relacionamento: (11) 3464.7700

E-mail: atendimento@economus.com.br

Site: www.economus.com.br

Jornalista Responsável: Rosana Rossi MTb 11.853

Diagramação e projeto editorial: Atalho Comunicação

APRESENTAÇÃO

O Economus – Instituto de Seguridade Social foi constituído em setembro de 1977 pela então patrocinadora Caixa Econômica do Estado de São Paulo, depois Banco Nossa Caixa S.A. e atualmente Banco do Brasil, tendo como principal objetivo oferecer renda suplementar aos benefícios previstos no INSS e administrar planos de saúde exclusivos aos funcionários e dependentes.

Ocupando o 23º. lugar no ranking de investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), que reúne cerca de 300 entidades fechadas de previdência complementar no Brasil, o Economus tem aproximadamente 20 mil participantes no plano de previdência, considerando ativos e aposentados, e 55 mil inscritos na assistência médica, além de mais de 5 mil recursos credenciados no estado de São Paulo, entre médicos, laboratórios, clínicas e hospitais.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva submete à sua apreciação a versão sintética do Relatório da Administração e suas demonstrações contábeis individuais, acompanhadas de pareceres dos auditores independentes, do atuário e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Para evitar despesas com papel e impressão, a íntegra deste relatório está no site www.economus.com.br.

Boa Leitura!

EDITORIAL

O ano de 2010 representou uma nova era para o Economus. Graças a uma série de ações colocadas em prática (veja na página seguinte), as dúvidas geradas pelo novo patrocinador quanto ao futuro do Economus transformaram-se rapidamente em confiança.

A Diretoria Executiva indicada pelo Banco do Brasil, que assumiu no mês de março, imprimiu uma filosofia de trabalho com mais participação, autonomia e motivação, estimulando o desenvolvimento individual, a criatividade e a transformação de todas as rotinas. Os funcionários tiveram oportunidade de reciclar conhecimentos, participando de cursos e palestras. A própria diretoria promoveu três encontros com todo o quadro de pessoal, próprio e terceirizado, para alinhar condutas e objetivos. Processos e sistemas passaram por reavaliações para melhor atender os objetivos propostos: agilidade e qualidade em cada serviço oferecido aos participantes dos planos de saúde e previdência. Muitas dessas mudanças poderão ser percebidas ao longo deste ano de 2011.

Os números também estiveram favoráveis. Fechado o balanço de 2010, o Economus constatou rentabilidade acima da Taxa Mínima Atuarial (TMA), que é a meta a ser conquistada nas aplicações financeiras, de INPC mais 6% ao ano. O resultado acumulado dos investimentos foi de 15,85%, ante 12,85% da TMA, ou seja, um retorno equivalente a 123% da meta.

O ano foi caracterizado por pressão sobre os preços e aumento das expectativas de inflação, o que levou a TMA a uma variação de 12,85%, ficando bem acima do CDI, que no ano apresentou variação de 9,75%. O desempenho da carteira de títulos públicos, que representam aproximadamente 50% do nosso patrimônio total, foi excelente, atingindo 21,07%. No segmento de renda variável o retorno foi de 10,07%, superando o Ibovespa (fechamento) do período, que foi de 1,04%.

Em maio de 2010 foi possível escolher, por meio do voto eletrônico, um candidato para o Conselho Deliberativo e um para o Conselho Fiscal. Essa medida favorece a conscientização sobre cada deliberação dos órgãos diretivos, aproximando cada vez mais o Economus dos participantes.

No segundo semestre, seis gerentes e dois diretores receberam a Certificação de Dirigentes pela Fipecafi - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. A certificação é uma orientação do sistema Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) para o desenvolvimento das competências necessárias para a direção de um fundo de pensão. Outros oito profissionais já se preparam para obter a certificação em 2011. Além de curso específico, é necessário participar de simulados e provas para testar conhecimentos sobre previdência, legislação, atuária e contabilidade.

Embora ainda haja muitas conquistas pela frente, as sementes para um novo Economus foram lançadas e bem adubadas. Agora é só esperar a boa colheita! Agradecemos a diretoria do Banco do Brasil, aos participantes dos planos de previdência e saúde e aos funcionários do Economus, pelo apoio e confiança.

Diretoria Executiva

ALGUMAS AÇÕES QUE TIVERAM INÍCIO EM 2010

Renovação do parque tecnológico

Mudanças no Departamento de Tecnologia de Informação direcionadas à expansão dos servidores, revisão e redimensionamento dos equipamentos, com o objetivo de agilizar rotinas e propiciar melhor atendimento.

Criação do Espaço do Saber

Criado espaço exclusivo para capacitação profissional dos empregados do Economus. Já foram realizados treinamentos em Matemática Financeira, Excel, Redação, Gestão de Projetos e outros.

Projeto de capacitação para operadores de atendimento

Definido espaço específico para capacitação dos funcionários da Central de Relacionamento planejamento para palestras e cursos, iniciados em 2011.

Atualização do Plano de Contingência

Verificação de todas as opções possíveis para manutenção dos serviços e do atendimento aos participantes, em eventuais casos de queda de energia, telefonia, etc...

Revisão da política de guarda e dispensa de documentos

Revisão de uma série de documentos, de acordo com temporalidade, e envio para arquivo externo para armazenagem.

Reestruturação de Departamentos e realocação de recursos

Revisão de processos, com a consequente integração de alguns departamentos.

GESTÃO FINANCEIRA

Srs. Participantes, Assistidos e Auto-patrocinados,

O Relatório Anual de Gestão de Recursos dos Planos administrados pelo Economus tem por objetivo divulgar informações sobre os investimentos visando, com isto, atender às disposições contidas na Resolução nº 23, de 06/12/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que discorre sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) na divulgação de informações aos participantes.

Essas informações circulam sobre os elementos contidos nas políticas de investimentos, nas quais são traçados os objetivos e critérios adotados para cada Plano administrado, assim como provê uma descrição detalhada dos recursos constantes dos Demonstrativos de Investimentos, sendo esse um instrumento amplamente utilizado pela Superintendência Nacional de Previdência Privada (PREVIC) para aferição das medidas adotadas pelas EFPCs e seus desdobramentos no que tange à evolução e composição dos patrimônios.

Neste sentido, como forma de subsidiar a interpretação das informações, realizamos uma abordagem sobre o desempenho obtido em cada Plano, a aderência da gestão dos recursos às premissas estabelecidas na Política de Investimentos, bem como a evolução e o enquadramento dos recursos. O relatório contempla, ainda, entre outras informações, os custos incorridos com a administração de recursos e a DNP – Divergência Não Planejada que é um instrumento de medida de risco.

Salientamos que na administração dos recursos são adotados procedimentos de controle operacionais que visam à valorização da transparência e otimização do desempenho. Para tanto são observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com intuito de proporcionar melhores resultados e preservação do patrimônio.

Outros detalhes sobre as carteiras de investimentos dos Planos, assim como as informações descritas neste relatório, poderão ser obtidos na política de Investimentos na página eletrônica do Economus, no site www.economus.com.br.

1. Distribuição dos Investimentos em dezembro/2010

Modalidades de Investimentos	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	77,13%	3.094.121.351,30
Segmento de Renda Variável	14,44%	579.238.386,78
Segmento de Invest. Estruturados*	1,78%	71.418.336,63
Segmento de Imóveis	0,45%	18.071.321,49
Segmento de Empréstimos	1,78%	71.551.840,13
Outros Recursos	4,42%	177.345.583,43
Total	100,00%	4.011.746.819,79

Ao longo de 2010, a posição patrimonial consolidada apresentou uma evolução nominal de 12,34% quando comparado com o patrimônio do mês de dezembro do exercício anterior que, na oportunidade, registrava o montante de R\$. 3.571.120.479,54.

2. Sumário Executivo das Políticas de Investimentos

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, apresentamos o Resumo das Políticas de Investimentos, cuja premissa central é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação

dos recursos vinculadas aos Planos de Benefícios, Assistencial e Administrativo, com vistas a promover o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos, assim como com as demais obrigações.

Os Planos abaixo elencados estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), Plano de Gestão Administrativa (PGA) e o Fundo FEAS, todos registrados junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) com os respectivos benchmarks, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos para aferir o desempenho dos investimentos.

Código	Planos de Benefícios / Programas	Patrimônio em R\$	TMA / Indicador de Referência
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Plano C	3.037.292.570,92	INPC + 6% AA
	Contribuição Variável - PrevMais Perfil Conservador	259.473.114,28	100% do CDI
	Contribuição Variável - PrevMais Perfil Moderado	12.293.240,24	85% do CDI + 15% do Ibovespa
CNPB 2006003429	Contribuição Variável - PrevMais Perfil Agressivo	17.107.571,60	70% do CDI + 30 do Ibovespa
	Contribuição Variável - PrevMais Perfil Super Agressivo	11.762.600,67	55% do CDI + 45% do Ibovespa
	Contribuição Variável - PrevMais - Risco	153.958.589,04	100% do CDI
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar nº1 - Plano B	21.093.389,63	INPC + 6% AA
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar nº2 - Plano A	17.926.257,90	INPC + 6% AA
FEAS 9970000000	Programa Assistencial - FEAS	446.488.995,32	INPC + 6% AA
PGA 4003120019	Programas Administrativos	34.350.490,16	100% do CDI
Total em 31/12/2010		4.011.746.819,76	

OBS.: CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios
OBS.: PGA - Plano de Gestão Administrativa
OBS.: TMA - Taxa Mínima Atuarial

3. Vigência das Políticas de Investimentos

Nesses documentos, o Economus detalha os principais pontos da estratégia de investimento que irão vigorar no período de 2011 até 2015, que poderão ser submetidos a revisões anuais ou em períodos inferiores a este, sempre que necessário, com o intuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos por conta da conjuntura econômica vigente, modificações promovidas no passivo ou alteração legal.

4. Objetivos da Gestão

De forma resumida, a definição dos objetivos da gestão para os Planos está revestida em uma estratégia de ação de longo prazo, baseada na elaboração de critérios objetivos para avaliação, acompanhamento e gerenciamento dos recursos, dos gestores contratados e das medidas empregadas no processo de investimentos (aplicações) e de desinvestimentos (resgates).

Dentro desse contexto, a técnica adotada para definir os objetivos da gestão do Plano deve estar alinhada com as seguintes premissas básicas:

I - Proporcionar a manutenção do equilíbrio passivo do Plano por meio de aquisição de títulos e valores mobiliários, observando as margens de alocações atribuídas nesta política de investimentos;

II - Buscar instrumentos financeiros que contribuam para al-

cançar a expectativa de rentabilidade traçada para cada perfil de investimento vinculado ao Plano;

III - Atingir, dentro de princípios que valorizem a prudência e a segurança, a micro e macro alocações previamente definidas, assim como alcançar o retorno esperado traçado para o Plano;

IV - Buscar instrumentos financeiros que contribuam para a preservação patrimonial e que proporcionem a perenidade dos Planos de benefícios, administrativos e assistencial;

V - Construir hipóteses de cenários macroeconômicos alinhados com as perspectivas vigentes no mercado;

VI - Gerenciar as carteiras de investimentos de forma que minimizem a probabilidade de ocorrência de falta de liquidez para atendimento dos compromissos de curto e médio prazos;

VII - Adotar procedimentos que se mostrem eficientes no tocante ao controle de risco de mercado, de crédito, sistêmico e de precificação de ativos.

5. Critérios de Macro/Micro Alocação e as Margens de Alocação dos Recursos

Destacamos que a macro alocação "objetivo" definida para os ativos corresponde à distribuição pretendida dos recursos entre os segmentos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, empréstimos e imóveis) e a micro alocação está vinculada às aplicações dentro dos segmentos que

são denominadas de “carteiras”, que possuem a função de otimizar a combinação de títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação. As margens de alocação se referem à atribuição de limites inferiores e superiores às carteiras, oferecendo, com isto, flexibilidade à administração, no sen-

tido de aproveitar as oportunidades ou diminuir as posições conforme as condições oferecidas pelo mercado.

Nesse contexto, apresentamos nas tabelas abaixo a distribuição percentual dos recursos dos Planos traçados para o exercício de 2011.

I. Regulamento Geral – Plano C

PLANO C				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	75%	Baixo Risco de Crédito	75%	57%	98%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	17%	Ações em Mercado	17%	0%	20%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Estruturados	5%	Participações	3%	1%	4%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	1%	
		Imobiliários	1%	0%	2%	
		Multimercados	2%	0%	5%	
Exterior	0%	Títulos do Exterior	0%	0%	0%	10%
Imóveis	1%	Aluguéis e Renda	1%	1%	3%	8%
Empréstimos	2%	Empréstimos	2%	1%	4%	15%

II. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Conservado

PLANO A				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Macro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	70%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	0%	Ações em Mercado	0%	0%	25%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	

III. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Moderado

PREVMAIS PERFIL MODERADO				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	84%	Baixo Risco de Crédito	85%	76%	88%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	15%	Ações em Mercado	15%	13%	18%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	
Empréstimos	1%	Empréstimos	0%	0%	2%	15%

IV. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Agressivo

PREVMAIS PERFIL AGRESSIVO			MARGENS DE ALOCAÇÃO			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Macro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	69%	Baixo Risco de Crédito	69%	62%	73%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	30%	Ações em Mercado	30%	28%	33%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	
Empréstimos	1%	Empréstimos	1%	0%	1%	15%

V. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Super Agressivo

PREVMAIS PERFIL SUPER AGRESSIVO			MARGENS DE ALOCAÇÃO			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	54%	Baixo Risco de Crédito	54%	47%	58%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	45%	Ações em Mercado	45%	43%	48%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	
Empréstimos	1%	Empréstimos	1%	0%	1%	15%

VI. Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

PLANO B			MARGENS DE ALOCAÇÃO			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	70%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	0%	Ações em Mercado Operações Derivativos	0% 0%	0% 0%	25% 0%	70%

VII. Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

PLANO A			MARGENS DE ALOCAÇÃO			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Macro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	70%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	0%	Ações em Mercado Operações Derivativos	0% 0%	0% 0%	25% 0%	70%

VIII. FEAS – Fundo Economus de Assistência Social

FEAS			MARGENS DE ALOCAÇÃO			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Macro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	82%	Baixo Risco de Crédito	82%	66%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos (Hedge)	0%	0%	100%	
Renda Variável	11%	Ações em Mercado	11%	0%	15%	70%
		Operações Derivativos (Hedge)	0%	0%	100%	
Estruturados	6%	Participações	6%	0%	8%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	0%	
		Imobiliários	0%	0%	2%	
		Multimercados	0%	0%	4%	
Exterior	0%	Titulos do Exterior	0%	0%	0%	10%
Imóveis	0%	Aluguéis e Renda	0%	0%	0%	8%
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	0%	15%

IX. Programas Administrativos

PREVIDENCIAL / ASSISTENCIAL			MARGENS DE ALOCAÇÃO			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	85%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	0%	Ações em Mercado	0%	0%	10%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	
Estruturados	0%	Participações	0%	0%	0%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	0%	
		Imobiliários	0%	0%	0%	
		Multimercados	0%	0%	5%	
Exterior	0%	Titulos do Exterior	0%	0%	0%	10%
Imóveis	0%	Aluguéis e Renda	0%	0%	0%	8%
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	0%	15%

6. Critérios de Contratação de Gestores de Recursos

O Economus adota, entre outros critérios, os seguintes procedimentos para avaliar periodicamente o desempenho e a consistência de resultados, com a finalidade de contratar gestores de recursos no mercado.

CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO	
Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Empresas e dos Controladores Práticas de Marcação a Mercado Estrutura de Suporte e de Controle	Rentabilidade Histórica Auferida Riscos Incorridos Custos Total de Recursos Administrados

7. Definição do Cenário Macroeconômico

Para a elaboração dos cenários de curto (2011), médio (2012 a 2014) e longo prazo (2015 em diante), o Economus buscou obter consenso entre os diversos agentes de mercado, onde a técnica consiste em formular algumas questões e encaminhá-las a diversas instituições financeiras e consultores especializados na prospecção de indicadores macroeconômicos.

Em análise dos conjunturais, o Comitê Financeiro identifica as premissas internas em conformidade com os objetivos e compromissos do Plano para o período, elabora um cenário econômico interno e submete-o a apreciação e deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo. O resultado desse critério se traduz nas premissas abaixo, que servirão para definição da macro-alocação dos Planos administrados pela Entidade.

RETORNO REAL ESPERADO (% AO ANO)

Segmentos	2011	2012 - 2014	2015
Renda Fixa - Gestão Ativa	5,91%	5,83%	4,85%
Renda Fixa - Gestão Passiva	9,00%	8,90%	8,80%
Renda Variável	11,43%	8,14%	10,36%
Empréstimos à Participantes - BD	8,01%	8,01%	8,01%
Empréstimos à Participantes - PrevMais	5,21%	5,21%	5,21%
Imóveis	6,50%	6,50%	6,50%

CENÁRIO MACRO-ECONÔMICO - NOMINAL (% AO ANO)

Indicadores	2011	2012 - 2014	2015
Taxa Selic (Média)	11,25%	10,17%	9,25%
Taxa CDI (Média)	11,14%	10,07%	9,20%
PIB	4,25%	4,20%	4,30%
Bolsa de Valores	17,05%	12,57%	14,99%
IGP-M	4,69%	4,03%	4,40%
INPC	5,04%	4,10%	4,20%
IPCA	4,94%	4,00%	4,10%

8. Resumo do Demonstrativo dos Investimentos

Nas tabelas comparativas das alocações temos a distribuição dos investimentos, bem como a sua composição por segmentos e carteiras distribuídas ao final de 2009 e 2010.

a. Comparativo de Alocações – Posição Consolidada

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	78,238%	2.793.960.749,23	77,127%	3.094.121.351,30
Títulos Públicos - Governo Federal	48,753%	1.741.021.375,89	48,442%	1.943.356.531,61
Fundos de Investimento - Tradicionais	11,499%	410.639.178,76	14,188%	569.184.220,91
Títulos Privados - Selic / CDI	9,499%	339.235.620,92	6,361%	255.172.295,25
Títulos Privados - Inflação	3,766%	134.474.908,29	3,274%	131.359.388,09
Títulos Privados - DPGEs	2,440%	87.124.202,71	2,426%	97.316.614,88
Títulos Privados - DPGEs Inflação	0,000%		1,087%	43.627.665,98
Fundos de Investimento - Multimercados	1,294%	46.205.840,07	0,999%	40.090.129,42
Fundos de Investimento - FIDCs	0,987%	35.259.622,59	0,349%	14.014.505,16
Segmento de Renda Variável	11,898%	424.889.921,68	14,439%	579.238.386,78
Ações em Mercado - Fundos de Ações	8,891%	317.518.759,01	11,726%	470.417.938,01
Ações em Mercado - Carteira Própria	3,007%	107.371.162,67	2,713%	108.820.448,77
Segmento de Investimentos Estruturados	2,468%	88.122.937,80	1,780%	71.418.336,63
Carteira de Multimercados	1,598%	57.052.176,00	0,787%	31.591.099,00
Carteira de Participações	0,600%	21.421.816,89	0,759%	30.442.035,25
Fundos de Investimentos Imobiliários	0,270%	9.648.944,91	0,234%	9.385.202,38
Segmento de Imóveis	0,527%	18.824.406,65	0,450%	18.071.321,49
Imóveis - Aluguel e Renda	0,527%	18.824.406,65	0,450%	18.071.321,49
Segmento de Empréstimos	2,117%	75.587.204,82	1,784%	71.551.840,13
Empréstimos à Participantes	2,117%	75.587.204,82	1,784%	71.551.840,13
Total dos Investimentos	95,247%	3.401.385.220,18	95,579%	3.834.401.236,33
Outros Recursos				
Depósitos Judiciais Contingenciais *	4,431%			
Recebíveis BNCA3	0,178%	158.252.729,15	4,293%	172.217.326,65
Depósito Judicial - Ambev *	0,050%	6.342.313,57	0,000%	-
Participação Corseg *	0,037%	1.783.149,19	0,048%	1.906.233,08
Contas à Receber / Pagar	0,032%	1.329.151,94	0,031%	1.262.883,72
Conta Movimento	0,006%	1.132.444,71	0,020%	817.839,80
Fundo Contingencial	0,019%	216.685,04	0,003%	128.037,98
		678.785,76	0,025%	1.013.262,20
Total Geral	100,00%	3.571.120.479,54	100,00%	4.011.746.819,76
Varição Nominal no Período		-		12,34%

b. Comparativo de Alocações - Regulamento Geral – Plano C

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	REGULAMENTO GERAL PLANO C POSIÇÃO EM 31/12/2009		REGULAMENTO GERAL PLANO C POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	77,46%	2.138.071.395,05	76,16%	2.313.085.858,26
Gestão Indireta	2,77%	76.523.501,34	3,21%	97.442.360,30
Fundos de Investimento - Tradicionais	1,30%	35.757.003,24	2,79%	84.809.027,60
Fundos de Investimento - Multimercados	0,80%	21.977.692,72	0,25%	7.667.425,22
Fundos de Investimento - FIDCs	0,68%	18.788.805,38	0,16%	4.965.907,48
Gestão Direta	74,69%	2.061.547.893,71	72,95%	2.215.643.497,96
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M	57,48%	1.586.567.990,37	58,89%	1.788.810.494,79
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA	4,40%	121.434.744,00	3,89%	118.165.938,90
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado	1,20%	33.018.641,52	1,20%	36.380.097,92
Títulos Privados - DPGEs	1,59%	43.874.274,40	2,26%	68.597.527,36
Títulos Privados - Selic/CDI	5,99%	165.216.922,29	3,25%	98.674.666,97
Títulos Privados - Inflação	4,04%	111.435.321,13	3,46%	105.014.772,02
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	15,17%	418.667.854,78	18,00%	546.632.352,54
Ações em Mercado - Carteira Própria	3,89%	107.371.162,67	3,58%	108.820.448,77
Ações em Mercado - Fundos de Ações	11,28%	311.296.692,11	14,41%	437.811.903,77
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO	3,19%	88.122.937,80	2,31%	70.203.745,36
Fundos de Investimento - Multimercados	2,07%	57.052.176,00	1,04%	31.591.099,00
Fundos de Investimento em Participações	0,78%	21.421.816,89	0,96%	29.227.443,98
Fundos de Investimento Imobiliários	0,35%	9.648.944,91	0,31%	9.385.202,38
SEGMENTO IMOBILIÁRIO	0,68%	18.824.406,65	0,59%	18.071.321,49
Imóveis para Renda	0,68%	18.824.406,65	0,59%	18.071.321,49
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO	2,70%	74.558.701,04	2,27%	69.096.352,01
Empréstimos à Participantes - BD	2,70%	74.558.701,04	2,27%	69.096.352,01
Total dos Investimentos	99,21%	2.738.245.295,32	99,33%	3.017.089.629,66
Outros Recursos				
Fundo Contingencial	0,02%	675.026,92	0,03%	1.001.947,79
Recebíveis BNCA3	0,23%	6.342.313,57	0,00%	-
Contas à receber / pagar	0,04%	1.132.444,71	0,03%	817.839,80
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,50%	13.706.474,03	0,61%	18.383.153,67
Total Geral	99,77%	2.760.101.554,55	100,00%	3.037.292.570,92
Variação Norminal no Período				10,04%

c. Comparativo de Alocações – Contribuição Variável – PrevMais
i. Renda Programada

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PrevMais Rda.Program. Posição em 31/12/2009		PrevMais Rda.Program. Posição em 31/12/2010	
	Distribuição por Segmentos		%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	96,52%	204.546.224,16	95,12%	285.968.835,40
Gestão Indireta	63,71%	135.030.300,54	67,74%	203.647.798,29
Fundos de Investimento - Tradicionais	56,99%	120.785.440,23	63,47%	190.828.090,00
Fundos de Investimento - Multimercados	0,00%	-	1,62%	4.885.099,67
Fundos de Investimento - FIDCs	6,72%	14.244.860,31	2,64%	7.934.608,62
Gestão Direta	32,80%	69.515.923,62	27,38%	82.321.037,11
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGes	6,08%	12.883.515,31	4,79%	14.413.135,60
Títulos Privados - Selic/CDI	23,76%	50.351.695,32	20,20%	60.722.226,41
Títulos Privados - Inflação	2,96%	6.280.712,99	2,39%	7.185.675,10
		6.222.066,90	4,06%	12.200.773,31
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações	2,94%	6.222.066,90	4,06%	12.200.773,31
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
SEGMENTO IMOBILIÁRIO				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO	0,49%	1.028.503,78	0,82%	2.455.488,12
Empréstimos à Participantes - PrevMais	0,49%	1.028.503,78	0,82%	2.455.488,12
Total dos Investimentos	97,00%	211.796.794,84	100,00%	300.625.096,83
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Participação CORSEG		3.758,84	0,00%	11.314,41
Contas à receber				-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,06%	128.376,66	0,00%	110,40
Total Geral	97,06%	211.928.930,34	100,00%	300.636.521,64
Variação Norminal no Período				41,86%

ii. Benefício de Risco

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PREVMAIS BENEF.RISCO POSIÇÃO EM 31/12/2009		PREVMAIS BENEF.RISCO POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	Distribuição por Segmentos		%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	100,00%	112.621.273,23	100,00%	153.958.111,47
Gestão Indireta	65,74%	74.032.758,41	76,18%	117.279.685,02
Fundos de Investimento - Tradicionais	59,85%	67.409.134,86	71,34%	109.830.338,28
Fundos de Investimento - Multimercados	0,04	4.955.414,39	4,11%	6.335.357,68
Fundos de Investimento - FIDCs	0,01	1.668.209,16	0,72%	1.113.989,06
Gestão Direta	34,26%	38.588.514,82	23,82%	36.678.426,45
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGes	7,15%	8.052.197,07	5,85%	9.008.209,76
Títulos Privados - Selic/CDI	27,11%	30.536.317,75	17,97%	27.670.216,69
Títulos Privados - Inflação				
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
SEGMENTO IMOBILIÁRIO				
Imóveis para Renda				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO				
Empréstimos à Participantes - PrevMais				
Total dos Investimentos	100,00%	112.621.273,23	100,00%	153.958.111,47
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Participação CORSEG				
Contas à receber				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,00%	463,34	0,00%	482,72
Total Geral	100,00%	112.621.736,57	100,00%	153.958.594,19
Variação Norminal no Período				36,70%

d. Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	REGULAMENTO COMPLEMENTAR NR. 1 PLANO B POSIÇÃO EM 31/12/2009		REGULAMENTO COMPLEMENTAR NR. 1 PLANO B POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	72,75%	15.344.054,68	75,41%	15.905.669,35
Gestão Indireta	42,10%	8.880.004,81	33,46%	7.057.226,88
Fundos de Investimento - Tradicionais	37,83%	7.979.207,06	28,76%	6.066.244,63
Fundos de Investimento - Multimercados	4,27%	900.797,75	4,70%	990.982,25
Fundos de Investimento - FIDCs				-
Gestão Direta	30,65%	6.464.049,87	41,95%	8.848.442,47
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs			10,70%	2.256.587,75
Títulos Privados - Selic/CDI	30,65%	6.464.049,87	31,25%	6.591.854,72
Títulos Privados - Inflação				
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
SEGMENTO IMOBILIÁRIO				
Imóveis para Renda				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO				
Empréstimos à Participantes - BD				
Total dos Investimentos	72,75%	15.344.054,68	75,41%	15.905.669,35
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Recebíveis BNCA3				
Contas à receber/ Pagar				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	27,25%	5.747.075,15	24,59%	5.187.720,28
Total Geral	100,00%	21.091.129,83	100,00%	21.093.389,63
Varição Norminal no Período				0,01%

e. Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	REGULAMENTO COMPLEMENTAR NR. 2 PLANO A POSIÇÃO EM 31/12/2009		REGULAMENTO COMPLEMENTAR NR. 2 PLANO A POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	89,71%	14.178.736,49	73,07%	15.354.582,91
Gestão Indireta	57,62%	9.106.500,22	42,61%	7.638.999,56
Fundos de Investimento - Tradicionais	56,38%	8.911.259,42	41,42%	7.424.211,99
Fundos de Investimento - Multimercados	1,24%	195.240,80	1,20%	214.787,57
Fundos de Investimento - FIDCs				-
Gestão Direta	32,09%	5.072.236,27	30,45%	7.715.583,35
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGes				2.256.587,75
Títulos Privados - Selic/CDI	32,09%	5.072.236,27	30,45%	5.458.995,60
Títulos Privados - Inflação				
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
SEGMENTO IMOBILIÁRIO				
Imóveis para Renda				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO				
Empréstimos à Participantes - BD				
Total dos Investimentos	89,71%	14.178.736,49	73,07%	15.354.582,91
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Recebíveis BNCA3				
Contas à receber / pagar				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	10,29%	1.626.460,98	14,35%	2.571.674,99
Total Geral	100,00%	15.805.197,47	87,41%	17.926.257,90
Variação Norminal no Período				13,42%

f. Comparativo de Alocações – Programa Assistencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PROGRAMA ASSISTENCIAL POSIÇÃO EM 31/12/2009		PROGRAMA ASSISTENCIAL POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	69,39%	289.576.923,48	64,72%	288.957.369,41
Gestão Indireta	41,55%	173.388.935,37	38,74%	172.972.742,62
Fundos de Investimento - Tradicionais	37,32%	155.751.552,85	34,39%	153.569.571,37
Fundos de Investimento - Multimercados	4,23%	17.637.382,52	4,35%	19.403.171,25
Fundos de Investimento - FIDCs	0,00%	-	0,00%	-
Gestão Direta	27,84%	116.187.988,11	25,98%	115.984.626,79
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGes	5,35%	22.314.215,93	9,95%	44.412.232,64
Títulos Privados - Selic/CDI	18,48%	77.114.898,01	11,74%	52.413.453,18
Títulos Privados - Inflação	4,02%	16.758.874,17	4,29%	19.158.940,97
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL			4,57%	20.405.260,93
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				20.405.260,93
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO				1.214.591,27
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
SEGMENTO IMOBILIÁRIO				
Imóveis para Renda				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO				
Empréstimos à Participantes - BD				
Total dos Investimentos	69,39%	289.576.923,48	69,29%	1.214.591,27
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Recebíveis BNCA3				
Contas à receber/ Pagar	-	-	-	310.577.221,61
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	30,61%	127.722.904,53	30,44%	135.911.773,71
Total Geral	100,00%	417.299.828,01	99,73%	446.488.995,32
Variação Norminal no Período				6,99%

g. Comparativo de Alocações – Programa Administrativo Previdencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL POSIÇÃO EM 31/12/2009		ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	Distribuição por Segmentos		%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	58,87%	18.103.240,01	58,92%	19.216.813,83
Gestão Indireta	44,30%	13.623.738,60	47,76%	15.575.932,15
Fundos de Investimento - Tradicionais	42,55%	13.084.426,71	45,94%	14.982.626,37
Fundos de Investimento - Multimercados	1,75%	539.311,89	1,82%	593.305,78
Fundos de Investimento - FIDCs	0,00%	-		-
Gestão Direta	14,57%	4.479.501,41	11,16%	3.640.881,68
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGes				
Títulos Privados - Selic/CDI	14,57%	4.479.501,41	11,16%	3.640.881,68
Títulos Privados - Inflação				
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
SEGMENTO IMOBILIÁRIO				
Imóveis para Renda				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO				
Empréstimos à Participantes - PrevMais				
Total dos Investimentos	58,87%	18.103.240,01	58,92%	19.216.813,83
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Participação CORSEG	4,32%	1.329.151,94	3,87%	1.262.883,72
Contas à receber	-		-	
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	36,81%	11.318.701,22	37,20%	12.133.305,00
Total Geral	100,00%	30.751.093,17	100,00%	32.613.002,55
Variação Norminal no Período				6,05%

h. Comparativo de Alocações – Programa Administrativo Assistencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PROGRAMA ASSISTENCIAL POSIÇÃO EM 31/12/2009		PROGRAMA ASSISTENCIAL POSIÇÃO EM 31/12/2010	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
SEGMENTO RENDA FIXA	99,86%	1.518.902,13	96,35%	1.674.110,67
Gestão Indireta	99,86%	1.518.902,13	96,35%	1.674.110,67
Fundos de Investimento - Tradicionais	99,86%	1.518.902,13	96,35%	1.674.110,67
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento - FIDCs				
Gestão Direta	0,00%	-	0,00%	-
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs				
Títulos Privados - Selic/CDI				
Títulos Privados - Inflação				
SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	0,00%	-	0,00%	-
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADO	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
SEGMENTO IMOBILIÁRIO	0,00%	-	0,00%	-
Imóveis + Fundos Imobiliários				
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO	0,00%	-	0,00%	-
Empréstimos à Participantes - PrevMais				
Total dos Investimentos	99,86%	1.518.902,13	96,35%	1.674.110,67
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Participação CORSEG				
Contas à receber				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,14%	2.107,47	3,65%	63.376,94
Total Geral	100,00%	1.521.009,60	100,00%	1.737.487,61
Variação Norminal no Período				14,23%

9. Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado

A seguir temos os “Quadros Resumo do Planejamento dos Investimentos” que apresenta os resultados auferidos e comparados com a projeção orçamentária de cada Plano com posição em 31/12/10, onde é possível estabelecer uma análise paralela com a posição de fechamento de mesma data. Essas tabelas abaixo foram construídas com o objetivo de possibilitar uma leitura rápida da distribuição da macro-alocação “prevista” e “realizada” dos patrimônios, facilitando, com isto, a comparação visual dos percentuais de alocação e os respectivos deslocamentos, que ficaram dentro dos limites atribuídos na Política de Investimentos para cada segmento.

a. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano C

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2010 REGULAMENTO GERAL - PLANO C						
MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2010 REALIZADO	
	%	Plano C	Alocação objetivo	Plano C	%	Plano C
SEGMENTO DE RENDA FIXA	78,08%	2.138.071.395,05	71,18%	2.115.871.852,77	76,67%	2.313.085.858,26
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	15,29%	418.667.854,78	21,68%	644.308.646,84	18,12%	546.632.352,54
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS	3,22%	88.122.937,80	3,78%	112.471.454,34	2,33%	70.203.745,36
SEGMENTO DE IMÓVEIS	0,69%	18.824.406,65	0,64%	19.079.741,04	0,60%	18.071.321,49
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	2,72%	74.558.701,04	2,71%	80.657.277,82	2,29%	69.096.352,01
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	2.738.245.295,32	100,00%	2.972.388.972,82	100,00%	3.017.089.629,66
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo Contingencial		675.026,92		711.931,71		1.001.947,79
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		13.706.474,03		14.455.828,73		18.383.153,67
Contas à Receber		7.474.758,28		7.883.415,19		817.839,80
TOTAL GERAL		2.760.101.554,55		2.995.440.148,46		3.037.292.570,92

b. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – PrevMais (Renda Programada e Risco)

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2010 PREVMAIS - RENDA PROGRAMADA E RISCO						
MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2010 REALIZADO	
	%	PREVMAIS	Alocação Objetivo	PREVMAIS	%	PREVMAIS
SEGMENTO DE RENDA FIXA	97,77%	317.167.497,39	96,58%	445.483.422,17	96,78%	439.926.946,87
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	1,92%	6.222.066,90	2,77%	12.794.132,16	2,68%	12.200.773,31
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
SEGMENTO DE IMÓVEIS	0,00%	-	0,65%	-	0,00%	-
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	0,32%	1.028.503,78	100,00%	2.986.637,29	0,54%	2.455.488,12
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	324.418.068,07		461.264.191,62	100,00%	454.583.208,30
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo Contingencial		3.758,84		3.964,34		11.314,41
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		128.840,00		135.883,89		593,12
Contas à Receber		-		-		-
TOTAL GERAL		324.550.666,91		461.404.039,85		454.595.115,83

c. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano B

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2010 REGULAMENTO GERAL - PLANO B						
MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2010 REALIZADO	
	%	Plano B	Alocação objetivo	Plano B	%	Plano B
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	15.344.054,68	100,00%	18.327.797,85	100,00%	15.905.669,35
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL						
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS						
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	15.344.054,68	100,00%	18.327.797,85	100,00%	15.905.669,35
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo Contingencial		-				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		5.747.075,15		6.061.276,88		5.187.720,28
Contas à Receber						
TOTAL GERAL		21.091.129,83		24.389.074,73		21.093.389,63

d. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano A

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2010 REGULAMENTO COMPLEMENTAR NR. 2 - PLANO A						
MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2010 REALIZADO	
	%	PLANO A	Alocação Objetivo	PLANO A	%	PLANO A
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	14.178.736,49	100,00%	12.076.970,76	100,00%	15.354.582,91
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
SEGMENTO DE IMÓVEIS	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	14.178.736,49	100,00%	12.076.970,76	100,00%	15.354.582,91
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo Contingencial		-		-		-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		1.626.460,98		1.715.382,18		2.571.674,99
Contas à Receber		-		-		-
TOTAL GERAL		15.805.197,47		13.792.352,95		17.926.257,90

e. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – FEAS

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2010 FEAS- ASSISTENCIAL						
MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2010 REALIZADO	
	%	FEAS	Alocação objetivo	FEAS	%	FEAS
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	289.576.923,48	87,31%	258.444.413,78	93,04%	288.957.369,41
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			6,46%	19.112.865,79	6,57%	20.405.260,93
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS			6,23%	18.434.455,51	0,39%	1.214.591,27
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	289.576.923,48	100,00%	295.991.735,08	100,00%	310.577.221,61
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo Contingencial						-
Depósitos Judiciais** + Conta Movimento		127.722.904,53		134.705.718,58		135.911.773,71
Contas à Receber						
TOTAL GERAL		417.299.828,01		430.697.453,66		446.488.995,32

f. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Adm. Previdencial

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2010 ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL						
MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2010 REALIZADO	
	%	Administrativo Assistencial	Alocação Objetivo	Administrativo Assistencial	%	Administrativo Assistencial
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	1.518.902,13	100,00%	1.781.887,63	100,00%	1.674.110,67
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
SEGMENTO DE IMÓVEIS	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	1.518.902,13	100,00%	1.781.887,63	100,00%	1.674.110,67
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo Contingencial		-				-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		2.107,47		2.222,69		63.376,94
Contas à Receber		-		-		-
TOTAL GERAL		1.521.009,60		1.784.110,32		1.737.487,61

g. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Adm. Assistencial

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2010 ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL						
MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2010 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2010 REALIZADO	
	%	Administrativo Previdencial	Alocação objetivo	Administrativo Previdencial	%	Administrativo Previdencial
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	18.103.240,01	100%	15.212.896,85	100%	19.216.813,83
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL						
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS						
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	18.103.240,01	100,00%	15.212.896,85	100,00%	19.216.813,83
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo Contingencial						
Depósitos Judiciais** + Conta Movimento		11.318.701,22		11.937.512,59		12.133.305,00
Contas à Receber		1.329.151,94		1.401.818,79		1.262.883,72
TOTAL GERAL		30.751.093,17		28.552.228,23		32.613.002,55

10. Listagem dos Investimentos

Demonstra-se a seguir a listagem dos investimentos segregados por Plano sob a gestão do Instituto e seus respectivos valores registrados em cada uma das modalidades em 31/12/2010.

a. Listagem dos Investimentos – Plano C

Seção I - Fundos de Investimento - Renda Fixa - Gestão Indireta		97442360,3	3,21%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Intitucional	15.886.944,84	0,52%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	16.249.144,86	0,53%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	39.309.984,40	1,29%
Oliveira Trust S/A	FIDC Omni	2.366.599,67	0,08%
Banco Itau S/A	FIDC Daycoval Veículos	2.599.307,81	0,09%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Capital Markets	541.418,44	0,02%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multi	7.667.425,22	0,25%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	12.821.535,06	0,42%
Seção II - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta		437811903,77	14,41%
SchroderInvestmentManagementBrasilDTVMS/A	CDB - Pos - Selic	4.381.586,57	2,85%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	CDB - Pos - Selic	3.622.078,81	2,35%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	CDB - Pos - Selic	6.859.160,65	4,46%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	CDB - Pos - Selic	2.599.189,92	1,69%
Fator Administração de Recurso Ltda	CDB - Pos - Selic	4.374.464,66	2,84%
BNY Mellon Arx Investimentos Ltda	CDB - Pos - Selic	5.833.736,08	3,79%
Fator Administração de Recurso Ltda	DPGE	3.005.616,31	1,95%
Mercatto Gestão de Recursos Ltda	DPGE	3.001.547,95	1,95%
Opus Gestão de Recursos Ltda	DPGE	3.001.045,50	1,95%
Seção III - Títulos Privados sob Gestão Direta		272286966,35	8,96%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	62.697.211,43	2,06%
Petrobrás S/A	Debêntures Privadas	16.994.721,85	0,56%
Banco Industrial	CDB - Pos - Selic	11.982.287,32	0,39%
Banco Votorantim S/A	CDB - Pos - Selic	28.492.569,84	0,94%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	27.886.997,09	0,92%
Banco Fibra	CDB - Pos - Selic	6.510.248,45	0,21%
Bndespar S/A	Debêntures Privadas	22.106.523,77	0,73%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	19.451.733,98	0,64%
Cruzeiro do Sul	DPGE	11.873.962,44	0,39%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	6.523.536,23	0,21%
BVA	DPGE	8.415.725,67	0,28%
Banco Rural	DPGE	8.404.334,25	0,28%
Banco BMG	DPGE	8.402.927,39	0,28%
Banco Schahim	DPGE	8.400.370,06	0,28%
Fator	CDB - Pos - Selic	14.715.481,51	0,48%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	5.885.372,76	0,19%
Banco GMAC	DPGE	3.542.962,31	0,12%
Seção IV - Títulos Públicos sob Gestão Direta		1943356531,61	63,98%
Tesouro Nacional	NTN-C _ Mantidas até o Vencto.	1.788.810.494,79	58,89%
Tesouro Nacional	NTN-B _ Mantidas até o Vencdo	118.165.938,90	3,89%
Tesouro Nacional	NTN-B _ Títulos para Negociação	19.992.816,53	0,66%
Tesouro Nacional	NTN-C _ Títulos para Negociação	16.387.281,39	0,54%
Seção V - Ações em Mercado sob Gestão Direta		108820448,77	3,58%
VALE DO RIO DOCE	PNA	26.791.400,00	0,88%
PETROBRAS	PN	16.555.669,53	0,55%
AMBEV	PN	14.055.674,40	0,46%
PETROBRAS	ON	10.502.784,50	0,35%
BRADESCO	PN	10.182.784,05	0,34%
ITUB - ITAU UNIBANCO	PN	6.346.505,00	0,21%
CEMIG	PN	4.326.806,32	0,14%
FIBRIA CELULOSE S/A	ON	3.626.295,57	0,12%
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ON	3.633.840,00	0,12%
ELETROBRAS	PNB	3.121.725,00	0,10%
GERDAU	PN	2.226.194,00	0,07%
METALURGICA GERDAU	PN	2.117.200,00	0,07%
ITAUSA	PN	2.825.288,40	0,09%
USIMINAS	PNA	1.733.022,00	0,06%
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S/A	ON	775.260,00	0,03%
Seção VI - Fundos de Investimento Estruturados		70203745,36	2,31%
COINVALORES	Fundo Projeto Água Branca	6.653.611,02	0,22%
Rio Bravo Investimentos	Fundo Centro Têxtil Internacional	2.731.591,36	0,09%
Gap Gestora de Recursos Ltda	Singular ECO D FIC de FIM	31.591.099,00	1,04%
TCG Gestor Ltda	FIP FIBIE	1.285.364,99	0,04%
Pátria Investimentos S.A.	Pátria FICFIP	1.729.964,50	0,06%
Neo Gestão Recursos Ltda	Neo Mezanino FIP	536.521,92	0,02%
Governança e Gestão Investimentos Ltda	Fundo Invest. Part. Gov. - Gg2	11.990.260,42	0,39%
Neo Gestão Recursos Ltda	Capital Mezanino - FIP	10.293.113,90	0,34%
Neo Gestão Recursos Ltda	Cap. Mezanino Privado I	3.392.218,25	0,11%
Seção VII - Imóveis		18071321,49	0,59%
Imóveis	Imóveis para Renda	18071321,49	0,59%
Seção VIII - Empréstimos		69096352,01	2,27%
Empréstimos	Recursos Concedidos	69096352,01	2,27%
Seção IX - Outros Recursos		20202941,26	0,67%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	16.476.920,59	0,54%
Depósito Judicial - Ambev	-	1.906.233,08	0,06%
Contas à Receber	-	817.839,80	0,03%
Fundo Contingencial	-	1.001.947,79	0,03%
TOTAL DOS RECURSOS		3037292570,92	100,00%

b. Listagem dos Investimentos – PrevMais – Renda Programada

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		203.647.798,29	67,74%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	84.689.286,94	28,17%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	76.913.877,09	25,58%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	4.885.099,67	1,62%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FIRF	17.150.189,71	5,70%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	3.713.296,87	1,24%
BB BANCO INVESTIMENTOS S/A	FIDC - Cobra II	2.564.409,53	0,85%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	11.974.495,76	3,98%
Intrag DTVM S/A	FIDC Energisa	1.656.902,22	0,55%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	100.240,50	0,03%
Seção II - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta		12.200.773,31	4,06%
Schrooder Investment Management Brasil DTVM S/A	Schrooder Eco Plus FIA	4.711.059,04	1,57%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	BBM Valuation	2.812.023,87	0,94%
Opus Gestão de Recursos Ltda.	Opus - FIA	4.677.690,40	1,56%
Seção III - Títulos Privados sob Gestão Direta		82.321.037,11	27,38%
Bndespar S/A	Debêntures Privadas	2.829.249,90	0,94%
Votorantim Asset Management S/A	CDB - Pos - Selic	9.959.892,92	3,31%
Banco Itaú S/A	CDB - Pos - Selic	13.624.591,50	4,53%
Banco Cacique S/A	CDB - Pos - Selic	4.769.948,56	1,59%
Banco BVA	DPGE	4.808.986,10	1,60%
Banco Rural	DPGE	4.802.476,71	1,60%
Banco BMG	DPGE	4.801.672,79	1,60%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	8.750.096,66	2,91%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	3.450.406,70	1,15%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	5.476.983,21	1,82%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	5.485.900,03	1,82%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	5.481.439,81	1,82%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	8.079.392,22	2,69%
Seção IV - Empréstimos		2.455.488,12	0,82%
Empréstimos	Recursos concedidos	2.455.488,12	0,82%
Seção V - Outros Recursos		11.424,81	0,00%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	110,40	0,00%
Fundo Contingencial	-	11.314,41	0,00%
Total dos Recursos		300.636.521,64	100,00%

c. Listagem dos Investimentos – PrevMais – Risco

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		117.279.685,02	76,18%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	41.693.833,17	27,08%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	42.006.920,25	27,28%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	5.324.943,76	3,46%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	6.335.357,68	4,11%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	17.011.413,14	11,05%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	1.113.989,06	0,72%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	3.793.227,96	2,46%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		36678426,45	23,82%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	4.381.586,57	2,85%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	3.622.078,81	2,35%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	6.859.160,65	4,46%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	2.599.189,92	1,69%
Banco Fator S/A	CDB - Pos - Selic	4.374.464,66	2,84%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	5.833.736,08	3,79%
Banco BVA	DPGE	3.005.616,31	1,95%
Banco Rural	DPGE	3.001.547,95	1,95%
Banco BMG	DPGE	3.001.045,50	1,95%
Seção III - Outros Recursos		482,72	0,00%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	482,72	0,00%
TOTAL DOS RECURSOS		153.958.594,19	100,00%

d. Listagem dos Investimentos – Plano B

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		7.057.226,88	33,46%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	1.864.836,19	8,84%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.044.161,93	4,95%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.156.420,85	5,48%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	990.982,25	4,70%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	2.000.825,66	9,49%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		8.848.442,47	41,95%
Banco ABC S/A	CDB - Pos - Selic	1.741.425,36	8,26%
Bic Banco	CDB - DPGE - Selic - IPCA	2.502.444,84	11,86%
Banco Sofisa	CDB - Pos - Selic	1.550.337,02	7,35%
Banco Fibra	DPGE - IPCA	751.182,51	3,56%
Banco Panamericano	DPGE - IPCA	752.715,72	3,57%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	1.550.337,02	7,35%
Seção III - Outros Recursos		5.187.720,28	24,59%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	5.187.720,28	24,59%
Concessão FEAS	-	-	-
Total dos Recursos		21.093.389,63	100,00%

e. Listagem dos Investimentos – Plano A

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		7.638.999,56	42,61%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	2.748.446,60	15,33%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	2.060.530,23	11,49%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	2.615.235,16	14,59%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	214.787,57	1,20%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		7.715.583,35	20,41%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	1.107.202,55	6,18%
Bic Banco	CDB - DPGE - Selic - IPCA	2.551.226,61	14,23%
Banco Sofisa	CDB - Pos - Selic	2.553.255,96	14,24%
Banco Fibra	DPGE - IPCA	751.182,51	4,19%
Banco Panamericano S/A	DPGE - IPCA	752.715,72	4,20%
Seção III - Outros Recursos		2.571.674,99	14,35%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	2571674,99	14,35%
TOTAL DOS RECURSOS		17.926.257,90	77,37%

f. Listagem dos Investimentos - Programa Assistencial - FEAS

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		172.972.742,62	38,74%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	56.698.281,10	12,70%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	31.706.971,18	7,10%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	49.407.134,09	11,07%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	19.403.171,25	4,35%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	5.553.974,55	1,24%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	10.203.210,45	2,29%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		115.984.626,79	25,98%
BIC Banco S/A	CDB - DPGE - Selic - IPCA	13.814.107,73	3,09%
Banco Votorantim S/A	CDB - Pos - Selic	7.185.675,10	1,61%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	12.733.481,85	2,85%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	11.973.265,87	2,68%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	8.317.407,73	1,86%
Banco Schahim	DPGE	7.200.317,19	1,61%
Banco Cruzeiro do Sul	DPGE	7.169.699,07	1,61%
Banco Fibra S/A	CDB - DPGE - Selic - IPCA	11.996.148,48	2,69%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	5.476.983,21	1,23%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	6.523.536,23	1,46%
Banco Standard S/A	CDB - Pos - Selic	4.785.740,65	1,07%
Banco Fator	CDB - Pos - Selic	8.323.292,54	1,86%
Banco Matone	DPGE	3.494.990,38	0,78%
Banco Mercantil	DPGE	3.494.990,38	0,78%
Banco Rural	DPGE	3.494.990,38	0,78%
Seção III - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta		20.405.260,93	2,30%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S/A	Schroder Eco Plus FIA	10.255.879,48	2,30%
Fator Administração de Recurso Ltda	Fator Sinergia IV FIA	10.149.381,45	2,27%
Seção IV - Outros Recursos		135.911.773,71	30,44%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	135.911.773,71	30,44%
Seção V - Fundos de Investimento Estruturados		1.214.591,27	0,27%
TCG Gestor Ltda	FIP FIBIE	856.909,99	0,19%
Neo Gestão Recursos Ltda	Neo Mezanino FIP	357.681,28	0,08%
Total dos Recursos		446.488.995,32	97,45%

g. Listagem dos Investimentos - Programa Administrativo Previdencial

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		15.575.932,15	47,76%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	7.380.307,92	22,63%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	5.247.841,91	16,09%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	1.484.212,14	4,55%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	870.264,40	2,67%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	593.305,78	1,82%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		3.640.881,68	11,16%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	1.488.962,43	4,57%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	1.074.953,37	3,30%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	544.283,47	1,67%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	532.682,41	1,63%
Seção III - Outros Recursos		13.396.188,72	41,08%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	12.133.305,00	37,20%
Participação Corseg		1.262.883,72	3,87%
TOTAL DOS RECURSOS		32.613.002,55	100,00%

h. Listagem dos Investimentos - Programa Administrativo Assistencial

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		1.674.110,67	59,78%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.038.670,52	59,78%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	635.440,15	36,57%
Seção II - Outros Recursos		63.376,94	3,65%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	63.376,94	3,65%
Total dos Recursos		1.737.487,61	63,43%

Aferição da Rentabilidade

A rentabilidade demonstrada abaixo foi apurada por intermédio do cálculo de Taxa Interna de Retorno e os resultados alcançados devem ser comparados com os indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos Planos e Programas, os quais podem ser identificados nas tabelas a seguir elencadas. A rentabilidade indicada neste tópico compreende o desempenho dos recursos dos Planos C, B, A e Prevmais e dos programas Assistencial e Administrativo e, a contribuição destes para a performance do Patrimônio Consolidado.

a. Rentabilidade – Patrimônio Consolidado

Patrimônio Consolidado	1º Semestre de 2010	2º Semestre de 2010	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	5,98%	9,32%	15,85%
Rentabilidade de Renda Fixa	8,21%	8,29%	17,18%
Rentabilidade de Renda Variável	-7,16%	18,56%	10,07%
Rentabilidade de Invest. Estruturados	3,36%	4,14%	7,64%
Rentabilidade de Imóveis	6,40%	6,19%	12,99%
Rentabilidade de Empréstimos	7,92%	5,77%	14,15%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	6,44%	6,03%	12,85%
Varição da Taxa SELIC	4,29%	5,25%	9,77%
Varição da Taxa do Ibovespa	-11,16%	13,73%	1,04%

No de 2010, o surgimento da crise fiscal na Europa, associada ao baixo crescimento da economia Norte Americana, causou forte aversão ao risco e fez com que os mercados ficassem bastante voláteis, dado que a economia ainda estava se recuperando parcialmente da crise financeira que assolou o mundo em 2008/2009. No segundo semestre o índice Ibovespa, principal indicador da bolsa brasileira, obteve variação positiva nos meses de julho, setembro, outubro e dezembro, invertendo o resultado negativo apresentado no 1º semestre, assim, o índice encerrou o ano com variação positiva de 1,04%. O ano de 2010 também foi caracterizado por pressão sobre os preços e aumento das expectativas de inflação, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que é utilizado para compor a TMA (Taxa Mínima Atuarial), apresentou variação de 6,44%. A TMA por sua vez ficou em 12,85% no ano, uma meta difícil de ser alcançada, considerando ainda o fraco resultado da bolsa de valores.

De acordo com os pontos acima expostos tenham dificultado a gestão dos investimentos, o desempenho dos segmentos foi bastante satisfatório, ultrapassando os parâmetros utilizados para referenciar a performance dos investimentos. Conforme pode ser observado no quadro acima, o segmento de Renda Fixa apresentou retorno de 17,18% no ano, enquanto que a taxa Selic foi de 9,77% no mesmo período. Já o segmento de Renda Variável apresentou retorno de 10,07%, resultado bastante superior ao índice Ibovespa, principal indicador de desempenho da Bolsa de Valores, que apresentou variação de 1,04% no ano. O resultado consolidado obtido no ano de 2010 foi de 15,85%, enquanto que a Taxa Mínima Atuarial apresentou variação de 12,85% em igual período.

b. Rentabilidade – Plano C

Regulamento Geral - Plano C	1º Semestre de 2010	2º Semestre de 2010	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	6,02%	10,22%	16,86%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	6,44%	6,03%	12,85%
Varição da Taxa SELIC	4,29%	5,25%	9,77%

O conjunto de aplicações do Plano C nos segmentos de renda fixa, renda variável, empréstimos e imóveis atingiu rentabilidade acumulada em 2010 de 16,86% enquanto que a TMA – Taxa Mínima Atuarial registrou 12,85% e a Taxa Selic foi de 9,77%, no mesmo período.

c. Rentabilidade – PREVMAIS

Contribuição Variável - Prevmais	1º Semestre de 2010	2º Semestre de 2010	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	4,30%	5,80%	10,35%
Varição da Taxa SELIC	4,29%	5,25%	9,77%
Varição da Taxa CDI	4,28%	5,24%	9,74%

O resultado conquistado pelos recursos do Prevmais, englobando os perfis de investimentos, que considera aplicações direcionadas para os segmentos de renda fixa, renda variável e empréstimos, se posicionou em patamar bastante satisfatório, superando o indicador de referência.

i. Variação das Quotas do Perfil Conservador

Data	Varição Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Varição Quota	% do CDI
jan/10	0,6579%	133.805.588,499329	1,474960782	197.357.995,45	0,7146%	108,61%
fev/10	0,5927%	134.576.369,943488	1,484649705	199.798.767,96	0,6569%	110,84%
mar/10	0,7570%	137.378.326,935855	1,496823993	205.631.175,94	0,8200%	108,33%
abr/10	0,6611%	140.165.921,958221	1,507470173	211.295.946,56	0,7113%	107,58%
mai/10	0,7501%	142.807.701,850401	1,519667891	217.020.279,13	0,8092%	107,88%
jun/10	0,7881%	144.261.404,050440	1,532407021	221.067.188,43	0,8383%	106,36%
jul/10	0,8573%	146.368.177,196024	1,546350852	226.336.555,57	0,9099%	106,14%
ago/10	0,8863%	148.504.943,364956	1,560804552	231.787.191,65	0,9347%	105,46%
set/10	0,8447%	151.112.574,345431	1,574717865	237.959.670,45	0,8914%	105,53%
out/10	0,8055%	151.284.524,182913	1,588409179	240.301.726,88	0,8695%	107,94%
nov/10	0,8056%	156.285.030,573898	1,601967179	250.363.489,52	0,8536%	105,95%
dez/10	0,9271%	160.366.030,910254	1,617915893	259.458.750,16	0,9956%	107,38%
Acumulado em 2010	9,7427%				10,4760%	107,53%
Acumulado desde o Início	58,2719%				61,8267%	106,10%
Acumulado 12 Meses	9,7427%				10,4760%	107,53%
Acumulado 6 Meses	5,2373%				5,5800%	106,55%

ii. Variação das Quotas do Perfil Moderado

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Variação Quota	% do CDI
jan/10	-0,1398%	4.803.244,769822	1,094372663	5.256.539,77	0,1364%	-97,58%
fev/10	0,7919%	5.809.589,218989	1,102934465	6.407.596,18	0,7823%	98,79%
mar/10	1,5104%	5.867.512,429024	1,116526941	6.551.235,70	1,2324%	81,59%
abr/10	-0,0416%	6.006.210,273274	1,118828292	6.719.917,98	0,2061%	-495,15%
mai/10	-0,3339%	6.165.696,290815	1,118322311	6.895.235,72	-0,0452%	13,54%
jun/10	0,1854%	7.151.456,441599	1,121255521	8.018.610,02	0,2623%	141,48%
jul/10	2,3057%	7.353.653,902197	1,146701524	8.432.446,14	2,2694%	98,43%
ago/10	0,2341%	7.470.177,878573	1,152324319	8.608.067,63	0,4903%	209,44%
set/10	1,6974%	7.589.218,576979	1,171789329	8.892.965,35	1,6892%	99,52%
out/10	0,9653%	9.434.397,011213	1,183698890	11.167.485,27	1,0164%	105,29%
nov/10	0,0591%	9.890.630,775227	1,185501023	11.725.352,90	0,1522%	257,54%
dez/10	1,1544%	10.243.876,548508	1,200057438	12.293.240,24	1,2279%	106,36%
Acumulado em 2010	8,6773%				9,8067%	113,02%
Acumulado desde o Início	17,7618%				20,0012%	112,61%
Acumulado 12 Meses	8,6773%				9,8067%	113,02%
Acumulado 6 Meses	6,5711%				7,0280%	106,95%

iii. Variação das Quotas do Perfil Agressivo

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Variação Quota	% do CDI
jan/10	-0,9370%	8.100.638,769892	1,136003667	9.202.355,34	-0,4381%	46,76%
fev/10	0,9790%	9.506.425,111446	1,146324104	10.897.444,25	0,9085%	92,80%
mar/10	2,2658%	9.648.823,217197	1,165174106	11.242.558,97	1,6444%	72,57%
abr/10	-0,7453%	9.785.067,960952	1,161724424	11.367.552,44	-0,2961%	39,73%
mai/10	-1,4274%	9.874.863,315126	1,151211861	11.368.059,77	-0,9049%	63,40%
jun/10	-0,4238%	10.713.230,916751	1,147521621	12.293.664,11	-0,3206%	75,64%
jul/10	3,7691%	11.123.296,910406	1,189468482	13.230.811,09	3,6554%	96,98%
ago/10	-0,4208%	11.389.424,140152	1,190149549	13.555.118,00	0,0573%	-13,61%
set/10	2,5527%	11.629.103,841046	1,219732145	14.184.391,78	2,4856%	97,37%
out/10	1,1210%	12.707.759,036268	1,233896615	15.680.060,86	1,1613%	103,59%
nov/10	-0,6891%	13.268.061,080089	1,227201096	16.282.579,10	-0,5426%	78,75%
dez/10	1,3775%	13.739.543,115499	1,245133951	17.107.571,60	1,4613%	106,08%
Acumulado em 2010	7,5226%				9,1263%	121,32%
Acumulado desde o Início	20,9885%				24,5095%	116,78%
Acumulado 12 Meses	7,5226%				9,1263%	121,32%
Acumulado 6 Meses	7,8857%				8,5064%	107,87%

iv. Variação das Quotas do Perfil Super Agressivo

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Variação Quota	% do CDI
jan/10	-1,7334%	5.088.050,516847	1,178871374	5.998.157,10	-1,0089%	58,20%
fev/10	1,1536%	6.117.650,059957	1,191075323	7.286.582,02	1,0352%	89,74%
mar/10	3,0231%	6.218.122,982231	1,215618831	7.558.867,39	2,0606%	68,16%
abr/10	-1,4497%	6.381.144,912089	1,205949799	7.695.340,42	-0,7954%	54,87%
mai/10	-2,5297%	6.546.784,955895	1,184602830	7.755.339,99	-1,7701%	69,97%
jun/10	-1,0393%	7.216.490,983187	1,173718183	8.470.126,69	-0,9188%	88,41%
jul/10	5,2475%	7.337.540,006484	1,233746312	9.052.662,92	5,1144%	97,46%
ago/10	-1,0784%	7.539.083,745252	1,228991206	9.265.467,62	-0,3854%	35,74%
set/10	3,4104%	7.654.484,914425	1,269579051	9.717.973,69	3,3025%	96,84%
out/10	1,2725%	8.427.698,613730	1,286167722	10.839.433,93	1,3066%	102,68%
nov/10	-1,4388%	8.806.547,934878	1,270279821	11.186.780,13	-1,2353%	85,85%
dez/10	1,5963%	9.105.381,562889	1,291829518	11.762.600,67	1,6965%	106,27%
Acumulado em 2010	6,2815%				8,4763%	134,94%
Acumulado desde o Início	24,1102%				29,1798%	121,03%
Acumulado 12 Meses	6,2815%				8,4763%	134,94%
Acumulado 6 Meses	9,1799%				10,0630%	109,62%

d. Rentabilidade – Plano B

Regul. Complementar nr. 1 - Plano B	1º Semestre de 2010	2º Semestre de 2010	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	4,52%	5,53%	10,31%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	6,44%	6,03%	12,85%
Variação da Taxa SELIC	4,29%	5,25%	9,77%

A rentabilidade dos investimentos dos recursos do Plano B ficou abaixo da TMA (Taxa Mínima Atuarial) em 2010, sendo que a carteira deste plano é composta por ativos alocados no segmento de renda fixa, parte atrelada à Taxa Selic, considerados como baixo risco de crédito, conforme disposto na Política de Investimentos do plano. Ressaltamos que a TMA em 2010 foi fortemente impactada pelo aumento da taxa de inflação.

e. Rentabilidade – Plano A

Regul. Complementar nr. 2 - Plano A	1º Semestre de 2010	2º Semestre de 2010	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	4,52%	5,45%	10,21%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	6,44%	6,03%	12,85%
Variação da Taxa SELIC	4,29%	5,25%	9,77%

Semelhante ao Plano B, a carteira deste plano é composta por ativos alocados no segmento de renda fixa, parte atrelada à Taxa SELIC, considerados como baixo risco de crédito, conforme disposto na Política de Investimentos do plano. A rentabilidade dos investimentos dos recursos do Plano A ficou abaixo da Taxa Mínima Atuarial em 2010.

Para os planos A e B, o Economus iniciou a migração de

investimentos atrelados à Taxa SELIC para investimentos indexados à índices de preços, como IPCA, por exemplo, buscando ativos com maior correlação com o passivo atuarial dos planos, mantendo a característica de baixo risco de crédito da carteira, conforme disposto na Política de Investimentos. Essa migração está ocorrendo paulatinamente, identificando boas alternativas em momentos oportunos.

f. Rentabilidade – Programas Administrativos Previdencial e Assistencial / Plano Assistencial – FEAS

PGA e Plano FEAS	1º Semestre de 2010	2º Semestre de 2010	Acumulado no Ano
Rentabilidade Programa Adm. Previdencial	4,45%	5,49%	10,18%
Rentabilidade Programa Adm Assistencial	4,39%	5,42%	10,04%
Rentabilidade Plano Assistencial	4,62%	5,86%	10,75%
Variação da Taxa SELIC	4,29%	5,25%	9,77%

12. Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras realizadas ao longo de 2010 às regras estabelecidas, as tabelas abaixo podem traduzir que

os investimentos dos Planos sob a administração do Instituto se encontram em consonância com os limites atribuídos pela Política de Investimentos vigente à época, bem como com os limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.

a. Enquadramento dos Investimentos – Plano C

ENQUADRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO C					
Seção I		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	76,67	50,50	97,00	100,00
	Derivativos	0,10	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA FIXA		76,67	50,50	97,00	
Seção II		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	18,12	0,00	27,50	70,00
	Derivativos	0,00	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA VARIÁVEL		18,12	0,00	25,00	
Seção III		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
* Segmento Estruturado	Ativos	2,32	1,00	10,00	20,00
	Derivativos	0,00	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		2,32	1,00	10,00	
* Novo segmento de Investimentos Estruturados, à partir de 01/01/2010, em atendimento a nova Resolução 3792.					
Seção IV		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento Exterior	Ativos	0,00	0,00	0,00	10,00
	Derivativos	0,00	0,00	0,00	10,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		0,00	00,00	00,00	
Seção V		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Imóveis	Ativos	0,60	1,00	3,00	8,00
TOTAL DE IMÓVEIS		0,60	1,00	3,00	
Seção VI		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Empréstimos	Ativos	2,29	1,00	4,00	15,00
TOTAL DE IMÓVEIS		2,29	1,00	4,00	
TOTAL GERAL		100,00			

b. Enquadramento dos Investimentos – PrevMais (RP e Risco)

ENQUADRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO PREVMAIS					
Seção I		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	96,78	86,50	100,00	100,00
	Derivativos	6,47	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA FIXA		96,78	86,50	100,00	
Seção II		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	2,68	0,00	5,00	70,00
	Derivativos	0,00	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA VARIÁVEL		2,68	0,00	5,00	
Seção III		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Empréstimos	Ativos	0,54	0,00	1,50	15,00
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		0,54	0,00	1,50	
TOTAL GERAL		100,00			

c. Enquadramento dos Investimentos – Plano B

ENQUADRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO B					
Seção I		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	68,00	100,00	100,00
	Derivativos	1,53	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA FIXA		100,00	68,00	100,00	
TOTAL GERAL		100,00			

d. Enquadramento dos Investimentos – Plano A

ENQUADRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO A					
Seção I		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	68,00	100,00	100,00
	Derivativos	3,96	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA FIXA		100,00	68,00	100,00	
TOTAL GERAL		100,00			

a. Enquadramento dos Investimentos - Programa Assistencial

ENQUADRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO ASSISTENCIAL					
Seção I		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	93,04	80,50	100,00	100,00
	Derivativos	3,70	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA FIXA		93,04	80,50	100,00	
Seção II		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	6,57	0,00	7,50	70,00
	Derivativos	0,00	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA FIXA		6,57	0,00	7,50	
Seção III		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento Estruturado	Ativos	0,39	0,00	7,00	20,00
	Derivativos	0,00	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		0,39	0,00	7,00	
TOTAL GERAL		100,00			

f. Enquadramento dos Investimentos - Programa Administrativo

ENQUADRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO ADMINISTRATIVO					
Seção I		Alocação em 31/12/2010 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	80,00	100,00	100,00
	Derivativos	17,76	0,00	100,00	100,00
TOTAL DE RENDA FIXA		100,00	80,00	100,00	
TOTAL GERAL		100,00			

13. Critérios de Análise de Riscos

a. Controle e Avaliação dos Riscos

i. Risco de Crédito

Embora a Res. 3.792 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no seu risco de crédito, o ECONOMUS fará distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimento específicos para cada um deles.

Para orientação da Política de Investimento, fica estabelecido que será considerado de baixo risco de crédito o título assim intitulado por agência de classificação de risco estabelecida no Brasil.

Com relação a títulos de emissão de empresas não financeiras, será considerado como de baixo risco de crédito o título classificado nessa categoria por uma das seguintes agências classificadoras de risco: Fitch Ratings, Standard and Poors e Moddy's, não podendo ter sido classificado abaixo dessa categoria por nenhuma delas. Adicionalmente, o crédito em questão deverá ser analisado pelo Comitê Financeiro, que decidirá pela sua caracterização ou não como de baixo risco de crédito segundo os critérios do ECONOMUS.

ii. Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram a carteira deste Plano pode

aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras dos Planos do ECONOMUS é feito através da **Divergência não Planejada – DNP**.

Para a elaboração do cálculo da Divergência Não Planejada, os quais foram estabelecidos pela Instrução Normativa SPC nº 14, de 18 de janeiro de 2007, modificada pela Instrução nr. 21, de 07/04/2008, modificada pela Instrução PREVIC nº 2, de 18 de maio de 2010, será adotada a seguinte metodologia:

Para calcular a Divergência Não Planejada dos investimentos do ECONOMUS são realizados cálculos de cotas para cada um dos segmentos de investimentos, sendo:

1. Segmento de Renda Fixa;
2. Segmento de Renda Variável;
3. Segmento de Investimentos Estruturados
4. Segmento de Investimentos no Exterior
5. Segmento de Empréstimos e;
6. Segmento de Imóveis.

A metodologia empregada para a apuração da DnP consiste na comparação da variação das cotas de cada segmento com a variação da Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano). A interpretação do resultado se dá como satisfatório quando o valor apurado for positivo ou igual a zero, o que indica que o desempenho da carteira conseguiu acompanhar ou superar a performance do benchmark. Quando o resultado apresenta valor negativo indica que a carteira de investimento não acompanhou o comportamento do seu benchmark.

O ECONOMUS poderá, ao longo da vigência desta política, adotar outras metodologias de avaliação desse tipo risco de mercado como forma de ampliar os itens de avaliação a que o patrimônio está exposto.

iii. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez será preocupação constante da administração e, como prudência, poderá alterar o percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, esperasse eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdenciais no curto prazo.

iv. Risco Legal

A administração e o acompanhamento do risco legal são efetuados pelo ECONOMUS constantemente e visa mensurar e quantificar a aderência de todas as carteiras de investimentos sob luz da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Essa atividade de avaliação será incrementada substancialmente com a contratação de prestação de serviços de “controladoria e custódia centralizada” junto à instituição financeira credenciada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários especialmente para esse fim.

v. Risco Operacional

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados pelo Departamento de Controladoria do ECONOMUS, cuja atribuição circula sobre a avaliação de todo o fluxo de informações e procedimentos objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão financeira. Como resultados dos mapeamentos qualitativo e quantitativo foram elaborados Planos de ação que possuem a intenção precípua de mitigar os riscos dessa natureza.

vi. Risco Sistêmico

Procurar-se-á obter diversificação, no caso de risco de crédito privado, entre os vários setores de atividade econômica, de modo a ter uma distribuição de risco entre o setor bancário e o não financeiro, bem como entre os diversos setores deste último, que possa mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos do Plano.

Em termos de risco de mercado, a redução do risco sistêmico se dará através da diversificação entre benchmarks. No caso das carteiras de renda variável, a utilização de fundos de investimentos com estratégia não atrelada a índices de bolsa de valores ainda propiciará uma redução adicional no risco de mercado dentro do segmento.

vii. Acompanhamentos dos Fatores de Risco

Os fatores de riscos envolvidos na operação do deste Plano são gerenciados conforme seu tipo. O risco de mercado é monitorado através de relatórios de DnP – Divergência Não Planejada - elaborados com o objetivo de estimar as perdas potenciais do Plano decorrentes de flutuações dos preços e das taxas de juros do mercado. O acompanhamento do risco de crédito é realizado por meio de análise da capacidade de pagamento dos emissores através das sumulas de ratings emitidas por agências classificadoras de risco, enquanto que o risco de liquidez é discutido no comitê financeiro que se reúne semanalmente, estipulando limites máximos de exposição para ativos de menor liquidez.

viii. Responsabilidade Sócio-Ambiental

Com o compromisso de contribuir para uma sociedade melhor, o ECONOMUS já havia decidido adotar uma nova maneira de conduzir seus negócios, levando em consideração o desenvolvimento social e ambiental.

Desde 2007, quando o ECONOMUS aderiu ao PRI (Princípios para o Investimento Responsável), a Entidade observa, continuamente, os Princípios de Responsabilidade Socio-ambiental, que fazem parte dos Princípios para o Investimento Responsável - PRI.

b. Divergência Não Planejada

A Divergência não Planejada – DnP é uma medida de risco criada pela Secretaria de Previdência Complementar, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e foi desenvolvida com o objetivo de avaliar o desempenho dos investimentos dos Planos de Benefícios frente à evolução apresentada pela Taxa Mínima Atuarial – TMA.

O cálculo para se obter a DnP é efetuado pela diferença entre a rentabilidade apurada nos investimentos e a TMA, que no caso do Economus é INPC+ 6% aa. A interpretação do resultado se dá como satisfatório quando o valor apurado for positivo ou, no mínimo, igual a zero, o que indica que o desempenho da carteira conseguiu acompanhar ou superar a performance do benchmark. Quando o resultado apresenta valor negativo indica que a carteira de investimento em análise não acompanhou o comportamento do seu benchmark.

a) Divergência Não Planejada – Regulamento Geral – Plano C

Na seqüência apresentamos a tabela da Divergência não Planejada - DnP apurada para a carteira de investimento do Plano C, a qual contempla as alocações de recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e empréstimos, conforme segue:

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA - PLANO C														
Trimestres / Segmentos / Carteiras	DnP	1T10				2T10			3T10		4T10		Acumulado 36 meses	
		jan-10	fev-10	mar-10	abr-10	mai-10	jun-10	jul-10	ago-10	set-10	out-10	nov-10		dez-10
Somatório dos Recursos do Plano C	DnP	-0,8070%	0,2926%	0,8430%	-0,6508%	-0,2631%	0,2382%	1,8902%	0,2995%	1,2896%	0,314%	-0,465%	0,648%	4,459%
Segmento de Renda Fixa	DnP	-0,1472%	0,3895%	0,5198%	0,1210%	0,7926%	1,0879%	0,4979%	0,9735%	0,6365%	0,132%	0,390%	0,377%	9,316%
Carteira de RF com baixo risco crédito	DnP	-0,1472%	0,3895%	0,5198%	0,1210%	0,7926%	1,0879%	0,4979%	0,9735%	0,6365%	0,132%	0,390%	0,377%	9,316%
Segmento de Renda Variável	DnP	-4,2635%	-0,0933%	2,9343%	-4,5176%	-6,0152%	-3,9070%	9,5690%	-2,7999%	4,9091%	1,366%	-4,053%	1,962%	-22,368%
Carteira de Ações em Mercado	DnP	-4,2635%	-0,0933%	2,9343%	-4,5176%	-6,0152%	-3,9070%	9,5690%	-2,7999%	4,9091%	1,366%	-4,053%	1,962%	-22,368%
* Segmento de Invest. Estruturado	DnP	-0,5987%	-0,7104%	-0,6014%	-0,6523%	-0,4457%	0,0917%	0,0973%	0,3456%	-0,4098%	-0,733%	-0,842%	-0,247%	-4,613%
Carteira de Invest. Estruturado	DnP	-0,5987%	-0,7104%	-0,6014%	-0,6523%	-0,4457%	0,0917%	0,0973%	0,3456%	-0,4098%	-0,733%	-0,842%	-0,247%	-4,613%
Segmento de Imóveis	DnP	-0,3865%	-0,3577%	-0,3227%	-0,1470%	0,0097%	1,1423%	0,9990%	0,5024%	-0,1130%	-0,388%	-0,637%	-0,217%	20,354%
Carteira de Aluguéis e Renda	DnP	-0,3865%	-0,3577%	-0,3227%	-0,1470%	0,0097%	1,1423%	0,9990%	0,5024%	-0,1130%	-0,388%	-0,637%	-0,217%	28,927%
** Carteira de Fundos Imobiliários	DnP													
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	-0,4323%	0,4672%	0,0316%	0,1258%	0,4048%	0,7761%	0,0267%	0,2453%	-0,5940%	-0,445%	-0,092%	0,499%	5,520%
Cart. de Empréstimos a Participantes	DnP	-0,4323%	0,4672%	0,0316%	0,1258%	0,4048%	0,7761%	0,0267%	0,2453%	-0,5940%	-0,445%	-0,092%	0,499%	5,520%

* Novo segmento de Investimentos Estruturados, à partir de 01/01/2010.

** À partir de 01/01/2010 a carteira de fundos imobiliários passou para o segmento de Investimentos Estruturados.

O resultado da DnP consolidada do Plano C indica um resultado positivo de 4,4587% acumulado em 2010, condição esta que demonstra que no período de 31/12/2009 a 31/12/2010, os segmentos eleitos contribuíram de forma positiva para resultado final, ficando acima da TMA para o período, exceção feita ao segmento de renda variável e investimentos estruturados pelos motivos expostos ao longo deste relatório.

b) Divergência Não Planejada – Prevmais

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA - PREVMAIS														
Trimestres / Segmentos / Carteiras		1T10	2T10	3T10	4T10	Acumulado								
		jan-10	fev-10	mar-10	abr-10	mai-10	jun-10	jul-10	ago-10	set-10	out-10	nov-10	dez-10	36 meses
Somatório dos Recursos do PrevMais	(S)	-0,017%	0,068%	0,112%	-0,030%	-0,071%	-0,041%	0,260%	-0,021%	0,170%	0,081%	-0,084%	0,104%	1,907%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,054%	0,053%	0,050%	0,041%	0,049%	0,044%	0,049%	0,046%	0,043%	0,056%	0,038%	0,059%	1,517%
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	0,054%	0,053%	0,050%	0,041%	0,049%	0,044%	0,049%	0,046%	0,043%	0,056%	0,038%	0,059%	1,517%
Segmento de Renda Variável	DnP	-3,704%	0,406%	2,811%	-3,225%	-5,693%	-3,966%	9,830%	-2,829%	5,461%	1,019%	-4,502%	1,633%	27,979%
Carteira de Ações em Mercado	DnP	-3,704%	0,406%	2,811%	-3,225%	-5,693%	-3,966%	9,830%	-2,829%	5,461%	1,019%	-4,502%	1,633%	27,979%
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	0,549%	0,485%	0,645%	0,549%	0,558%	0,561%	0,577%	0,560%	0,576%	0,484%	0,492%	0,698%	22,394%
Cart. de Empréstimos a Participantes	DnP	0,549%	0,485%	0,645%	0,549%	0,558%	0,561%	0,577%	0,560%	0,576%	0,484%	0,492%	0,698%	22,394%

O conjunto das aplicações efetuadas neste Plano resultou em ótimo desempenho, superando o indicador de referência (CDI).

c) Divergência Não Planejada – Plano B

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA - PLANO B														
Trimestres / Segmentos / Carteiras		1T10	2T10	3T10	4T10	Acumulado								
		jan-10	fev-10	mar-10	abr-10	mai-10	jun-10	jul-10	ago-10	set-10	out-10	nov-10	dez-10	36 meses
Somatório dos Recursos do Plano B	(S)	-0,672%	-0,560%	-0,402%	-0,523%	-0,127%	0,476%	0,502%	0,502%	-0,153%	-0,559%	-0,657%	-0,110%	-2,470%
Segmento de Renda Fixa	(S)	-0,672%	-0,560%	-0,402%	-0,523%	-0,127%	0,476%	0,502%	0,502%	-0,153%	-0,559%	-0,657%	-0,110%	-2,470%
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	-0,672%	-0,560%	-0,402%	-0,523%	-0,127%	0,476%	0,502%	0,502%	-0,153%	-0,559%	-0,657%	-0,110%	-2,470%

A totalidade dos recursos do plano de benefícios em tela foi direcionada para o segmento de renda fixa, com baixo risco de crédito, e o desempenho obtido ficou abaixo da TMA para o período, devido a forte aceleração dos índices de preços em 2010, o que elevou a TMA, composta por INPC + 6% a.a.

d) Divergência Não Planejada – Plano A

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA - PLANO A														
Trimestres / Segmentos / Carteiras		1T10			2T10			3T10		4T10			Acumulado 36 meses	
		jan-10	fev-10	mar-10	abr-10	mai-10	jun-10	jul-10	ago-10	set-10	out-10	nov-10		dez-10
Somatório dos Recursos do Plano A	(S)	-0,672%	-0,561%	-0,404%	-0,524%	-0,130%	0,477%	0,483%	0,496%	-0,159%	-0,566%	-0,682%	-0,108%	-2,597%
Segmento de Renda Fixa	(S)	-0,672%	-0,561%	-0,404%	-0,524%	-0,130%	0,477%	0,483%	0,496%	-0,159%	-0,566%	-0,682%	-0,108%	-2,597%
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	-0,672%	-0,561%	-0,404%	-0,524%	-0,130%	0,477%	0,483%	0,496%	-0,159%	-0,566%	-0,682%	-0,108%	-2,597%

A totalidade dos recursos do plano de benefícios em tela foi direcionada para o segmento de renda fixa, com baixo risco de crédito, e o desempenho obtido ficou abaixo da TMA para o período, devido a forte aceleração dos índices de preços em 2010, o que elevou a TMA, composta por INPC + 6% a.a.

14. Montante dos Investimentos com Gestão Direta e Indireta

Vale ressaltar que a apresentação dos investimentos neste item está segregada entre Gestão Direta (carteira proprietária) e Gestão Indireta (gestores contratados). Esta separação possui a intenção precípua em demonstrar o volume de recursos alocados na carteira proprietária que, por sua constituição, realiza operações visando à aquisição direta de títulos e valores mobiliários emitidos pelos emissores, enquanto

que a segunda forma de gestão relaciona-se com os investimentos realizados em fundos e carteiras de investimentos administradas por terceiros.

Deste modo, apresentamos nas tabelas abaixo o montante de recursos utilizando-se do critério supra mencionado, evidenciando que o Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional por meio de uma política de diversificação, utilizando um modelo consistente para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e assets independentes.

I. Regulamento Geral – Plano C

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A	Schroder Eco Plus FIA	211.018.403,70	6,99%	34,85%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	BBM Valuation	46.245.411,28	1,53%	7,64%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A DTVM	Bradesco FIA Dividendos	43.846.300,83	1,45%	7,24%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	39.309.984,40	1,30%	6,49%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A DTVM	Bradesco Small Caps	33.907.262,21	1,12%	5,60%
GAP GESTORA DE RECURSOS LTDA	Singular ECO D FIC de FIM	31.591.099,00	1,05%	5,22%
Fator Administrator de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	25.006.532,73	0,83%	4,13%
BNY Mellon Arx Investimentos Ltda	Mellon Income FIA	22.588.661,87	0,75%	3,73%
Fator Administração de Recursos LTDA	Fator Sinergia III FIA	21.614.530,77	0,72%	3,57%
Mercatto Gestão de Recursos Ltda	Mercatto Gestão Fundamentalista	18.055.586,24	0,60%	2,98%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	16.249.144,86	0,54%	2,68%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	15.886.944,84	0,53%	2,62%
Opus Gestão de Recursos Ltda	Opus - FIA	15.529.214,14	0,51%	2,56%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	12.821.535,06	0,42%	2,12%
GOVERNANÇA E GESTAO INVESTIM LTDA	Fundo Invest. Participações - Gg2	11.990.260,42	0,40%	1,98%
Neo Gestão de Recursos Ltda	Capital Mezanino - Fundo Participações	10.293.113,90	0,34%	1,70%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multi	7.667.425,22	0,25%	1,27%
Coinvalores	Fundo Projeto Água Branca	6.653.611,02	0,22%	1,10%
Neo Gestão de Recursos Ltda	Capital Mezanino Privado I	3.392.218,25	0,11%	0,56%
Rio Bravo Investimentos	Fundo Centro Têxtil Internacional	2.731.591,36	0,09%	0,45%
Banco Itau S/A	FIDC - Daycoval Veículos II	2.599.307,81	0,09%	0,43%
Oliveira Trust S/A DTVM	FIDC Omni	2.366.599,67	0,08%	0,39%
Pátria Investimentos S.A.	Pátria FICFIP	1.729.964,50	0,06%	0,29%
TCG Gestor Ltda	FIP FIBIE	1.285.364,99	0,04%	0,21%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	Pactual Capital Markets	541.418,44	0,02%	0,09%
Neo Gestão Recursos Ltda	Neo Mezanino FIP	536.521,92	0,02%	0,09%
GESTÃO INDIRETA		605458009,43	20,07%	100%
GESTÃO DIRETA		2411631620,23	79,93%	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		3017089629,66	100%	

II. Contribuição Variável – PrevMais – Renda Programada

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	84.689.286,94	28,17%	39,24%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	76.913.877,09	25,58%	35,63%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	17.150.189,71	5,70%	7,95%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	11.974.495,76	3,98%	5,55%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	4.885.099,67	1,62%	2,26%
Schrooder Invest. Manag. Brasil DTVM S/A	Schrooder Eco Plus FIA	4.711.059,04	1,57%	2,18%
Opus Gestão de Recursos Ltda	Opus - FIA	4.677.690,40	1,56%	2,17%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	3.713.296,87	1,24%	1,72%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	BBM Valuation	2.812.023,87	0,94%	1,30%
BB BANCO INVESTIMENTOS S/A	FIDC - Cobra II	2.564.409,53	0,85%	1,19%
Intrag DTVM S/A	FIDC Energisa	1.656.902,22	0,55%	0,77%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	100.240,50	0,03%	0,05%
GESTÃO INDIRETA		215.848.571,60	71,80%	100,00%
GESTÃO DIRETA		84.776.525,23	28,20%	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		300.625.096,83	100,00%	

III. Contribuição Variável – PrevMais – Risco

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	42.006.920,25	27,28%	35,82%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	41.693.833,17	27,08%	35,55%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	17.011.413,14	11,05%	14,50%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	6.335.357,68	4,11%	5,40%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	5.324.943,76	3,46%	4,54%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	3.793.227,96	2,46%	3,23%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	1.113.989,06	0,72%	0,95%
Gestão Indireta		117.279.685,02	76,18%	100%
Gestão Direta		36.678.426,45	23,82%	
Total dos Investimentos		153.958.111,47	100%	

IV. Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	2.000.825,66	12,58%	28,35%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	1.864.836,19	11,72%	26,42%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.156.420,85	7,27%	16,39%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.044.161,93	6,56%	14,80%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	990.982,25	6,23%	14,04%
GESTÃO INDIRETA		7.057.226,88	44,37%	100,00%
GESTÃO DIRETA		8.848.442,47	55,63%	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		15.905.669,35	100,00%	

V. Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	2.748.446,60	17,90%	35,98%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	2.615.235,16	17,03%	34,24%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	2.060.530,23	13,42%	26,97%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	214.787,57	1,40%	2,81%
Gestão Indireta		7638999,56	49,75%	100%
Gestão Direta		7715583,35	50,25%	
Total dos Investimentos		15354582,91	100%	

VI. FEAS – Programa Assistencial

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	56.698.281,10	18,26%	29,14%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	49.407.134,09	15,91%	25,39%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	31.706.971,18	10,21%	16,29%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	19.403.171,25	6,25%	9,97%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S/A	Schroder Eco Plus FIA	10.255.879,48	3,30%	5,27%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado	10.203.210,45	3,29%	5,24%
Fator Administrator de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	10.149.381,45	3,27%	5,22%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	5.553.974,55	1,79%	2,85%
TCG Gestor Ltda	FIP FIBIE	856.909,99	0,28%	0,44%
Neo Gestão Recursos Ltda	Neo Mezanino FIP	357.681,28	0,12%	0,18%
GESTÃO INDIRETA		194.592.594,82	62,66%	100,00%
GESTÃO DIRETA		115.984.626,79	37,34%	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		310.577.221,61	100,00%	

VII. Programas Administrativos (Previdencial e Assistencial)

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	7.380.307,92	38,41%	47,38%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	5.247.841,91	27,31%	33,69%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	BB Institucional	1.484.212,14	7,72%	9,53%
Sul América Investimentos DTVM S.A	Sul América Excellence FI RF	870.264,40	4,53%	5,59%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	593.305,78	3,09%	3,81%
Gestão Indireta		15575932,15	81,05%	100%
Gestão Direta		3640881,68	18,95%	
Total dos Investimentos		19216813,83	100%	

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.B	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.038.670,52	62,04%	62,04%
RAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	635.440,15	37,96%	37,96%
Gestão Indireta		1.674.110,67	37,96%	37,96%
Gestão Direta		-	0,00%	
Total dos Investimentos		1.674.110,67	37,96%	

15. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme o artigo 7º da Resolução nº 3.792, do CMN de 24/09/2009 e o parágrafo 5º do artigo 35º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos, bem como a prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores da Entidade. Deste modo, o Sr. Paulo Leite Julião foi nomeado pelo Conselho Deliberativo como Administrador Responsável do Economus Instituto de Seguridade Social. A seguir apresentamos informações cadastrais do Administrador: Nome: Paulo Leite Julião - CPF: 956.029.098-34 - Cargo: Diretor Financeiro - Telefone: 0xx11-3464-7607 - E-mail: juliao@economus.com.br

16. Evolução da Reserva Matemática e dos Resultados a Realizar do Plano C

A reserva matemática é calculada atuarialmente, com base na avaliação dos dados cadastrais da população, com o intuito de identificar o montante financeiro necessário para a realização dos pagamentos de complementação descritos no respectivo regulamento. O valor da reserva está subdividido ainda em "Benefícios a Conceder" e "Benefícios Concedidos".

É possível observar na tabela abaixo a evolução comparativa da rubrica "Resultados a Realizar", data base dezembro/2010, no valor de R\$ 430.326.894,05, bem como o comportamento verificado do "Exigível Atuarial" do Plano de benefícios e os seus efeitos sobre o "Equilíbrio Técnico" do Plano. O efeito prático dessa avaliação mostra que, neste momento, o déficit ficou zerado, devido em grande parte a recuperação dos investimentos ao longo de 2010, deste modo podemos afirmar que este Plano apresenta um "Equilíbrio Técnico".

Conta Contábil	Resultado do Regulamento Geral - Plano C	Posição em 06/2010	Posição em 12/2010	Variação em %
2.3	Patrimônio Social	3.259.564.852,53	3.452.516.932,65	5,92
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	2.443.421.353,35	2.791.027.841,22	14,23
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	1.245.922.266,59	1.014.877.412,61	(18,54)
2.3.1.1.03.02	Déficit Equacionado *	(389.659.519,41)	(372.158.175,45)	(4,49)
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	(481.899.712,66)	(430.326.894,05)	(10,70)
2.3.1.2.02	Resultados a Realizar **	422.705.414,07	430.326.894,05	1,80
2.3.1.2	EQUILÍBIO TÉCNICO	(59.194.298,59)	-	

* proveniente da taxa cobrada dos participantes a título de antecipação para o equacionamento do déficit.

** proveniente da compra dos títulos para equacionamento do déficit (ofício 2206).

É fato que o valor registrado na rubrica de "Resultados a Realizar" (R\$ 430,3 milhões - dez/10) tende a zero, pois quanto mais se aproximam os vencimentos dos títulos utilizados para o equacionamento parcial do déficit, **menor** será o ganho contábil auferido pelo extinto artigo 5º da CGPC nr. 4, pois passam a ser contabilizado em "Resultados Realizados". De outro lado, com a devida apropriação da correção monetária

e juros, bem como amortização do deságio auferido na aquisição desses títulos, a variação nominal se comporta de maneira inversa, tendo o seu valor cada vez **maior** à medida que os vencimentos se aproximam. Portanto, como efeito prático dos cálculos, o resultado financeiro (curva dos títulos) e o contábil (Resultados a Realizar) apresentam equilíbrio na medida em que o tempo decorre.

Na tabela acima é possível observar a variação do “Resultado a Realizar” no 2º semestre de 2010 e nota-se que houve um ligeiro aumento nos valores comparativos, pois, como temos o componente da inflação embutido no cálculo é possível verificar esse fenômeno entre um período e outro. A justificativa para essa situação circula principalmente sobre o comportamento verificado entre a “taxa do IGP-M” e a “taxa de amortização do deságio” pactuada, posto que quando a variação do IGP-M for superior a taxa de amortização, o valor do resultado a realizar sofre os efeitos e apresenta elevação, sendo o inverso verdadeiro, ou seja, quando a “taxa do IGPM” se posiciona abaixo da linha da “taxa de amortização”, o valor apresenta um decréscimo.

17. Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Direta e Indireta

O conceito adotado para o cálculo e distribuição das despesas da Gestão Direta (GD) e Gestão Indireta (GI) foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada Plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento ora mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética por meio da apresentação das tabelas abaixo relacionadas, as quais identificam, por Plano sob a administração do Economus, o total dos valores efetivamente pagos ao longo de 2010 aos prestadores de serviços contratados.

Os custos identificados, em grande parte, visam oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Estas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão indireta, as cotas dos fundos de investimento renda fixa e de variável são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros, portanto, não há desembolso físico de recursos tendo em vista que tais despesas são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Desse modo, o mapeamento a seguir exposto reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período supracitado, todavia esses custos poderão oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, de futuras operações junto à BM&F e/ou Bovespa que possam ser constituídas visando diminuir as exposições ao risco de mercado ou mesmo no que tange as despesas operacionais como: custódia, renovação de contratos, cartórios, ANBID e outros, posto que tais custos poderão ser contraídos também pelos gestores contratados pelo Economus. Contudo, tais movimentações são objeto de permanente monitoramento por parte do Instituto, visando analisar a sua coerência e benefício para o portfólio de redução.

I. Custos com a Administração dos Recursos – Plano C

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO C	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	141.795,10
Consultoria Financeira	29.247,51
Consultoria de Risco de Crédito	11.113,46
Consultoria de Renda Variável	14.277,60
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	114.218,07
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	310.651,74
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	2.843.774.056,43
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,011%

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	143.461,15
Consultoria Financeira	22.099,74
Consultoria de Risco de Crédito	-
Consultoria de Renda Variável	2.492,77
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	131.132,84
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	306.248,77
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.037.292.570,92
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,010%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO C	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	2.706.993,76
Taxa de Custódia	25.139,60
Taxa de Fiscalização - CVM	29.933,16
Taxa de Auditoria	5.562,08
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	2.767.628,59
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	2.843.774.056,43
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,097%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	2.776.073,25
Taxa de Custódia	16.780,34
Taxa de Fiscalização - CVM	34.808,92
Taxa de Auditoria	10.939,19
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	2.838.601,70
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.037.292.570,92
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,093%

II. Custos com a Administração dos Recursos – Preamais

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PREVMAIS	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	18.650,68
Consultoria Financeira	3.816,34
Consultoria de Risco de Crédito	1.469,92
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	11.902,83
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	35.839,75
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	381.532.376,52
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,009%

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	20.989,28
Consultoria Financeira	3.232,90
Consultoria de Risco de Crédito	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	16.041,89
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	41.326,15
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	454.595.115,83
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,009%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PREVMAIS	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	226.172,35
Taxa de Custódia	7.868,28
Taxa de Fiscalização - CVM	16.115,08
Taxa de Auditoria	7.854,39
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	258.010,10
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	381.532.376,52
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,068%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	337.658,57
Taxa de Custódia	13.528,28
Taxa de Fiscalização - CVM	13.041,84
Taxa de Auditoria	5.827,03
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	370.055,73
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	454.595.115,83
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,081%

III. Custos com a Administração dos Recursos – Plano B

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO B	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	820,04
Consultoria Financeira	169,39
Consultoria de Risco de Crédito	63,85
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	522,91
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	1.576,19
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	15.984.149,12
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,010%

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	789,66
Consultoria Financeira	121,65
Consultoria de Risco de Crédito	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	597,99
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	1.547,74
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	21.093.389,63
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,007%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO B	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	10.800,13
Taxa de Custódia	249,89
Taxa de Fiscalização - CVM	391,09
Taxa de Auditoria	227,13
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	11.668,24
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	15.984.149,12
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,073%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	8.837,83
Taxa de Custódia	329,27
Taxa de Fiscalização - CVM	223,43
Taxa de Auditoria	407,81
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	9.798,35
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	21.093.389,63
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,046%

IV. Custos com a Administração dos Recursos – Plano A

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO A	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	766,21
Consultoria Financeira	158,01
Consultoria de Risco de Crédito	59,72
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	488,52
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	1.472,45
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	14.845.228,79
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,010%

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	758,83
Consultoria Financeira	116,90
Consultoria de Risco de Crédito	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	575,11
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	1.487,81
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	17.926.257,90
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,008%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO A	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	9.696,83
Taxa de Custódia	232,70
Taxa de Fiscalização - CVM	386,90
Taxa de Auditoria	116,76
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	10.433,18
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	14.845.228,79
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,070%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	7.515,77
Taxa de Custódia	313,00
Taxa de Fiscalização - CVM	270,62
Taxa de Auditoria	149,86
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	8.249,24
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	17.926.257,90
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,046%

V. Custos Totais – Consolidado

GESTÃO DIRETA	
Descrição	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	178.489,44
Consultoria Financeira	36.796,71
Consultoria de Risco de Crédito	13.988,61
Consultoria de Renda Variável	14.277,60
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	137.625,67
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	381.178,03
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.256.135.810,86
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,012%

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Custódia Qualificada	182.405,26
Consultoria Financeira	28.098,66
Consultoria de Risco de Crédito	-
Consultoria de Renda Variável	2.492,77
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	160.779,49
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	382.776,18
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	4.011.746.819,76
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,010%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição	1º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	3.176.100,49
Taxa de Custódia	40.870,67
Taxa de Fiscalização - CVM	56.430,57
Taxa de Auditoria	18.259,35
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	3.291.661,08
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.256.135.810,86
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,101%

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2010 Valores em R\$
Taxa de Administração	3.396.768,18
Taxa de Custódia	146.819,09
Taxa de Fiscalização - CVM	58.632,33
Taxa de Auditoria	26.790,75
TOTAL DOS CUSTOS COM INVESTIMENTOS	3.629.010,35
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	4.011.746.819,76
% DOS CUSTOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,09%

AVALIAÇÃO ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL - CNPB: 19.780.001-38

PARECER ATUARIAL

Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Geral – Grupo C (CNPB: 19.780.001-38)**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., o qual foi incorporado societariamente pelo BANCO DO BRASIL S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, tendo como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano.

O **Plano de Benefícios do Regulamento Geral**, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2006.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base¹ de 31/12/2010**, sendo esta também a **Data da Avaliação²**. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados nesta Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos, não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

A Avaliação Atuarial anual de 2010 foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Geral**, vigentes na Data da Avaliação, conforme última alteração regulamentar aprovada pela Diretoria de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar, por meio da Portaria nº 1.802, de 26 de Outubro de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 29/10/2007, cuja versão está adaptada à Resolução CGPC nº 19, de 29/09/2006, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2010. Cabe ressaltar que o Plano encontra-se fechado para novas adesões, estando, portanto, em extinção.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 460/10** de solicitação de dados e

informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2010 do **Plano de Benefícios do Regulamento Geral** são as mesmas utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2009, com exceção do fator de capacidade que foi alterado para 0,9816, sendo que estas estão formuladas em função da massa avaliada, considerando os testes de aderência de hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras executados no mesmo exercício, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 157/10** e correspondência **GAMA 151 - CT 288/10**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, por meio da ATA nº369/10 que aprovou as premissas constantes na Nota Técnica nº290/10, observando assim, no que nos permite, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº18/06 e Resolução MPS/CGPC nº13/04.

As **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos e Pensionistas do **Plano de Benefícios do Regulamento Geral**, existentes em 31/12/2010, foram determinadas pelo valor presente dos benefícios, sendo aplicados sobre estes os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até o mês da Avaliação Atuarial, em consonância com a Nota Técnica Atuarial. Assim, as **PMBC** montam, em 31/12/2010, a **R\$ 2.791.027.841,22** (dois bilhões, setecentos e noventa e um milhões, vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos).

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$ 1.014.877.412,61** (um bilhão, quatorze milhões, oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e um centavos), na data de 31/12/2010, e foram determinadas pelo método prospectivo, consoante a Nota Técnica Atuarial do Plano.

Ressaltamos que em decorrência do Ofício nº3026/2010/GGMA/DIACE/PREVIC, referente ao Plano Regulamento Complementar nº 2, também administrado e executado pelo ECONOMUS, a Entidade deliberou que para o **Plano de Benefícios do Regulamento Geral** o valor do Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, constituído no Fundo Previdencial, referente aos Benefícios de Risco avaliados sob o regime de Repartição de Capital de Cobertura e Repartição Simples passou a ser contabilizado, a partir de dezembro de 2010, nas contas 2.3.1.1.02.04.00 - Benefício definido estruturado em regime de Repartição de Capitais de Cober-

¹ Data Base: Data de referência dos dados.

² Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

tura e 2.3.1.1.02.05.00 - Benefício definido estruturado em regime de Repartição Simples, respectivamente. Entretanto os valores decorrentes dessas contas não constituirão direito para os Participantes, uma vez que tal movimentação visa, exclusivamente a sincronia com Resolução MPS/CGPC 28/09 e Instrução Normativa SPC 34/09.

Tal movimentação resultou na desconstituição do **Fundo Previdencial** em 31/12/2010.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **ECONOMUS** com o **Plano de Benefícios do Regulamento Geral**, e deste para com os Participantes e Assistidos do Plano, através das Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$ 3.433.747.078,38** (três bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos e quarenta e sete mil e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), em **31/12/2010**.

Conforme observado no Balancete Analítico de **31/12/2010**, verifica-se que o Patrimônio de Cobertura do Plano não está totalmente integralizado, ou seja, do valor de **R\$ 3.433.747.078,38** (três bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos e quarenta e sete mil e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), o valor de **R\$ 3.431.368.390,17** (três bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa reais e dezessete centavos), está integralizado, e **R\$ 2.378.688,21** (dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos) a ser integralizado.

Quanto às **Provisões [Reservas] Matemáticas a Constituir**, estas foram avaliadas atuarialmente, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, na data de 31/12/2010, e montam em **R\$ 372.158.175,45** (trezentos e setenta e dois milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$ 3.433.747.078,38** (três bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos e quarenta e sete mil e setenta e oito reais e trinta e oito centavos) com o Patrimônio de Cobertura do Plano, no montante de **R\$ 3.433.747.078,38** (três bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos e quarenta e sete mil e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), verifica-se que o **Plano de Benefícios do Regulamento Geral** apresentou equilíbrio técnico-atuarial em **31/12/2010**.

Na data da Avaliação Atuarial a Entidade mantinha o registro sob sua responsabilidade de **Fundo Administrativo** no **Plano de Benefícios do Regulamento Geral** de **R\$ 17.760.904,46** (dezessete milhões, setecentos e sessenta mil, novecentos e quatro reais e quarenta e seis centavos) para a garantia das despesas administrativas, com a respectiva cobertura patrimonial, de igual valor, e **Fundo de Investimentos** no montante de **R\$ 1.008.949,81** (um milhão, oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos), com a respectiva parcela de cobertura patrimonial.

Cumpramos destacar que, para fins desta Avaliação Atuarial anual de 2010, os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis do Plano utilizados, foram os informados pela Entidade, através do balancete do mês de dezembro de 2010, o qual considerou que estão contabilizados a va-

lor de mercado e refletem fielmente a situação na data de referência, sendo tal fato de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 6,00% ao ano.

A rentabilidade do Plano de Benefícios do Regulamento Geral auferida no exercício de 2010, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, foi de **16,08%** (dezesseis inteiros e oito centésimos por cento), calculada pela Taxa Interna de Retorno – TIR, da variação patrimonial líquida do Plano, sendo que a exigibilidade atuarial do período ficou em **12,853%** (doze inteiros, oitocentos e cinquenta e três centésimos por cento), composto pelo INPC de 6,47% mais 6,00% ao ano, resultando em **ganho atuarial ao Plano de 2,86%** (dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) **da rentabilidade patrimonial no período**.

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2010, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e assegurados pelo Plano, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à Data da Avaliação Atuarial anual, resultando na necessidade de aplicação de **563,365%** (quinhentos e sessenta e três inteiros e trezentos e sessenta e cinco milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

No que tange ao Custo do Plano, calculado em 31/12/2010, pertinente aos benefícios programados, o qual foi determinado atuarialmente, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, e baseado no respectivo método atuarial, verificou-se a necessidade de aplicação de **19,685%** (dezenove inteiros e seiscentos e oitenta e cinco milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Cumpramos ressaltar, na qualidade de responsável técnico-atuarial pelo Plano em tela, **a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros** atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano, os quais se encontram **atualmente atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização**, tendo em vista as características do Plano, principalmente, no que tange a este se encontrar em regime de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, **de forma a mitigar riscos inerentes a não constituição de reserva técnica para suportar esses benefícios, quando da sua percepção, observado, ainda, o grau de maturidade do Plano**.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, estes foram mantidos, nos mesmos patamares e percentuais da Avaliação Atuarial de 2009, com vigência de abril de 2011 até março de 2012.

Diante do exposto, o Plano de Custeio do **Plano de Benefícios do Regulamento Geral** proposto, em atendimento ao Custo dos benefícios assegurados e da administração do Plano, a contar do mês de **abril de 2011 até março de 2012**, observada a Contribuição Extraordinária referente ao equacionamento do Déficit Técnico do exercício de 2009, cujo início se dará a partir de **abril de 2011 até**

março de 2012, conforme deliberação do Conselho Deliberativo e Patrocinadoras, devendo ser mantidas as taxas propostas sujeito à Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, sendo que, em caso de insuficiência a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011), considerando, inclusive, a celebração de contrato com as Patrocinadoras, além de ficar sob análise e verificação nas próximas Avaliações Atuariais a serem processadas no Plano, inclusive aquelas

semestrais, perfazendo assim, os seguintes critérios e taxas de contribuições a serem observados:

I) Participantes:

a) As Contribuições Normais de Participantes, com tempo de Plano inferior a 30 (trinta) anos, que não optaram pelo Saldamento do Plano, são vertidas em função de percentuais aplicáveis sobre o respectivo Salário Real de Participação, expressos em moeda corrente nacional, conforme tabela abaixo:

Base de Contribuição	% Contrib. Normal Participante aplicado sobre o SRP	Parcela a deduzir, aplicada sobre o TetoINSS
SRP < ½* TetoINSS	1,00%	-
½* TetoINSS < SRP < 1* TetoINSS	1,75%	0,375%
1* TetoINSS < SRP < 6* TetoINSS	25,55%	24,17%

b) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2005, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **3,64%** sobre o Salário Real de Participação, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze) meses, contados a partir de abril de 2011;

c) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2009, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **1,53%** sobre o Salário Real de Participação, condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

d) Contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela da Participante, correspondentes a **0,90%** sobre o Salário Real de Participação.

II) Participantes Autopatrocinados:

a) As Contribuições Normais correspondentes ao valor resultante das tabelas supracitadas, acrescidas da Contribuição Normal da Patrocinadora, equivalente a **21,73%** sobre o respectivo Salário Real de Participação;

b) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2005, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **7,28%** sobre o Salário Real de Participação, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze) meses, contados a partir de abril de 2011;

c) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2009, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **3,06%** sobre o Salário Real de Participação, condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicio-

nado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

d) Contribuições destinadas ao custeio administrativo correspondente a **1,80%** sobre o Salário Real de Participação.

III) Assistidos - Aposentados:

a) As Contribuições Normais, de periodicidade mensal, correspondes a **4,1%** sobre o valor do benefício de complementação de aposentadoria;

b) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2005, de periodicidade mensal, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **3,64%** sobre o valor do benefício de complementação de aposentadoria, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze) meses, contados a partir de abril de 2011;

c) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2009, de periodicidade mensal, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **2,78%** sobre o valor do benefício de complementação de aposentadoria condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

d) Contribuições, de periodicidade mensal, destinadas ao custeio administrativo correspondente a **0,90%** sobre o valor do benefício de complementação de aposentadoria.

IV) Assistidos - Pensionistas:

a) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2009, de periodicidade mensal, destinada à co-

bertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **2,78%** sobre o valor do benefício de complementação de pensão, condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

b) Contribuições, de periodicidade mensal, destinadas ao custeio administrativo, correspondentes a **0,90%** sobre o valor do benefício de complementação de pensão.

V) Patrocinadoras:

a) Contribuições Normais: As Patrocinadoras efetuarão Contribuições Normais, de periodicidade mensal, paritariamente às Contribuições Normais vertidas pelos Participantes, exceto Participantes Autopatrocínados e Pensionistas;

b) Contribuição Extraordinária: No que se refere ao Déficit Equacionado – 2005, as Patrocinadoras efetuarão Contribuições Extraordinárias, de periodicidade mensal, paritariamente as Contribuições vertidas pelos Participantes, Participantes que optaram pelo Saldamento, inclusive os Participantes Autopatrocínados - Saldados que se desligaram da Patrocinadora posterior à data do saldamento e Aposentados, exceto Participantes Autopatrocínados e Pensionistas, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato;

c) Contribuição Extraordinária: No que se refere ao Déficit Equacionado – 2009, as Patrocinadoras efetuarão Contribuições Extraordinárias, de periodicidade mensal, paritariamente as Contribuições vertidas pelos Participantes, Participantes que optaram pelo Saldamento e Assistidos (Aposentados e Pensionistas), condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011), considerando, inclusive, a **celebração de contrato** com as Patrocinadoras;

d) Contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela da Patrocinadora, de periodicidade mensal, paritariamente às Contribuições vertidas pelos Participantes, Aposentados e Pensionistas, exceto Participantes Autopatrocínados.

VI) Participantes que optaram pelo Saldamento:

a) Contribuições Extraordinárias, referente ao Déficit Equacionado – 2005, destinada à cobertura de parte das insuficiências das Provisões [Reservas] Matemáticas, corresponde a **3,64%** sobre o Benefício Saldado, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze), contados a partir de abril de 2011;

b) Contribuições Extraordinárias, referente ao Déficit Equacionado – 2009, destinada à cobertura de parte das insuficiências das Provisões [Reservas] Matemáticas, corres-

ponde a **1,53%** sobre o Benefício Saldado, condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

c) Contribuições, de periodicidade mensal, destinadas ao custeio administrativo correspondente a **0,90%** sobre o Benefício Saldado.

VII) Participantes que optaram pelo Saldamento - Autopatrocínados:

VII.1) Optante pelo Saldamento em Autopatrocínio:

a) Contribuição Normal, de periodicidade mensal, correspondente a **7,39%** sobre o Benefício Saldado, referente aos Participantes Saldados em Autopatrocínio, que optaram pela cobertura dos Benefícios de Riscos;

b) Contribuições Extraordinárias, referente ao Déficit Equacionado – 2005, destinada à cobertura de parte das insuficiências das Provisões [Reservas] Matemáticas, corresponde a **7,28%** sobre o Benefício Saldado, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze) meses, contados a partir de abril de 2011;

c) Contribuições Extraordinárias, referente ao Déficit Equacionado – 2009, destinada à cobertura de parte das insuficiências das Provisões [Reservas] Matemáticas, corresponde a **3,06%** sobre o Benefício Saldado, condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

d) Contribuições, de periodicidade mensal, destinadas ao custeio administrativo correspondente a **1,80%** sobre o Benefício Saldado.

VII.2) Optante pelo Saldamento em Atividade e posterior opção pelo Autopatrocínio:

a) Contribuição Normal, de periodicidade mensal, correspondente a **7,39%** sobre o Benefício Saldado, referente aos Participantes Saldados em Autopatrocínio, que optaram pela cobertura dos Benefícios de Riscos;

b) Contribuições Extraordinárias, referente ao Déficit Equacionado – 2005, destinada à cobertura de parte das insuficiências das Provisões [Reservas] Matemáticas, corresponde a **3,64%** sobre o Benefício Saldado, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze) meses, contados a partir de abril de 2011;

c) Contribuições Extraordinárias, referente ao Déficit Equacionado – 2009, destinada à cobertura de parte das insuficiências das Provisões [Reservas] Matemáticas, corresponde a **1,53%** sobre o Benefício Saldado, condicionado a

Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

d) Contribuições, de periodicidade mensal, destinadas ao custeio administrativo correspondente a **0,90%** sobre o Benefício Saldado.

VIII) Participantes que optaram pelo BPD:

a) Contribuição Normal, de periodicidade mensal, correspondente a **7,39%** sobre o valor do BPD, referente aos Participantes em BPD, que optaram pela cobertura dos Benefícios de Riscos;

b) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2005, de periodicidade mensal, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **3,64%** sobre o valor do BPD, observado o prazo de amortização de 311 (trezentos e onze) meses, contados a partir de abril de 2011;

c) Contribuição Extraordinária, referente ao Déficit Equacionado – 2009, de periodicidade mensal, destinada à cobertura de parte da insuficiência das Provisões [Reservas] Matemáticas corresponde a **1,53%** sobre o valor do BPD, condicionado à Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011);

d) Contribuição destinada ao custeio administrativo referente a **0,9%** sobre o valor mensal do BPD.

Isto posto, cumpre destacar que o **Plano de Custeio do Plano de Benefícios do Regulamento Geral** proposto para o exercício de **2011/2012**, fixado por meio da Avaliação Atuarial anual de 2010, posicionada em 31/12/2010, quando confrontado com o Custo atuarial, verificado na Avaliação Atuarial anual, observa-se que o Custeio referente aos Be-

nefícios de Risco e aos Benefícios Programados mostrou-se semelhante ao Custo apurado nesta Avaliação Atuarial, desta forma, conclui-se pelo equilíbrio financeiro no Plano do custeio proposto.

Importante ressaltar que a **Contribuições Extraordinárias, referente ao Déficit Equacionado – 2009**, se dará a partir de **abril de 2011 até março de 2012** conforme deliberação do Conselho Deliberativo do ECONOMUS e das Patrocinadoras da Entidade, condicionado a Avaliação Atuarial especial de **março de 2011**, para verificar a suficiência patrimonial do Plano, frente ao Déficit Equacionado de 2009, posicionado na mesma data, observado o prazo de amortização de 42 (quarenta e dois) meses, estando em consonância com a Resolução MPS/CGPC 18/06, contados a partir de abril de 2011, sendo que, em caso de insuficiência, a respectiva Contribuição Extraordinária deverá ser iniciada de imediato (em abril de 2011), considerando, inclusive, a **celebração de contrato** com as Patrocinadoras, sendo que os percentuais ora fixados serão revistos nas Avaliações Atuariais realizadas para o Plano, inclusive aquela de caráter semestral a ser realizada no ano de 2011.

Destacamos que, conforme determinação da Entidade, subsidiada por estudo técnico realizado por esta Consultoria, em consonância com o Relatório **GAMA 151 - RE 181/10**, o Método de Financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao **Déficit Equacionado – 2005** foi revisto, passando para regime financeiro, com a aplicação do Método da Tabela Price, que consiste em calcular prestações fixas, onde o saldo devedor é amortizado aos poucos, até a quitação da Insuficiência Patrimonial, sendo que o prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico é de 311 (trezentos e onze) meses, estando em consonância com a Resolução MPS/CGPC 18/06.

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Geral**, em 31/12/2010, encontra-se equilibrada, observada a **constituição da Provisão Matemática a Constituir** no montante de **R\$ 372.158.175,45** (trezentos e setenta e dois milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e a fruição, das Contribuições Extraordinárias por parte da Patrocinadora, Participantes e Assistidos, na forma apresentada neste documento.

Este é o Parecer.

Brasília, 04 de março de 2011.

ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
DIRETOR-PRESIDENTE

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVMAIS - CNPB Nº 20.060.034-29

PARECER ATUARIAL

Atendendo a solicitação da Entidade e observado as disposições da Lei Complementar nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano PrevMais (CNPB sob o nº 20.060.034-29)**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., o qual foi incorporado societariamente pelo BANCO DO BRASIL S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, tendo como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano.

O **Plano PrevMais**, administrado e executado pelo ECONOMUS, patrocinado pelo BANCO DO BRASIL S.A., e pela própria Entidade, é um plano estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16³, de 22 de novembro de 2005. Assim, observamos características de Contribuição Definida (CD) durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, em que o seu valor, quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares, é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado ao longo da vida laborativa, **conforme opção do Participante**, poderá obter a característica de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base⁴ de 31/12/2010**, sendo esta também a **Data da Avaliação⁵**. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados nesta Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos, não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

A Avaliação Atuarial anual de 2010 foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano PrevMais**, vigentes na Data da Avaliação, conforme última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria nº 1.577, de 18 de setembro de 2007, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2010.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 460/10** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual de 2010, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2010 do **Plano PrevMais** são as mesmas utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2009, com exceção do fator de capacidade que foi alterado para 0,9817, sendo que estas estão formuladas em função da massa avaliada, considerando os testes de aderência de hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras executados no mesmo exercício, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 157/10** e correspondência **GAMA 151 – CT 288/10**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, por meio da ATA nº369/10 que aprovou as premissas constantes na Nota Técnica nº290/10, observando assim, no que nos permite, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº18/06 e Resolução MPS/CGPC nº13/04.

As **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos, incluindo os Pensionistas, existentes em 31/12/2010, foram determinadas conforme metodologia constante da Nota Técnica Atuarial, sendo:

i) Benefícios de Aposentadoria/Pensão (Contribuição Definida) – Montante Financeiro Individual: saldo posicionado em 31 de dezembro de 2010, já consideradas as movimentações devidas na competência do mês e valorizadas pela cota patrimonial do PrevMais, com **PMBC** no valor de **R\$20.327.730,18** (vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta reais e dezoito centavos);

ii) Benefícios de Aposentadoria (Benefício Definido estruturado em regime de capitalização): dado pelo valor presente dos Benefícios Concedidos para o mês de referência, sendo aplicados sobre estes valores os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até o mês da data de Avaliação, com **PMBC** no valor de **R\$2.086.117,04** (dois milhões, oitenta e seis mil, cento e dezessete reais e quatro centavos); e

iii) Benefícios de Risco (Benefício Definido estruturado em regime de capitalização): dado pelo valor presente dos Benefícios Concedidos para o mês de referência, sendo aplicados sobre estes valores os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até o mês da data de Avaliação, com **PMBC** no valor de **R\$65.858.450,01** (sessenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e um centavo).

Assim, as **PMBC** montam em **R\$ 88.272.297,23** (oitenta e oito milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos), na data de **31/12/2010**.

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$ 274.991.222,56** (duzentos e setenta e quatro milhões, novecentos e noventa e um

³ “Art. 4º Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.”

⁴ Data Base: Data de referência dos dados.

⁵ Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), na data de **31/12/2010**, e foram determinadas pelo método de capitalização atuarial individual. Ainda, as **PMBaC** foram dimensionada com base nas informações individuais dos Participantes, disponibilizados pela Entidade, posicionadas em 31 de dezembro de 2010, já consideradas as movimentações devidas no mês, no que se refere às contribuições, sendo que o valor desta Provisão é dado pela soma dos saldos constantes nos FUNDOS A, B e C, denominado Montante Financeiro Individual, constituídos a favor de cada Participante, representando desta forma, o compromisso líquido do Plano para com os Participantes, acrescido ainda das obrigações com Participantes e Patrocinadoras, conforme informado pela Entidade.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **ECONOMUS** com o **Plano PrevMais**, para com os Participantes e Assistidos do Plano, através das Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$363.263.519,79** (trezentos e sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e dezenove reais e setenta e nove centavos), em **31/12/2010**.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$363.263.519,79** (trezentos e sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) com o Patrimônio de Cobertura do Plano, no montante de **R\$382.824.395,03** (trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais e três centavos), verifica-se que o **Plano de Benefícios PrevMais** apresentou **Superávit técnico-atuarial acumulado**, de **R\$19.560.875,24** (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), em **31/12/2010**.

Com a publicação da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, em especial o parágrafo único do art. 7º e o art. 8º, foi regulamentada a forma de apuração do resultado e, consequentemente, da constituição da Reserva de Contingência e Reserva Especial, dos planos de benefícios administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, fazendo-se necessária a segregação das Provisões Matemáticas referente aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido, daqueles estruturados em Contribuição Definida.

Assim, em observância à legislação vigente atinente à matéria, do total do Superávit Técnico de **R\$19.560.875,24** (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), **R\$16.986.141,76** (dezesseis milhões, novecentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) foi destinado para a formação da Reserva de Contingência, em face deste montante corresponder a **25%** (vinte e cinco por cento) das Provisões [Reservas] Matemáticas estruturadas em Benefício Definido (BD) e, o excedente superavitário, ou seja, **R\$2.574.733,48** (dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos), destinado à Reserva Especial (Reserva para Ajuste do Plano), sendo este o segundo ano de constituição de Reserva Especial. Ainda, em obediência aos ditames da mencionada Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, sugerimos que a Entidade mantenha controle específico sobre estes valores, uma vez que completou o terceiro ano consecutivo de Reserva Especial, sendo que, a partir de 2011, a Entidade deverá providenciar estudos para a revisão obrigatória do Plano, observado os dispositivos do normativo em epígrafe.

Também foram avaliados atuarialmente os **Fundos Previdenciais**, no montante de **R\$ 71.724.036,54** (setenta e um milhões, setecentos e vinte e quatro mil e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme metodologia constante na Nota Técnica Atuarial do Plano ou no Regulamento do Plano, conforme o caso, estes com a respectiva cobertura patrimonial, de igual valor, destacando que o **Plano PrevMais** estava constituído pelos seguintes Fundos Previdenciais em **31/12/2010**:

1) REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR:

a) O Fundo de Oscilação de Riscos, conforme previsto no Regulamento do Plano o Fundo é destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas, fixados na elaboração do Plano de Custeio e Nota Técnica Atuarial.

b) O Fundo de Reversão, conforme previsto no Regulamento do Plano o Fundo é constituído pelo saldo do Fundo C, que não foram destinadas ao pagamento do Benefício de Aposentadoria e Resgate, o qual poderá ser destinado para cobertura da Conta Coletiva ou outra detinação, observada a legislação vigente, fixados na elaboração do Plano de Custeio e Nota Técnica Atuarial.

Destacamos que estão descritas na Nota Técnica Atuarial ou Regulamento do **Plano de Benefícios PrevMais**, conforme o caso, informações pormenorizadas acerca da constituição, manutenção e reversão dos referidos Fundos.

Na data da Avaliação Atuarial a Entidade mantinha o registro sob sua responsabilidade de **Fundo Administrativo no Plano de Benefícios PrevMais** de **R\$ 4.147.768,32** (quatro milhões, cento e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) para a garantia das despesas administrativas, com a respectiva cobertura patrimonial, de igual valor, e **Fundo de Investimentos** no montante de **R\$ 11.821,29** (onze mil, oitocentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos), com a respectiva parcela de cobertura patrimonial.

Cumpramos destacar que, para fins deste Parecer Atuarial, os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis do Plano utilizados, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2010, para os quais consideramos que estão contabilizados a valor de mercado e representam fielmente cada um desses itens, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado para as reservas dos benefícios concedidos e a conceder, regidas sob a modalidade de Contribuição Definida - CD, com base nos saldos de contas em cotas e para as reservas dos benefícios concedidos e a conceder, regidas sob a modalidade de Benefício Definido - BD com a taxa de juros técnicos de desconto atuarial de 5,00% a.a.

No que tange a rentabilidade do **Plano PrevMais**, cumpre informar que a partir de 01/07/2009, o plano passou a operar com diferentes tipos de investimentos, considerando a segregação dos investimentos dos recursos garantidores do referido plano em 4 (quatro) grupos, diferenciando-os pelos percentuais a serem aplicados em Renda Fixa ou Renda Variável, quais sejam: Conservador (100% RF), Moderado (85% RF e 15% RV), Agressivo (70% RF e 30%RV) e Super Agressivo (55% RF e 45% RV).

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2010, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme

previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e assegurados, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à data da Avaliação Atuarial anual, sendo o resultado deste estudo a verificação da necessidade de 7,09% (sete inteiros e noventa centésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

No que tange aos Benefícios Programados, o Custo do Plano resultou em um percentual de **11,631%** (onze inteiros e seiscentos e trinta e um milésimos por cento), com base nas contribuições vertidas por Participante e Patrocinador para a formação do Montante Financeiro Individual, informações estas constantes da base de dados dos Participantes.

Cumprе ressaltar, na qualidade de responsável técnico-atuarial pelo Plano em tela, a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano, os quais se encontram atualmente atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização.

Isto posto, o Plano de Custeio proposto para o Plano referente aos Benefícios de Risco mostrou-se semelhante ao Custo apurado nesta Avaliação Atuarial anual, posicionada em 31/12/2010, concluindo-se pelo **equilíbrio** financeiro no Plano de Custeio proposto.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, estes seriam mantidos nos mesmos patamares e

percentuais da Avaliação Atuarial anual de 2009 para o exercício de 2010, com vigência de **abril de 2011 até março de 2012.**

Diante do exposto, entendemos como adequado a aplicação do Plano de Custeio proposto em atendimento ao Custo dos benefícios assegurados do Plano, sendo que o Plano de Custeio proposto do **Plano PrevMais**, perfaz os seguintes critérios:

I) Participantes:

a) Contribuições Normais: Destinada a formação do Montante Financeiro Individual, sendo determinada pela aplicação de um percentual inteiro livremente escolhido pelo Participante, entre **2,00%** (dois por cento) e **8,00%** (oito por cento), sobre o salário de benefício, e serão efetuadas 12 (doze) vezes ao ano, com contribuição dobrada no mês de dezembro.

b) Contribuições Adicionais: O Participante poderá optar por verter Contribuições Adicionais ao Plano, desde que efetue as Contribuições Normais, observado as condições fixadas pelo Regulamento do Plano e conselho Deliberativo da Entidade.

c) Contribuições Coletivas: Destinada ao financiamento dos Benefícios de Risco e à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor será estabelecido no Plano de Custeio. A parcela da Contribuição Coletiva relativa ao financiamento dos Benefícios de Risco será determinada levando em conta a faixa salarial dos Participantes, ou outro critério definido pelo Conselho Deliberativo, conforme detalhamento do constante do Plano de Custeio, o qual replicou a seguir:

CUSTEIO DE RISCO

Salário de Benefício (em R\$)

% Sobre o salário de benefício

Até 2.500,00	0,27%
De 2.500,01 a 3.000,00	0,98%
De 3.000,01 a 3.500,00	1,68%
De 3.500,01 a 4.000,00	2,22%
De 4.000,01 a 5.000,00	2,68%
De 5.000,01 a 6.000,00	3,18%
De 6.000,01 a 7.000,00	3,54%
De 7.000,01 a 8.000,00	3,77%
De 8.000,01 a 10.000,00	4,03%
De 10.000,01 a 12.000,00	4,28%
De 12.000,01 a 6 PPE ⁽¹⁾	4,54%

(1) PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Salário de Benefício (em R\$)

% Sobre o salário de benefício

Até 2.500,00	0,15%
De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%
De 3.500,01 a 4.000,00	0,55%
De 4.000,01 a 5.000,00	0,65%
De 5.000,01 a 6.000,00	0,80%
De 6.000,01 a 7.000,00	0,85%
De 7.000,01 a 10.000,00	0,90%
De 10.000,01 a 6 PPE ⁽¹⁾	0,94%

(1) PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS

II) Participantes Autopatrocinados:

a) Contribuições Normais: Efetuará Contribuição Normal de Participante, destinada a formação do Montante Financeiro Individual, sendo determinada pela aplicação de um percentual inteiro livremente escolhido pelo Participante, entre **2,00%** (dois por cento) e **8,00%** (oito por cento), sobre o salário de benefício, acrescido da parcela da Patrocinadora, e serão efetuadas 12 (doze) vezes ao ano, com contribuição dobrada no mês de dezembro.

b) Contribuições Coletivas: Destinada ao financiamento dos Benefícios de Risco e à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor será estabelecido no Plano de Custeio. A parcela da Contribuição Coletiva relativa ao financiamento dos Benefícios de Risco será determinada levando em conta a faixa salarial dos Participantes, ou outro critério definido pelo Conselho Deliberativo, conforme detalhamento do constante do Plano de Custeio, o qual replicamos a seguir:

CUSTEIO DE RISCO	
Salário de Benefício (em R\$)	% Sobre o salário de benefício
Até 2.500,00	0,54%
De 2.500,01 a 3.000,00	1,96%
De 3.000,01 a 3.500,00	3,36%
De 3.500,01 a 4.000,00	4,44%
De 4.000,01 a 5.000,00	5,36%
De 5.000,01 a 6.000,00	6,36%
De 6.000,01 a 7.000,00	7,08%
De 7.000,01 a 8.000,00	7,54%
De 8.000,01 a 10.000,00	8,06%
De 10.000,01 a 12.000,00	8,56%
De 12.000,01 a 6 PPE	9,08%

Onde: PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS

CUSTEIO ADMINISTRATIVO	
Salário de Benefício (em R\$)	% Sobre o salário de benefício
Até 2.500,00	0,30%
De 2.500,01 a 3.000,00	0,60%
De 3.000,01 a 3.500,00	0,90%
De 3.500,01 a 4.000,00	1,10%
De 4.000,01 a 5.000,00	1,30%
De 5.000,01 a 6.000,00	1,60%
De 6.000,01 a 7.000,00	1,70%
De 7.000,01 a 10.000,00	1,80%
De 10.000,01 a 6 PPE ⁽¹⁾	1,88%

Onde: PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS

III) Participantes em BPD:

a) Contribuições Coletivas: Destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a **0,90%** (noventa centésimos por cento) do valor mensal do Benefício Proporcional Diferido.

IV) Aposentados Inválidos:

a) Contribuições Normais: Efetuará Contribuição Normal correspondente a **4,1%** (quatro inteiros e um décimo por cento) do benefício mensal de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez.

b) Contribuições Coletivas: Destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a **0,90%** (noventa centésimos por cento) do benefício mensal de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez.

V) Aposentados Válidos:

a) Contribuições Coletivas: Os Aposentados Válidos efetuarão Contribuição Coletiva para o Plano PrevMais destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a **0,90%** (noventa centésimos por cento) do Benefício de Aposentadoria.

VI) Pensionistas:

a) Contribuições Coletivas: Os pensionistas efetuarão Contribuição Coletiva para o **Plano PrevMais** destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a **0,90%** (noventa centésimos por cento) do benefício mensal de Suplementação de Pensão.

VII) Patrocinadoras:

a) Contribuições Normais: Efetuarão Contribuições Normais, de

periodicidade mensal, paritariamente as Contribuições Normais vertidas pelos Participantes, exceto Autopatrocínados e Assistidos.

b) Contribuições Coletivas: Destinadas ao financiamento dos Benefícios de Risco e à cobertura de Despesas Administrativas, paritariamente as Contribuições Coletivas vertidas pelos Participantes e Assistidos, exceto Autopatrocínados, Participantes em BPD.

Conclui-se, ante todo o exposto, que a situação econômico-

atuarial do **Plano PrevMais**, em 31/12/2010, encontrava-se superavitária, no montante de R\$19.560.875,24 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o **Patrimônio de Cobertura do Plano** destinado ao Plano pela Entidade, em face da inexistência de Provisões a Constituir.

Este é o Parecer.

Brasília, 04 de março de 2011.

ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
SÓCIO-DIRETOR

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2 - CNPB: 19.780.003-83

PARECER ATUARIAL

Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, em face da Avaliação Atuarial anual de 2010, tendo como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano.

O **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a *priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Cabe ressaltar que aos Participantes do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, o **ECONOMUS** concederá os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade
- Aposentadoria por Invalidez; e,
- Pensão por Morte.

No que tange ao custeio dos benefícios supracitados, é de responsabilidade da Fazenda do Estado do São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93 conforme Regulamento do Plano.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo plano em comento. De forma que, dentre os benefícios dispostos no Regulamento, o único em que a massa remanescente enquadra-se é o de Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo **ECONOMUS**, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 460/10** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

Procedemos a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base⁶ de 31/12/2010**, sendo esta também a **Data da Avaliação⁷**. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados na Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

⁶ Data Base: Data de referência dos dados.

⁷ Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

A Avaliação Atuarial anual foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, vigentes na Data da Avaliação, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2010, sendo que o Plano não mantém passivo contratado a amortizar nem Provisões a Constituir.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2010 do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2** são as mesmas utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2009, com exceção do fator de capacidade que foi alterado para 0,9816, sendo que estas estão formuladas em função da massa avaliada, considerando os testes de aderência de hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras executados no mesmo exercício, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 157/10** e correspondência **GAMA 151 - CT 288/10**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, por meio da ATA nº369/10 que aprovou as premissas constantes na Nota Técnica nº290/10, observando assim, no que nos permite, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº18/06 e Resolução MPS/CGPC nº13/04.

As **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos, incluindo os Pensionistas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, existentes em 31/12/2010, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos Benefícios Concedidos para o mês de referência, sendo aplicados sobre estes valores os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até à data de Avaliação, em consonância com a Nota Técnica Atuarial. Assim, as **PMBC** montam, em 31/12/2010, em **R\$ 993.021,57** (novecentos e noventa e três mil e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos).

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$ 8.668.513,43** (oito milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos e treze reais e quarenta e três centavos), na data de 31/12/2010, fixadas com base nos montantes pertinentes aos valores de Resgates do Plano, a que todos os Participantes teriam direito, caso cancelassem a inscrição no Plano, destacada para o mês de referência dezembro de 2010, conforme informações disponibilizadas pela Entidade.

Ressaltamos que, em decorrência do Ofício nº3026/2010/GGMA/DIACE/PREVIC, o valor do Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, constituído no Fundo Previdencial, referente aos Benefícios de Risco avaliados sob o regime de Repartição de Capital de Cobertura e Repartição Simples passaram a ser contabilizados, a partir de dezembro de 2010, nas contas 2.3.1.1.02.04.00 - Benefício definido estruturado em regime de Repartição de Capitais de Cobertura e 2.3.1.1.02.05.00 - Benefício definido estruturado em regime de Repartição Simples, respectivamente. Entretanto os valores decorrentes dessas contas não constituirão direito para os Participantes, uma vez que tal movimentação visa, exclusivamente, a sincronia com Resolução MPS/CGPC 28/09 e Instrução Normativa SPC 34/09.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2**, para com os Participantes e Assistidos

do Plano, representadas pelas Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$ 9.661.535,00** (nove milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais) em 31/12/2010.

Também registramos que o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2** deverá manter o **Fundo Previdencial** de **R\$ 6.053.878,53** (seis milhões, cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos), os quais foram avaliados atuarialmente para 31/12/2010 com a respectiva cobertura patrimonial, para atender a Gestão Previdencial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2**, destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas no Plano.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões [Reservas] Matemáticas de **R\$ 9.661.535,00** (nove milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais) com os valores do Patrimônio de Cobertura do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2**, em 31/12/2010, no montante de **R\$ 9.856.161,24** (nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos) verifica-se que o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2** apresentou superávit técnico-atuarial no montante de **R\$ 194.626,24** (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) em **31/12/2010**.

Cumpramos destacar que, para fins desta Avaliação Atuarial anual, os valores de patrimônios e ativos de investimentos do Plano utilizados foram os informados pela Entidade, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 6,00% ao ano.

A rentabilidade do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 02** auferida no exercício de 2010, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, foi de **15,086%** (quinze inteiros e oitenta e seis milésimos por cento), calculada pela Taxa Interna de Retorno - TIR, da variação patrimonial líquida do Plano, sendo que a exigibilidade atuarial do período ficou em **12,853%** (doze inteiros, oitocentos e e cinquenta e três centésimos por cento), composto pelo INPC de 6,47% mais 6,00% ao ano, resultando em **ganho atuarial ao Plano de 1,979%** (um inteiro e novecentos e setenta e nove milésimos por cento) **da rentabilidade patrimonial no período**.

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2010, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e assegurados pelo Plano, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à Data da Avaliação Atuarial anual, sendo o resultado deste estudo a verificação da necessidade de 1,570% (um inteiro e quinhentos e setenta milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Cumpramos ressaltar, na qualidade de responsável técnico-atuarial pelo Plano em tela, a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano,

os quais se encontram atualmente atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização, tendo em vista as características do Plano, principalmente, no que tange a este se encontrar em regime de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, de forma a mitigar riscos inerentes a não constituição de reserva técnica para suportar esses benefícios, quando percepção, uma vez observado o grau de maturidade do Plano.

Isto posto, o Plano de Custeio do Plano praticado referente aos Benefícios de Risco mostrou-se equivalente ao Custo apurado na Avaliação Atuarial anual, posicionada em 31/12/2010, concluindo-se pelo **equilíbrio** financeiro no Plano de Custeio proposto.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, para o exercício de 2011, com vigência de abril de 2011 até março de 2012, o custeio administrativo será de correspondente a 1,456% (um inteiro e quatrocentos e cinquenta e seis milésimos por cento), sendo 0,411 (quatrocentos e onze milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano e 1,045% (um inteiro e quarenta e cinco milésimos por cento) conforme deliberação da Entidade que estipula uma contribuição extraordinária para a Patrocinadora de 0,92% sobre sua respectiva folha de pagamento referente ao **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2** para fins de administração do plano por esse ECONOMUS.

Diante do exposto, o **Plano de Custeio** proposto para o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2**, perfaz os seguintes critérios:

I) Participantes em percepção de benefícios pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

a) Contribuições Normais correspondentes a 1,980% (um inteiro e novecentos e oitenta milésimos por cento) do salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a 1,570% (um inteiro e quinhentos e se-

tenta milésimos por cento) do salário real de participação ; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a 0,410% (quatrocentos e dez milésimos por cento) do salário real de participação.

II) Pensionistas:

a) Contribuição mensal correspondente a 0,410% (quatrocentos e dez milésimos por cento) do valor da complementação recebida do ECONOMUS, referente ao custeio administrativo, equivalente em percentual a 0,001% (um milésimos por cento) sobre o valor da Folha de Salários de Participação dos Participantes.

III) Patrocinadora:

a) Contribuições Extraordinárias destinadas a administração do Plano, correspondente a 1,045% (um inteiro e quarenta e cinco milésimos por cento) da folha de salário real de participação, conforme deliberação da Entidade que estipula uma contribuição extraordinária para a Patrocinadora de 0,92% sobre a folha de pagamento.

O Custo do Plano e o respectivo Plano de custeio avaliado e apresentado neste Parecer, em conformidade com os regimes e métodos atuariais e demais informações, considerando a manutenção do Plano em regime de extinção, ou seja fechado a novas inscrições, tende a manter-se **crecente** ao longo do tempo, em face do envelhecimento natural da massa de Assistidos e Participantes.

Conclui-se, ante todo o exposto, que a situação econômica-atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2**, em 31/12/2010, estava superavitária, no montante de **R\$ 194.626,24** (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o **Patrimônio de Cobertura do Plano destinado ao Plano pela Entidade**, em face da inexistência de Provisões a Constituir.

Este é o Parecer.

Brasília, 04 de março de 2011.

ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
DIRETOR-PRESIDENTE

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1 - CNPB: 19.780.002-19

PARECER ATUARIAL

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, em face da Avaliação Atuarial anual de 2010, tendo como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano.

O **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Cabe ressaltar que aos Participantes do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1**, admitidos originariamente pelo regime CLT, na forma prevista pela Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, independente de qualquer contribuição, o ECONOMUS concederá os seguintes benefícios:

- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Complementação de Aposentadoria por Idade
- Complementação de Aposentadoria por Invalidez; e,
- Complementação de Pensão por Morte.

No que tange ao custeio dos benefícios supracitados, é de responsabilidade da Fazenda do Estado do São Paulo, nos termos do Decreto nº 33.784, de 09/09/91, conforme Regulamento do Plano.

Os demais benefícios, relacionados abaixo, assegurados no Plano, serão custeados por Participantes, Assistidos e Patrocinadora, conforme Plano Anual de Custeio:

- Complementação de Auxílio-Reclusão;
- Complementação de Auxílio-Doença;
- Pecúlio por Morte; e,
- Pecúlio por Invalidez.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 460/10** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

Procedemos a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base⁸ de 31/12/2010**, sendo esta também a **Data da Avaliação⁹**. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados na Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

A Avaliação Atuarial anual foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1**, vigentes na Data da Avaliação, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2010. Cabe ressaltar que o Plano não mantém passivo contratado a amortizar nem Provisões a Constituir.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2010 do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1** foram formuladas em função da massa avaliada, considerando que a mesma estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuarias executados por esta Consultoria, sendo os resultados formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 157/10**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, por meio da ATA nº369/10 que aprovou as premissas constantes na Nota Técnica nº290/10, observando assim, no que nos permite, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº18/06 e Resolução MPS/CGPC nº13/04.

As **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos, incluindo os Pensionistas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, existente em 31/12/2010, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios. Assim, as **PMBC** montam, em 31/12/2010, em **R\$ 5.783.248,91** (cinco milhões, setecentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos).

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$ 6.970.152,19** (seis milhões, novecentos e setenta mil, cento e cinquenta e dois reais e dezenove centavos), na data de 31/12/2010, fixadas com base nos montantes pertinentes aos valores de Resgates do Plano, a que todos os Participantes teriam direito, caso cancelassem a inscrição no Plano, destacada para o mês de referência dezembro de 2010, conforme informações disponibilizadas pela Entidade.

Ressaltamos que, em decorrência da correspondência Ofício nº3026/2010/GGMA/DIACE/PREVIC, referente ao Plano do Regulamento Complementar Nº 2, administrado e executado pelo ECONOMUS, a Entidade deliberou que, para o **Plano**

⁸ Data Base: Data de referência dos dados.

⁹ Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

do Regulamento Complementar Nº 1, o valor do Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, até então constituído no Fundo Previdencial, referente aos Benefícios de Risco em regime de Repartição de Capital de Cobertura e Repartição Simples passaram a ser contabilizados a partir de dezembro de 2010 nas contas 2.3.1.1.02.04.00 - Benefício definido estruturado em regime de Repartição de Capitais de Cobertura e 2.3.1.1.02.05.00 - Benefício definido estruturado em regime de Repartição Simples, respectivamente. No entanto, ressaltamos que os valores decorrentes dessas contas não constituirão direito para os Participantes, uma vez que tal movimentação visa, exclusivamente a sincronia com Resolução MPS/CGPC 28/09 e Instrução Normativa SPC 34/09.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, para com os Participantes e Assistidos do Plano, representadas pelas Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$ 12.753.401,10** (doze milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e um reais e dez centavos) em 31/12/2010.

Também registramos que o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1** deverá manter o **Fundo Previdencial de R\$ 6.100.952,76** (seis milhões, cem mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), os quais foram avaliados atuarialmente para 31/12/2010, sendo este valor referente ao Fundo de Oscilação de Riscos que é constituído atuarialmente, para atender a gestão Previdencial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1**, destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas no Plano, conforme Nota Técnica Atuarial.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões [Reservas] Matemáticas de **R\$ 12.753.401,10** (doze milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e um reais e dez centavos) com os valores do Patrimônio de Cobertura do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, em 31/12/2010, no montante de **R\$ 13.425.494,87** (treze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), verifica-se que o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1** apresentou **superávit técnico-atuarial** no montante de **R\$ 672.093,77** (seiscentos e setenta e dois mil, noventa e três reais e setenta e sete centavos) em **31/12/2010**.

Cumprir destacar que, para fins desta Avaliação Atuarial anual, os valores de patrimônios e ativos de investimentos do Plano utilizados foram os informados pela Entidade, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 6,00% ao ano.

A rentabilidade do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1** auferida no exercício de 2010, no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, foi de **14,38%** (quatorze inteiros e trinta e oito centésimos por cento), calculada pela Taxa Interna de Retorno – TIR, da variação patrimonial líquida do Plano, sendo que a exigibilidade atuarial do período ficou em **12,85%** (doze inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento), composto pelo INPC de 6,47% mais 6,00% ao ano, resultando em **ganho atuarial atuarial ao Plano de 1,35%** (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) da rentabilidade patrimonial no período.

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2010, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e assegurados pelo Plano, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à Data da Avaliação Atuarial anual, sendo o resultado deste estudo a verificação da necessidade de **1,3330%** (um inteiro e três mil, trezentos e trinta décimos de milésimo por cento) sobre a folha anual de salário real de participação dos Participantes do Plano.

Cumprir ressaltar, na qualidade de responsável técnico-atuarial pelo Plano em tela, a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano, os quais se encontram atualmente atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização, tendo em vista as características do Plano, de forma a mitigar riscos inerentes a não constituição de reserva técnica para suportar esses benefícios, quando percepção, uma vez observado o grau de maturidade do Plano.

Isto posto, o Plano de Custeio proposto para do Plano referente aos Benefícios de Risco mostrou-se semelhante ao custo apurado nesta Avaliação Atuarial anual, posicionada em 31/12/2010, concluindo-se pelo **equilíbrio** financeiro no Plano de Custeio proposto.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, para o exercício de 2011, com vigência de abril de 2011 até março de 2012.

Diante do exposto, o **Plano de Custeio** proposto para o **Plano Complementar Nº1**, perfaz os seguintes critérios:

I) Participantes:

a) Contribuições Normais correspondentes a **1,0%** (um por cento) do salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a **0,88%** (oitenta e oito centésimos por cento) do salário real de participação; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a **0,12%** (doze centésimos por cento) do salário real de participação.

II) Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo:

a) Contribuições Normais correspondentes a **1,0%** (um por cento) do salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a **0,88%** (oitenta e oito centésimos por cento) do salário real de participação em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a **0,12%** (doze centésimos por cento) do salário real de participação.

III) Aposentados:

a) Contribuições Normais correspondentes a **5,00%** (cinco

por cento) do valor da complementação de Aposentadoria recebida pelo ECONOMUS, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a **4,88%** (quatro inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) do salário de benefício; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a **0,12%** (doze centésimos por cento) do salário de benefício.

IV) Pensionistas:

a) Contribuição mensal correspondentes a **0,12%** (doze centésimos por cento) do valor da complementação de Pensão por Morte, recebida pelo ECONOMUS, referente ao custeio administrativo, equivalente em percentual a **0,001%** (um milésimos por cento) sobre o valor da Folha de Salários de Participação dos Participantes.

V) Patrocinadora:

a) Contribuições Normais correspondentes a **0,55%** (cinquenta e cinco centésimos por cento) do salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a **0,43%** (quarenta e três centésimos por cento) do salário de benefício; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela da Patrocinadora, correspondentes a

0,12% (doze centésimos por cento) do salário de benefício;

b) Contribuições Extraordinárias destinadas a administração do Plano, correspondente a **0,7629%** (sete mil seiscentos e vinte e nove décimos de milésimo por cento) da folha de salário real de participação, conforme deliberação da Entidade que estipula uma contribuição extraordinária para a Patrocinadora de 0,92% sobre a folha de pagamento.

O Custo do Plano e o respectivo Plano de custeio avaliado e apresentado neste Parecer, em conformidade com os regimes e métodos atuariais e demais informações, considerando a manutenção do Plano em regime de extinção, ou seja fechado a novas inscrições, tende a manter-se **crecente** ao longo do tempo, em face do envelhecimento natural da massa de Assistidos e Participantes.

Conclui-se, ante todo o exposto, que a situação econômica-atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°1**, em 31/12/2010, encontrava-se superavitária, no montante de **R\$ 672.093,77** (seiscentos e setenta e dois mil, noventa e três reais e setenta e sete centavos), observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o **Patrimônio de Cobertura do Plano** destinado ao Plano pela Entidade, em face da inexistência de Provisões a Constituir.

Este é o Parecer.

Brasília, 04 de março de 2011.

ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
SÓCIO-DIRETOR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Balancos patrimoniais consolidados
em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2010	2009
Disponível		<u>6</u>	<u>210</u>
Realizável		<u>3.973.895</u>	<u>3.540.589</u>
Gestão previdencial	4.1	439.276	415.523
Gestão administrativa	4.2	7.270	3.345
Investimentos	4.3	<u>3.527.349</u>	<u>3.121.721</u>
Títulos públicos		1.943.357	1.741.021
Créditos privados e depósitos		411.491	444.647
Ações		109.638	108.504
Fundos de investimento		969.872	723.517
Investimentos imobiliários		18.259	19.069
Empréstimos		71.563	75.508
Outros realizáveis		3.169	9.455
Permanente	4.4	<u>671</u>	<u>882</u>
Imobilizado		671	882
Gestão assistencial		<u>457.068</u>	<u>419.822</u>
Total do Ativo		<u>4.431.640</u>	<u>3.961.503</u>
Passivo	Nota	2010	2009
Exigível operacional		<u>10.705</u>	<u>6.844</u>
Gestão previdencial		6.295	3.410
Gestão administrativa		3.951	3.002
Investimentos		459	432
Exigível contingencial	4.5	<u>16.090</u>	<u>8.175</u>
Gestão previdencial		14.638	6.805
Gestão administrativa		1.443	1.285
Investimentos		9	85
Patrimônio social		<u>3.947.777</u>	<u>3.526.662</u>
Patrimônio de cobertura do plano		<u>3.839.853</u>	<u>3.429.022</u>
Provisões matemáticas	4.6	<u>3.819.425</u>	<u>3.417.583</u>
Benefícios concedidos		2.886.076	2.103.373
Benefícios a conceder		1.305.507	1.692.154
(-) Provisões matem. a constituir		(372.158)	(377.944)
Equilíbrio técnico		<u>20.428</u>	<u>11.439</u>
Resultados realizados	4.7	(409.899)	(400.005)
Resultados a realizar		430.327	411.444
Fundos	4.8	<u>107.924</u>	<u>97.640</u>
Fundos previdenciais		83.879	77.686
Fundos administrativos		23.024	19.369
Fundos dos investimentos		1.021	585
Gestão assistencial		<u>457.068</u>	<u>419.822</u>
Total do passivo		<u>4.431.640</u>	<u>3.961.503</u>

Demonstrações das mutações do ativo líquido consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	<u>3.114.634</u>	<u>2.778.494</u>	<u>12</u>
Adições	<u>795.232</u>	<u>568.025</u>	<u>40</u>
Contribuições previdenciais	157.555	140.831	12
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	602.704	408.586	48
Reversão de contingências - Gestão previdencial	3.959	723	448
Receitas administrativas	17.764	16.083	10
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	1.897	1.541	23
Reversão de contingências - Gestão administrativa	113	261	(57)
Receitas assistenciais	11.240	-	-
Destinações	<u>(393.437)</u>	<u>(231.885)</u>	<u>70</u>
Benefícios	(239.380)	(192.185)	25
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(111.564)	(23.717)	370
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(15.133)	(1.241)	1.119
Despesas administrativas	(14.475)	(13.481)	7
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	(224)	(17)	1.218
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(1.474)	(1.244)	18
Despesas assistenciais	(11.187)	-	-
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	<u>401.795</u>	<u>336.140</u>	<u>20</u>
Provisões matemáticas	401.842	175.046	130
Fundos previdenciais	6.192	21.152	(71)
Superávit (déficit) técnico do exercício	-9.894	136.799	(107)
Gestão assistencial	37.246	-	-
Ativo líquido - Final do exercício	<u>3.516.429</u>	<u>3.114.634</u>	<u>13</u>
Fundos não previdenciais	<u>24.045</u>	<u>19.954</u>	<u>21</u>
Fundos administrativos	23.024	19.369	19
Fundos dos investimentos	1.021	585	75

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do plano de gestão administrativa consolidada
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	<u>19.369</u>	<u>16.226</u>	<u>19</u>
Custeio da gestão administrativa	<u>31.015</u>	<u>17.885</u>	<u>73</u>
Receitas	<u>31.015</u>	<u>17.885</u>	<u>73</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial	13.326	11.562	15
Custeio administrativo dos investimentos	774	667	16
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	1.470	923	59
Receitas diretas	1.881	2.572	(27)
Resultado positivo dos investimentos	1.897	1.541	23
Reversão de contingências	113	261	(57)
Reembolso da gestão assistencial	11.240	-	-
Outras receitas	314	359	(13)
Despesas administrativas	<u>27.136</u>	<u>14.725</u>	<u>84</u>
Administração previdencial	<u>10.491</u>	<u>10.202</u>	<u>3</u>
Pessoal e encargos	4.758	4.382	9
Treinamentos/congressos e seminários	138	32	331
Viagens e estadias	159	148	7
Serviços de terceiros	2.737	3.380	(19)
Despesas gerais	1.059	831	27
Depreciações e amortizações	166	185	(10)
Contingências	1.474	1.244	18
Administração dos investimentos	<u>5.458</u>	<u>4.523</u>	<u>21</u>
Pessoal e encargos	3.266	1.970	66
Treinamentos/congressos e seminários	65	15	333
Viagens e estadias	41	26	58
Serviços de terceiros	1.598	2.129	(25)
Despesas gerais	431	330	31
Depreciações e amortizações	57	53	8
Administração assistencial	<u>11.187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado negativo dos investimentos	<u>224</u>	<u>17</u>	<u>1.218</u>
Sobra/(insuficiência) da gestão administrativa	<u>3.655</u>	<u>3.143</u>	<u>16</u>
Constituição/(reversão) do fundo administrativo	<u>3.655</u>	<u>3.143</u>	<u>16</u>
Fundo administrativo do exercício atual	<u>23.024</u>	<u>19.369</u>	<u>19</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefício - Grupo A
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	<u>14.394</u>	<u>12.393</u>	<u>16</u>
Adições	<u>4.887</u>	<u>4.499</u>	<u>9</u>
Contribuições	2.257	3.114	(28)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.444	1.300	11
Reversão de contingências - Gestão previdencial	1.186	85	1.295
Destinações	<u>(3.370)</u>	<u>(2.498)</u>	<u>35</u>
Benefícios	(1.578)	(1.925)	(18)
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(5)	(2)	150
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.325)	(102)	1.199
Custeio administrativo	(462)	(469)	(1)
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	<u>1.517</u>	<u>2.001</u>	<u>(24)</u>
Provisões matemáticas	1.619	(239)	(777)
Fundos previdenciais	(297)	2.240	(113)
Superávit (déficit) técnico do exercício	195	-	-
Ativo líquido - Final do exercício (A+3)	<u>15.911</u>	<u>14.394</u>	<u>11</u>
Fundos não previdenciais	<u>841</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fundos administrativos	841	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefício - Grupo B
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	<u>16.612</u>	<u>14.246</u>	<u>17</u>
Adições	<u>5.637</u>	<u>3.463</u>	<u>63</u>
Contribuições	1.903	1.727	10
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.540	1.466	5
Reversão de contingências - Gestão previdencial	2.194	270	713
Destinações	<u>(2.723)</u>	<u>(1.097)</u>	<u>148</u>
Benefícios	(997)	(710)	40
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(6)	(2)	200
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.583)	(249)	536
Custeio administrativo	(137)	(136)	1
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	<u>2.914</u>	<u>2.366</u>	<u>23</u>
Provisões matemáticas	1.300	1.314	(1)
Fundos previdenciais	942	1.052	(10)
Superávit (déficit) técnico do exercício	672	-	-
	-	-	-
Ativo líquido - Final do exercício	<u>19.526</u>	<u>16.612</u>	<u>18</u>
Fundos não previdenciais	<u>274</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fundos administrativos	274	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefício - Grupo C
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	<u>2.739.849</u>	<u>2.523.134</u>	9
Adições	<u>608.983</u>	<u>422.775</u>	44
Contribuições	48.404	44.386	9
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	560.001	378.022	48
Reversão de contingências - Gestão previdencial	578	367	58
Destinações	<u>(345.412)</u>	<u>(206.060)</u>	68
Benefícios	(219.497)	(178.373)	23
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(109.736)	(23.084)	375
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(12.225)	(890)	1.274
Custeio administrativo	(3.954)	(3.713)	6
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	<u>263.571</u>	<u>216.715</u>	22
Provisões matemáticas	288.255	70.958	306
Fundos previdenciais	(5.801)	3.865	(250)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(18.883)	141.892	(113)
Ativo líquido - Final do exercício	<u>3.003.420</u>	<u>2.739.849</u>	10
Fundos não previdenciais	<u>18.770</u>	<u>580</u>	3.136
Fundos administrativos	17.761	-	-
Fundos dos Investimentos	1.009	580	74

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefício - PrevMais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	<u>324.409</u>	<u>212.494</u>	53
Adições	<u>158.037</u>	<u>131.545</u>	20
Contribuições	118.318	103.747	14
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	39.719	27.798	43
Destinações	<u>(27.898)</u>	<u>(19.630)</u>	42
Benefícios	(17.308)	(11.176)	55
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(1.817)	(630)	188
Custeio administrativo	(8.773)	(7.824)	12
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	<u>130.139</u>	<u>111.915</u>	16
Provisões matemáticas	110.669	103.013	7
Fundos previdenciais	11.348	13.994	(19)
Superávit (déficit) técnico do exercício	8.122	(5.092)	(260)
Ativo líquido - Final do exercício	<u>454.548</u>	<u>324.409</u>	40
Fundos não previdenciais	<u>4.160</u>	<u>1</u>	415.900
Fundos administrativos	4.148	-	-
Fundos dos Investimentos	12	1	1.100

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício - Grupo A
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativos	17.173	14.535	18
Disponível	1	5	(80)
Recebível	1.818	351	418
Investimento	15.354	14.179	8
Créditos privados e depósitos	7.715	5.072	52
Fundos de investimento	7.639	9.107	(16)
Obrigações	422	141	199
Operacional	422	141	199
Fundos não previdenciais	841	-	-
Fundos administrativos	841	-	-
Ativo líquido	15.910	14.394	11
Provisões matemáticas	9.662	8.043	20
Superávit/déficit técnico	194	-	-
Fundos previdenciais	6.054	6.351	(5)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício - Grupo B
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativos	19.959	16.663	20
Disponível	1	-	-
Recebível	4.053	1.319	207
Investimento	15.905	15.344	4
Créditos privados e depósitos	8.848	6.464	37
Fundos de investimento	7.057	8.880	(21)
Obrigações	159	51	212
Operacional	159	51	212
Fundos não previdenciais	274	-	-
Fundos administrativos	274	-	-
Ativo líquido	19.526	16.612	18
Provisões matemáticas	12.753	11.454	11
Superávit/déficit técnico	672	-	-
Fundos previdenciais	6.101	5.158	18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício - Grupo C
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativos	3.473.073	3.162.213	10
Disponível	3	74	(96)
Recebível	452.055	413.794	9
Investimento	3.021.015	2.748.345	10
Títulos públicos	1.943.357	1.741.021	12
Créditos privados e depósitos	272.287	320.527	(15)
Ações	109.638	108.504	1
Fundos de investimento	606.460	476.618	27
Investimentos imobiliários	18.259	19.069	(4)
Empréstimos	69.108	74.481	(7)
Outros realizáveis	1.906	8.125	(77)
Obrigações	20.556	10.340	99
Operacional	5.909	3.450	71
Contingencial	14.647	6.890	113
Fundos não previdenciais	18.770	580	3.136
Fundos administrativos	17.761	-	-
Fundos dos Investimentos	1.009	580	74
Resultados a realizar	430.327	411.444	5
Ativo líquido	3.003.420	2.739.849	10
Provisões matemáticas	3.433.747	3.145.492	9
Superávit/déficit técnico	(430.327)	(411.444)	5
Fundos previdenciais	-	5.801	(100)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício - PrevMais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Ativos	458.969	324.609	41
Disponível	-	129	(100)
Recebível	4.374	59	7.314
Investimento	454.595	324.421	40
Créditos privados e depósitos	118.999	108.104	10
Fundos de investimento	333.140	215.289	55
Empréstimos	2.456	1.028	139
Obrigações	261	196	33
Operacional	261	196	33
Fundos não previdenciais	4.160	4	103.900
Fundos administrativos	4.148	-	-
Fundos dos Investimentos	12	4	200
Ativo líquido	454.548	324.409	40
Provisões matemáticas	363.263	252.594	44
Superávit/déficit técnico	19.561	11.439	71
Fundos previdenciais	71.724	60.376	19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício - Grupo A
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	<u>9.857</u>	<u>8.043</u>	<u>23</u>
1. Provisões Matemáticas	<u>9.662</u>	<u>8.043</u>	<u>20</u>
1.1. Benefícios Concedidos	<u>993</u>	<u>936</u>	<u>6</u>
Benefício Definido	993	936	6
1.2. Benefício a Conceder	<u>8.669</u>	<u>7.107</u>	<u>22</u>
Benefício Definido estruturada em Regime de Capitalização Programado	<u>8.669</u>	<u>7.107</u>	<u>22</u>
Valor atual dos benefícios	6.817	7.107	(4)
Benefício Definido estruturada em Regime de Repartição Simples	<u>1.852</u>	-	-
2. Equilíbrio Técnico	<u>195</u>	-	-
2.1. Resultados Realizados	<u>195</u>	-	-
Superávit técnico acumulado	195	-	-
Reserva de contingência	195	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício - Grupo B
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	<u>13.425</u>	<u>11.454</u>	<u>17</u>
1. Provisões Matemáticas	<u>12.753</u>	<u>11.454</u>	<u>11</u>
1.1. Benefícios Concedidos	<u>5.783</u>	<u>5.308</u>	<u>9</u>
Benefício Definido	5.783	5.308	9
1.2. Benefício a Conceder	<u>6.970</u>	<u>6.146</u>	<u>13</u>
Benefício Definido estruturada em Regime de Capitalização Programado	<u>6.970</u>	<u>6.146</u>	<u>13</u>
Benefício grupo B	6.153	6.146	0
Benefício Definido estruturada em Regime de Repartição Simples	817	-	-
2. Equilíbrio Técnico	<u>672</u>	-	-
2.1. Resultados Realizados	<u>672</u>	-	-
Superávit técnico acumulado	<u>672</u>	-	-
Reserva de contingência	672	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício - Grupo C
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	<u>3.433.747</u>	<u>3.145.492</u>	<u>9</u>
1. Provisões Matemáticas	<u>3.433.747</u>	<u>3.145.492</u>	<u>9</u>
1.1. Benefícios Concedidos	<u>2.791.028</u>	<u>2.046.406</u>	<u>36</u>
Benefício Definido	2.791.028	2.046.406	36
1.2. Benefício a Conceder	<u>1.014.877</u>	<u>1.477.030</u>	<u>(31)</u>
Benefício Definido estruturada em Regime de Capitalização Programado			
Benefício Definido	14.928	33.319	(55)
Benefício Proporcional Diferido	2.207	1.249	77
Saldamento	996.571	1.445.335	(31)
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(701)	(2.873)	(76)
(-) valor atual das contribuições futuras dos participantes	(701)	-	-
Benefício Definido estruturada em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	<u>2.505</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Benefício Definido estruturada em Regime de Repartição Simples	68	-	-
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(372.158)</u>	<u>(377.944)</u>	<u>(2)</u>
(-) Déficit equacionado	(372.158)	(377.944)	(2)
(-) Patrocinador(es)	(185.986)	(377.944)	(51)
(-) Participantes	(66.467)	-	-
(-) Assistidos	(119.705)	-	-
2. Equilíbrio Técnico	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
2.1. Resultados Realizados	<u>(430.327)</u>	<u>(411.444)</u>	<u>5</u>
(-) Déficit técnico acumulado	(430.327)	(411.444)	5
2.2. Resultados a realizar	<u>430.327</u>	<u>411.444</u>	<u>5</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício - PrevMais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Descrição	2010	2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	<u>382.824</u>	<u>264.033</u>	45
1. Provisões Matemáticas	<u>363.263</u>	<u>252.594</u>	44
1.1. Benefícios Concedidos	<u>88.272</u>	<u>50.723</u>	74
Contribuição Definida	20.328	21.510	(5)
Benefício Definido	67.944	29.213	133
1.2. Benefício a Conceder	<u>274.991</u>	<u>201.871</u>	36
 Contribuição Definida	<u>274.991</u>	<u>201.871</u>	36
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	134.070	201.871	(34)
Saldo de contas - parcela participantes	140.921	-	-
2. Equilíbrio Técnico	<u>19.561</u>	<u>11.439</u>	71
2.1. Resultados Realizados	<u>19.561</u>	<u>11.439</u>	71
Superávit técnico acumulado	<u>19.561</u>	<u>11.439</u>	<u>71</u>
Reserva de contingência	16.986	11.439	48
Reserva para revisão de plano	2.575	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977 e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, exclusivamente para os empregados oriundos do Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus. Administra planos de Benefício Definido e de Contribuição Variável.

A partir da incorporação do Banco Nossa Caixa S.A. ocorrida em novembro de 2009, o patrocinador passou a ser o Banco do Brasil S.A.

As normas de controle e fiscalização que o Economus obedece, são emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, atualmente Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC

e pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com a edição da Lei 12.154, de 23/12/2009 e Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por intermédio da IN nº 36, de 23/12/2009 e RN nº 207, de 22/12/2009, e pronúncias e orientações do Comitê de Pronúncias Contábeis - CPC.

Os planos desenhados na modalidade de benefício definido - BD, possuem como finalidade, a complementação dos benefícios assegurados pelo INSS aos seus participantes, a saber: BD - Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) e Regulamento Geral (Grupo C).

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B): assegura o pagamento de complementação de auxílio doença e de pecúlio por invalidez, para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os participantes. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento nº1 - Grupo B

REGULAMENTO Nº 1 - GRUPO B		
SITUAÇÃO	Quantidade	
	2010	2009
Participantes	1.263	1.273
Aposentados	9	9
Pensionistas	3	2
Total	1.275	1.284

Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A): assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento nº2 - Grupo A

REGULAMENTO Nº 2 - GRUPO A		
SITUAÇÃO	Quantidade	
	2010	2009
Participantes	1.419	1.488
Pensionistas	10	7
Total	1.429	1.495

Regulamento Geral (Grupo C): assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada, a saber: aposentadorias, pensão por morte e auxílio doença. Além desses, também está assegurado o pagamento, em forma de prestação única o pagamento de pecúlio por morte e por invalidez. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento Geral - Benefício Definido (BD) - Grupo C

REGULAMENTO GERAL - BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) - GRUPO C		
SITUAÇÃO	Quantidade	
	2010	2009
Ativos	48	70
Autopatrocinado - Não Saldado	2	1
Autopatrocinado - Saldado	56	48
Participantes em BPD	30	33
Optantes pelo Saldamento	5.852	6.713
Aposentados	5.571	4.779
Pensionistas	418	385
Total	11.977	12.029

Em 10 de novembro de 2004 o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído através do Regulamento Geral - Grupo C para os empregados do Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S. A em novembro de 2009 e do Economus.

O processo de saldamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 30 de dezembro de 2005, por meio do Ofício nº 2.713, reconhecendo que a base do benefício complementar seria calculada considerando os efeitos da Lei nº 9.876/99, que instituiu o fator previdenciário e a aplicação da média dos salários de contribuição de julho de 1994 em diante.

De forma concomitante ao saldamento, foi criado o PrevMais, o qual foi instituído na modalidade de contribuição variável - CV, conforme disposições regulamentares e está estruturado por meio de contribuição definida na fase de diferimento da capitalização das contribuições alocadas em fundos e quando do cumprimento das elegibilidades, o pagamento do benefício.

Estão previstos os benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementação de auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Os planos são custeados de forma paritária entre os participantes, assistidos e patrocinadores. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

PrevMais

PREVMAIS		
SITUAÇÃO	Quantidade	
	2010	2009
Ativos	9.274	10.485
Autopatrocinado - não Saldado	93	53
Autopatrocinado - Saldado	507	13
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	449	284
Participantes em BPD	6	2
Aposentados	675	365
Pensionistas	42	26
Total	11.046	11.228

Os recursos dos planos de benefícios, assim como, os recursos necessários para o funcionamento do Economus, são representados por contribuições de seus patrocinadores, participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações, que obedecem ao disposto na Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A estrutura dos investimentos é multifundo, caracterizada por gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios.

A Gestão Assistencial do Economus é composta pelos planos de assistência à saúde na modalidade coletivo empre-

sarial dos funcionários, aposentados e seus respectivos dependentes, os quais são custeados pelo patrocinador Banco do Brasil S.A.

O Economus também opera os planos de assistência a saúde FEAS PAMC e FEAS Básico, ambos custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social - FEAS. Os planos mencionados destinam-se a prover aos participantes assistidos e pensionistas uma assistência médica de qualidade. O FEAS é um fundo contábil, constituído ao longo do tempo com recursos provenientes da comercialização de seguro nas apólices em que o Economus era estipulante, dos resultados auferidos pela Economus - Adminis-

tradora e Corretora de Seguros Ltda. quando operava, das receitas financeiras e das contribuições oriundas da co-participação dos beneficiários inscritos no plano FEAS PAMC.

Em dezembro de 2009 o Economus contratou a empresa GAMA Consultores Associados Ltda. especializada em estudos atuariais, para avaliar, mediante a geração de diversas simulações, as alternativas possíveis de custeio para os planos. O relatório com as alternativas de custeio foi encaminhado pela GAMA ao Conselho Deliberativo para avaliação. Isto posto, o Conselho Deliberativo deliberou por implementar um custeio de 4,72% por beneficiário inscrito, incidente sobre a soma do benefício.

De acordo com o regulamento do FEAS, a Diretoria Executiva do Economus em conjunto com o Conselho Deliberativo, poderão rever a prestação dos serviços assistenciais.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas e as práticas brasileiras de contabilidade aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, e estão apresentadas em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência Social - MPS, atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e em longo prazo.

A forma de apresentação das demonstrações contábeis contempla as operações consolidadas de todos os planos de benefícios do Economus, quanto à gestão previdencial, administrativa, assistencial e de investimentos, conforme previsto na Resolução CGPC nº 28, de 6 de janeiro de 2009, que vigorou a partir de 1º de janeiro de 2010.

De acordo com Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, a partir do exercício de 2010, os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, independência do patrimônio e adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando em separado, mas como parte das Demonstrações Contábeis, as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde, conforme demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial.

O balanço de 2009 e respectivos quadros foram reclassificados a fim apresentar os respectivos saldos de acordo com as formas de apresentação da CGPC nº 28 e normas da ANS.

Os quadros, as informações e os demonstrativos constantes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais.

3. Principais práticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos par-

ticipantes autopatrocinados, os quais são reconhecidos quando de seu recebimento.

b. Gestão previdencial

Registra os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais, contribuições extraordinárias, dos patrocinadores, participantes, assistidos, autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros das obrigações atuariais.

c. Gestão administrativa

Registra as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma de seu regulamento.

d. Investimentos

Em atendimento à Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração do Economus, em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios:

- i. Títulos para negociação - Incluem títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento - Incluem títulos e valores mobiliários, para os quais há a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

O Economus utiliza-se da gestão direta (carteira própria) e da gestão indireta (fundos de investimentos exclusivos ou não e/ou carteiras administradas) como instrumento para viabilizar as operações financeiras. A composição dos ativos financeiros está subdividida da seguinte forma e considerando as diretrizes abaixo para sua gestão:

Segmento de renda fixa

Os títulos públicos federais e os títulos privados (empresas) são adquiridos com o intuito de diminuir a volatilidade do portfólio, bem como, aqueles atrelados a índices de preços objetivando a proteção do passivo atuarial do Regulamento Geral (Grupo C). São demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2010 e se encontram classificados na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

Os demais títulos e valores mobiliários constantes desse segmento possuem liquidez e se encontram classificados na categoria de Títulos para Negociação.

Segmento de renda variável

Os ativos registrados nesse segmento correspondem às aplicações em ações e fundos de investimentos e são demonstrados pelo valor de mercado, com base no fecha-

mento de 31 de dezembro de 2010, ou no último dia em que a ação tenha sido negociada em Bolsa de Valores, se for o caso, e pelo valor da cota divulgada pelo administrador do fundo, para os fundos de investimentos.

Segmento de investimentos imobiliários

Imóveis para locação e renda são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados (exceto terrenos) mensalmente de acordo com as taxas correspondentes ao tempo de vida útil estabelecido no último laudo de avaliação, que variam de 1,69% a 2,94% ao ano.

O laudo de avaliação é uma exigência legal e deve ser elaborado por empresas especializada a cada 3 (três) anos seguindo as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas que regulam o assunto. Essa prática tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor teoricamente de mercado, como ocorreu em julho de 2008.

Fundos Imobiliários: são registrados de acordo com o valor da cota informada pelo administrador responsável pelo Fundo.

Segmento de empréstimos

O segmento de empréstimos a participantes é normatizado pelo Conselho Deliberativo e o saldo é representado pelos empréstimos concedidos aos participantes, acrescido dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2010. Esse benefício é concedido aos participantes dos planos de benefícios administrados pelo Economus.

Os prazos contratuais variam de acordo com o grupo em que o participante está registrado e as taxas praticadas são: participantes do Benefício Definido - BD, INPC + 10,01% aa e PrevMais, Selic + 7,09% aa.

Para o registro contábil da provisão para crédito de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios:

- i. No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- ii. No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- iii. No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- iv. No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor, o plano de benefícios detentor de crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

Outros realizáveis

Composto de investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial e depósito judicial para exercer o direito na subscrição de ações Ambev.

e. Permanente

Os bens que constituem o ativo permanente se apresentam corrigidos pela variação da UFIR até 31 de dezembro de 1995 e são depreciados pelo método linear às seguintes taxas:

	Percentual ao Ano
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	20
Software	20
Computadores	20

f. Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão.

g. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes

com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Passivos Contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias,

cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

h. Imposto de renda e contribuição social e contribuições

O Economus, por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e não ter fins lucrativos, é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, do PIS e da COFINS.

i. Patrimônio social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano. O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos. As contas que compõem o patrimônio social são classificadas em:

I. Patrimônio de cobertura do plano

Provisões matemáticas

Registra o valor atual, relativo aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários, de acordo com a nota técnica atuarial, e foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário externo, GAMA Consultores Associados, e, ainda, de acordo com os critérios fixados pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério de Previdência Social.

i. Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos registram o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as de benefícios a conceder registram o valor atual dos compromissos futuros, pelo método de crédito unitário projetado, avaliados proporcionalmente ao tempo de adesão, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

• Benefícios do plano com a geração atual

Registram o valor atual dos compromissos futuros, calculado pelo método de crédito unitário projetado, avaliados à época do benefício, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

• Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como, as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual, durante

o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

ii. (-) Provisões matemáticas a constituir

Registram de acordo com o Plano Anual de Custeio, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos déficits equacionados.

Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

• Resultados realizados

Registra os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, sendo compostos por “Superávit Técnico” e pela conta redutora “Déficit Técnico”.

Déficit técnico acumulado

Representa a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes) de benefícios a conceder (ativos ou autopatrocinados, que ainda não estão em gozo da aposentadoria). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais) o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC e dos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios. Em 31 de dezembro de 2010 o plano de benefícios - Grupo C, apresentava o montante de R\$ 430.327.

• Resultados a realizar

Registra os resultados antecipados dos ajustes dos títulos em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos componentes da categoria “títulos mantidos até o vencimento”, e o valor presente destes títulos considerando a taxa de desconto utilizado na última avaliação atuarial, com a devida anuidade do órgão fiscalizador. Em 31 de dezembro de 2010 o plano de benefícios - Grupo C, apresentava o montante de R\$ 430.327.

II. Fundos

Fundos são valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem previdencial, administrativa e de investimentos.

O fundo para cobertura de oscilação de riscos da gestão previdencial é calculado pelo atuário externo, constituído para suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como, para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção) de benefícios concedidos (aposentadorias).

O fundo administrativo do plano de gestão administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas gestão administrativa.

O fundo dos investimentos é constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre

as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse saldo será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como, o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis. A utilização dos recursos desse fundo somente poderá ser efetivada mediante autorização dos órgãos deliberativos do Economus e depois de cessadas as chances de êxito na recuperação do crédito.

j. Gestão assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial e não apresentam diferenças em relação às diretrizes do Economus - Instituto de Seguridade Social.

k. Despesas administrativas

As despesas decorrentes da administração do Economus e de suas aplicações financeiras são registradas no resultado do plano de gestão administrativa.

i. Custeio administrativo

Os recursos do plano de Gestão Administrativa são originados do custeio administrativo estabelecido no Plano Anual de Custeio, destacado no regulamento de cada plano de benefício. Estes recursos são destinados exclusivamente ao pagamento das despesas administrativas da gestão previdencial e de investimentos. As sobras são destinadas a formação do Fundo Administrativo dos Planos.

O custeio dos planos de benefícios definidos - BD, correspondem a 1,80%, sendo 0,90% de responsabilidade dos patroci-

nadores e o mesmo percentual dividido entre participantes e assistidos, incluso pensionistas, aplicados sobre o Salário Real de Participação para o participantes em atividade e sobre a complementação para os assistidos.

O custeio do plano de contribuição variável - CV, é realizado através da cobrança de contribuição que varia de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício dos Participantes, sendo o dobro para os participantes autopatrocinados.

ii. Critério de rateio das despesas

As despesas administrativas comuns a todos os planos são rateadas entre as Gestões: Previdencial, Assistencial e dos Investimentos, a fim de destacar o real custo de cada Gestão. As despesas são apuradas da seguinte forma:

- Na origem, através de critérios pré-estabelecidos (espaço físico, quantidade de pessoas, área ocupada, etc) para a identificação dos centros de custos;
- Por ocasião do fechamento mensal, é utilizado o processamento do "gradil" e o rateio das atividades.

Os critérios utilizados para rateio das despesas administrativas em 2010, por gestão foram:

- Previdenciais: rateio utilizando o número de participantes de cada plano de benefícios no mês de ocorrência;
- Investimentos: rateio de acordo com o patrimônio de cada plano de benefícios.

4 Composição por gestões

4.1 Gestão previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

	2010	2009
Gestão Previdencial	439.276	415.523
Contribuições normais	1.490	1.282
patrocinadores	1.209	986
participantesauto	248	296
patrocinados	33	-
Contribuições contratadas	2.378	1.051
patrocinadores	1.821	1.051
participantes	287	-
autopatrocinados	270	-
Adiantamentos	607	499
adiantamentos diversos	607	499
Resultados a Realizar (1)	430.327	411.444
diversos	430.327	411.444
Outros Realizáveis	4.474	1.247
diversos a realizar	4.474	1.247

(1) Contabilização - Resultados a Realizar

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos de baixo risco de crédito, Notas do Tesouro Nacional - NTN-C, cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento e estão alocados ao plano de benefícios do Regulamento Geral - Grupo C.

Os rendimentos a serem gerados por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar em 31 de dezembro de 2010 representam o montante de R\$ 430.327 de receitas futuras, já reconhecidos contabilmente.

A Secretaria de Previdência Complementar - SPC, atual Superinten-

dência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autorizou em 09/06/2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil, como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção dos títulos mantidos até seu respectivo vencimento, ao Saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) e a implantação do Plano de Contribuição Variável - PrevMais.

4.2 Gestão administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

	2010	2009
Gestão Administrativa	7.270	3.345
Contas a Receber	7.031	2.709
Transferência entre administrativos	4.646	1.647
Taxa administrativa folha aposentado	677	155
Contribuições para o custeio	711	260
Responsabilidade dos empregados	185	168
Responsabilidade de terceiros	17	17
Outros recursos a receber	795	462
Despesas Antecipadas	221	618
Outros Realizáveis	18	18

4.3 Gestão de investimentos

a. Composição da gestão de investimentos

i. Títulos de renda fixa e renda variável

		2010		2009	
	Segmento	Custo atualizado	Valor de Mercado	Custo atualizado	Valor de Mercado
A-Títulos para negociação					
Fundos de renda fixa	Renda fixa	434.627	434.627	282.495	282.495
Títulos de renda fixa	Renda Fixa	14.015	14.015	34.702	34.702
Títulos públicos (1)	Renda fixa	36.380	36.380	33.019	33.019
Créditos privados e depósitos	Renda fixa	158.255	158.255	216.799	216.799
Carteira de ações	Renda variável	109.638	109.638	108.504	108.504
Fundos - empréstimos	Renda fixa	1.013	1.013	679	679
Fundos de renda variável	Renda variável	<u>403.392</u>	<u>403.392</u>	<u>343.035</u>	<u>343.035</u>
Total (1)		<u>1.157.320</u>	<u>1.157.320</u>	<u>-1.019.233</u>	<u>-1.019.233</u>
B- Títulos mantidos até o vencimento					
Títulos públicos (1)	Renda fixa	1.906.976	2.423.592	1.708.003	2.095.479
Créditos privados e depósitos	Renda fixa	253.237	253.218	227.847	227.802
Fundos de renda variável	Renda variável	46.621	46.621	31.536	31.536
Investimentos estruturados	Invest. estruturado	<u>70.204</u>	<u>70.204</u>	<u>31.070</u>	<u>31.070</u>
Total (2)		<u>2.277.038</u>	<u>2.793.635</u>	<u>1.998.456</u>	<u>2.385.887</u>
Total (1+2)		<u>- 3.434.358</u>	<u>- 3.950.955</u>	<u>3.017.689</u>	<u>3.405.120</u>
Investimentos imobiliários		18.259	18.259	19.069	19.069
Empréstimos		71.563	71.563	75.508	75.508
Outros realizáveis		<u>- 3.169</u>	<u>- 3.169</u>	<u>9.455</u>	<u>9.455</u>
Total investimentos		<u>3.527.349</u>	<u>4.043.946</u>	<u>- 3.121.721</u>	<u>3.509.152</u>

(1) A diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos públicos deve ser analisada em conjunto com a nota nº 4.1 - Resultados a realizar.

ii. Investimentos imobiliários

Imobilizado	2009	Adições	Baixas	Depreciações	2010
Terrenos	8.209	-	-	-	8.209
Aluguéis	-	297	-	-	297
Edificações	10.352	-	-	(599)	9.753
Alienações	508	-	(508)	-	-
	<u>19.069</u>	<u>297</u>	<u>(508)</u>	<u>(599)</u>	<u>18.259</u>

O Economus possui imóveis locados ao patrocinador e a terceiros. Durante 2010 os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 1.511 (R\$ 2.053 em 2009).

iii. Operações com empréstimos

	2009	Adições	Baixas	2010
Patrocinador				
Banco do Brasil S.A	74.836	49.789	53.778	70.847
Economus	832	866	843	855
Total	<u>75.668</u>	<u>50.655</u>	<u>54.621</u>	<u>71.702</u>
Provisão liquidação duvidosa	(160)	453	(432)	(139)
	<u>75.508</u>	<u>51.108</u>	<u>55.053</u>	<u>71.563</u>

iv. Total dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2010 o custo atualizado por vencimento está distribuído da seguinte forma:

	2010	2009
A vencer em até um ano	124.800	262.666
A vencer entre um e cinco anos	459.860	345.346
A vencer após cinco anos	1.935.352	1.750.762
Vencimento indeterminado	1.007.337	762.947
	<u>3.527.349</u>	<u>3.121.721</u>

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, tendo esses recursos o Citibank como prestador de serviços de custódia e controladoria qualificada, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda.

O contido na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que dispõe sobre as diretrizes dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, foi cumprido na íntegra pelo Economus.

4.4 Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Imobilizado	2009	Adições	Depreciações e amortizações	2010
Móveis e utensílios	131	26	(24)	133
Máquinas e equipamentos	505	69	(235)	339
Veículos	21	-	(15)	6
Direito de uso - telefone	2	-	-	2
Software	223	60	(92)	191
Total	882	155	(366)	671

4.5 Exigível contingencial previdencial

O Economus tem parte - pólo passivo, em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus as-

sessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do exigível contingencial está demonstrada como segue:

	2009	Adições	Atualização	Baixas	2010
Provisões					
Fiscais	13.357	1.502	-	-	14.859
Trabalhistas	20.748	14.095	1.559	-3.076	33.326
Cíveis	533	24	30	-89	498
Outras	3.488	87	197	-	3.772
Sub total	38.126	15.708	1.786	-3.165	52.455
Depósitos					
Fiscais	12.102	1.201	181	-	13.484
Trabalhistas	14.361	6.801	1.023	-3.076	19.109
Outras	3.488	87	197	-	3.772
Sub total	29.951	8.089	1.401	-3.076	36.365
Total	8.175	7.619	385	(89)	16.090

Fiscais: são compostas basicamente de: i) Mandado de Segurança PIS/COFINS. O Economus embasado na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, que julgou inconstitucional o parágrafo 1º, artigo 3º da Lei 9718/1998, que equiparava o faturamento à totalidade das receitas e exclusão das receitas financeiras da base de cálculo. Mandado de Segurança impetrado em 2006 teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser depositados judicialmente. Contabilmente estão provisionados em 2010 R\$ 4.943 (em 2009, R\$ 4.319) e depositados judicialmente em 2010, R\$ 4.817 (em 2009, R\$ 4.198). ii) Depósitos judiciais convertidos em renda da União. Com a edição da Medida Provisória 2222, de 04/09/2001, que dispôs sobre o Regime Especial de Tributação - RET, o Economus desistiu das ações em andamento. Os depósitos judiciais referentes ao PIS e COFINS efetuados de abril de 2000 a dezembro de 2002, totalizando R\$ 3.751 (provisão e depósi-

to em 2009 e 2010), foram convertidos em renda da União, aguardando julgamento dos processos em andamento junto à Receita Federal do Brasil, para finalização dos procedimentos contábeis. iii) O Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de IPTU dos bens constantes do Imobilizado. Em 2007 aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo, aguardando decisão. Em 2010 estão depositados e provisionados R\$ 4.688 (R\$ 4.518 em 2009).

Trabalhistas: são compostas por ações trabalhistas dos Grupos A, B e C e acompanhadas por escritórios de advocacia especializados.

Cível: são compostas por ações em andamento na justiça comum, com provisionamento em 2010 de R\$ 498 e (2009, R\$ 531).

Outras: compostas de ações diversas contingenciais, basicamente dos Grupos A e B, IR beneficiário e seguro de vida. Contabilmente

estão provisionados em 2010 R\$ 3.772 (em 2009, R\$ 3.488) e depositados judicialmente em 2010, R\$ 3.774 (em 2009, R\$ 3.490).

4.6 Provisões matemáticas

a. A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 pode ser resumida como segue:

	1º. de janeiro 2010	Constituição no exercício	31 de dezembro 2010
PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.417.583	401.842	3.819.425
Benefícios concedidos	2.103.373	782.703	2.886.076
Benefícios do plano	2.103.373	782.703	2.886.076
Benefícios a conceder	1.692.154	(386.647)	1.305.507
Benefícios do plano com a geração atual	1.695.027	(388.118)	1.306.909
(-) Outras contribuições da geração atual	(2.873)	1.471	(1.402)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(377.944)	5.786	(372.158)

As provisões matemáticas a constituir estão representadas por R\$ 372.158, referente ao valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados)

dos) e assistidos, dos quais está sendo descontada Contribuição Extraordinária, que vem sendo efetuada paritariamente desde o saldamento do plano de benefícios do Regulamento Geral (Grupo C).

b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas por planos

	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	Prevmais	Total
Exigível atuarial	3.433.747	12.752	9.662	363.264	3.819.425
Benefícios concedidos	2.791.028	5.782	993	88.273	2.886.076
Benefícios a conceder	1.014.877	6.970	8.669	274.991	1.305.507
(-) Provisões matemáticas a constituir	(372.158)	-	-	-	372.158)

O Economus, juntamente com a Gama Consultores Associados - atuário externo, realizou testes estatísticos retrospectivos, abrangendo dados históricos de todas as premissas demográficas, econômico-financeiras e biométricas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios administrados e custeados pelo Economus.

Com relação à premissa biométrica "Mortalidade Geral" o Economus utiliza a Tábua de Mortalidade AT 83 M, a qual, conforme teste aplicado pela Gama

mostrou-se aderente às características da população analisada.

O parecer do atuário externo referente ao exercício findo em 2010, informa em detalhes os planos de benefícios, cuja íntegra será disponibilizada no site do Economus e a síntese impressa entregue aos participantes.

As premissas atuariais do Regulamento Geral, Complementar nº 1 e 2 e PrevMais estão reproduzidas em detalhes nos quadros abaixo:

As premissas atuariais do Regulamento Geral, complementar nº 01 e 02 estão reproduzidas em detalhes nos quadros abaixo:

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS		PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL, COMPLEMENTAR Nº 01 E Nº 02	
	HIPÓTESES 2009	HIPÓTESES 2010	
BASES POPULACIONAIS			
Informações e dados dos Participantes e Assistidos	levantamento cadastral individual na data da avaliação	levantamento cadastral individual na data da avaliação	
Rotatividade*	EX-ECONOMUS	EX-ECONOMUS	
Hipóteses de Custo de Pensão (Hx)**	HX - Calculado individualmente com base nos Benefícios de cada Participante e Assistido	HX - Calculado individualmente com base nos Benefícios de cada Participante e Assistido	
Novos Entrados	Não Aplicável	Não Aplicável	
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS			
Taxa de Juros Técnico Atuarial	6,0% a.a.	6,0% a.a.	
Índice de Atualização dos Benefícios	INPC/ Ind. Reaj. Sal. Patroc.	INPC/ Ind. Reaj. Sal. Patroc.	
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário*	Salário Projetado, cf PCS	Salário Projetado, cf PCS	
Projeção de Crescimento Real Anual dos Benef. do Plano	0,00%	0,00%	
Fator de Capacidade	0,9787	0,9816	
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS			
Tábua de Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT - 83 M	AT - 83 M	
Tábua de Mortalidade de Inválidos**	IAPB 57	IAPB 57	
Tábua de Entrada em Invalidez*	ZIMMER (D26)	ZIMMER (D26)	
Tábua de Entrada em Auxílio Doença**	EX-ECONOMUS I	EX-ECONOMUS I	
* Não é aplicável para os Planos Complementares Nº01 e Nº02			
** Não é aplicável para o Plano Complementar Nº02			

As premissas atuariais do PrevMais estão reproduzidas em detalhes nos quadros abaixo:

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS		PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL, COMPLEMENTAR Nº 01 E Nº 02	
	HIPÓTESES 2009	HIPÓTESES 2010	
BASES POPULACIONAIS			
Informações e dados dos Participantes e Assistidos	levantamento cadastral individual na data da avaliação	levantamento cadastral individual na data da avaliação	
Rotatividade*	Não Aplicável	Não Aplicável	
Hipóteses de Custo de Pensão (Hx)	HX - Calculado individualmente com base nos Benefícios de cada Participante e Assistido	HX - Calculado individualmente com base nos Benefícios de cada Participante e Assistido	
Novos Entrados	Não Aplicável	Não Aplicável	
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS			
Taxa de Juros Técnico Atuarial	5,0% a.a.	5,0% a.a.	
Índice de Atualização dos Benefícios	Contas do Patrimônio / INPC	Contas do Patrimônio / INPC	
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	0,00%	0,00%	
Projeção de Crescimento Real Anual dos Benef. do Plano	0,00%	0,00%	
Fator de Capacidade	0,9786	0,9817	
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS			
Tábua de Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT - 2000 F	AT - 2000 F	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 Female	MI-85 Female	
Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua Não Aplicável	Tábua Não Aplicável	
Tábua de Entrada em Auxílio Doença*	EX-ECONOMUS II	EX-ECONOMUS II	

* Ex-ECONOMUS II - Morbidez: Tábua construída com base na experiência observada da Entidade, conforme informado por esta.

4.7 Déficit técnico

A composição do déficit técnico durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 pode ser resumida como segue:

Déficit/Superávit Técnico	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	Prevmais	Total
Em 1º de janeiro de 2010	-411.444	-	-	11.439	-400.005
Result. Líquido Previdencial	-186.694	1.380	78	92.238	-92.998
Result. Líquido Investimentos	450.694	1.534	1.439	37.909	491.576
Atual. Provisão Matemática	-288.255	-1.300	202	-110.670	-400.023
Fundos Previdenciais/Investimentos	5.372	-942	(1.524)	-11.355	-8.449
Em 31 de dezembro de 2010	<u>-430.327</u>	<u>672</u>	<u>195</u>	<u>19.561</u>	<u>-409.899</u>

4.8 Fundos

A composição e evolução dos fundos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

Fundos	2009	Constituições	Reversões	2010
Gestão Previdencial	77.686	96.792	(90.599)	83.879
Grupo A	6.351	1.681	(1.978)	6.054
Grupo B	5.158	2.050	(1.107)	6.101
Grupo C	5.800	3.498	(9.298)	-
PrevMais	60.377	89.563	(78.216)	71.724
Gestão Administrativa	19.369	4.051	(396)	23.024
PGA	19.369	4.051	(396)	23.024
Gestão de Investimentos	585	436	-	1.021
Empréstimo	585	436	-	1.021
	97.640	101.279	(90.995)	107.924

4.9 Recursos para gestão administrativa

A composição dos recursos oriundos dos outros programas para o programa administrativo é a seguinte:

Recursos Oriundos De Outros Planos	2010	2009
Gestão previdencial - custeio administrativo	13.326	12.143
Gestão assistencial	-	86
Gestão de investimentos	774	1.524
Total	14.100	13.753

5 Outras informações

a. Investimento em controlada - Desmobilização

O Economus possui investimento na Economus Administradora e Corretora de Seguros Ltda. que, de acordo com determinação legal, conforme disposto na Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, destaca que citado investimento não pode fazer parte do patrimônio do Economus. Por deliberação da Diretoria Executiva foi constituída uma comissão interna, com a finalidade específica de avaliar a melhor forma de desmobilização, avaliando riscos, prazos e outros fatores, inclusive com acompanhamento e auxílio de consultoria externa. Finalizados os trabalhos da comissão, decidiu-se pela Liquidação da Corretora, sendo nomeado um liquidante para o acompanhamento de todo o processo. A partir de 31 de dezembro de 2005, cessaram as operações. A documentação comprobatória que evidencia todas as ações realizadas foi encaminhada para acompanhamento da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência Social - MPS, atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Em setembro de 2008, auditor do INSS por meio do mandado de procedimento fiscal, baseado no confronto da DIPJ com a GFIP do exercício de 2003, solicitou esclarecimentos a respeito de divergências entre os valores informados na DIPJ e na GFIP. Lavrou autos de infração totalizando R\$ 5.361. A Corretora contratou assessoria jurídica especializada para o processo de defesa, o qual

encontra-se na esfera administrativa. Com base nas informações fornecidas pelos assessores jurídicos e a instância em que se encontra o processo, a Diretoria Executiva optou pelo não provisorio. A Receita Federal do Brasil analisando o processo de defesa solicitou ao auditor arquivos adicionais, os quais foram fornecidos pela Corretora em fevereiro de 2010. Após análise pelo auditor, foram lavrados termos de encerramento de procedimento fiscal, reduzindo os autos de infração em R\$ 5.015. O diferencial de R\$ 346 foi impugnado pela assessoria jurídica, aguardando julgamento. Caso tenha desfecho desfavorável na ação, a Corretora possui ativos líquidos para honrar este compromisso.

b. Controles internos e governança

Desde 2008, o Economus desenvolve ações voltadas à evolução do sistema de controles internos, adotando metodologias e implementando ferramentas para identificação, registro e acompanhamento dos riscos e controles da Entidade.

Nesse contexto, em setembro de 2010 foi concluída a atualização da matriz de riscos e a primeira autoavaliação de riscos pela metodologia CSA - Control Self Assessment.

As exposições verificadas foram registradas em ferramenta específica de gestão de riscos, bem como os respectivos planos de ações corretivas, que serão objeto de acompanhamento e certificação pela área de controles internos. Além disso, a gestão do calendário de obrigações do Economus passou a ser realizado com o auxílio desta ferramenta, que controla e comunica os prazos estabelecidos.

Ocorreram também em 2010 inúmeras ações voltadas ao alinhamento dos aspectos de Governança aos padrões e melhores práticas já observadas pelo Patrocinador, sendo destaque as alterações na estrutura organizacional e no processo decisório do Economus.

A Entidade passou a contar com uma Auditoria Interna independente, vinculada hierarquicamente ao Conselho Deliberativo e acima das Diretorias Executivas, bem como estrutura de comando mais uniforme e orientada ao melhor gerenciamento das áreas.

Com o propósito de garantir agilidade e segurança às tomadas de decisão do Economus, foi consolidada a decisão de forma colegiada, onde os Executivos são envolvidos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diferentes negócios e assuntos.

c. Programa de parcelamento incentivado - Prefeitura de São Paulo

A Prefeitura do Município de São Paulo lançou em 2007 o PPI - Programa de Parcelamento Incentivado. O Economus aderiu ao programa, objetivando verificar junto ao Fisco Municipal pendências existentes a serem regularizadas. Essa adesão também foi benéfica no sentido de se verificar e

identificar os depósitos judiciais efetuados com o auxílio da área de Informática do patrocinador, passíveis de serem levantados. Ainda não houve manifestação do Fisco Municipal.

d. Revisão taxa administrativa - Plano assistencial

Visando adequar o reembolso das despesas administrativas decorrentes da operação dos planos de saúde custeados pelo patrocinador, o Economus solicitou reajuste no limite superior da respectiva taxa administrativa. O reajuste foi aprovado em maio de 2009, sendo creditado ao Economus retroativamente a janeiro de 2009. O percentual de 8,22% sobre a folha de pagamento de prestadores credenciados foi mantido, e o valor limite para recebimento da taxa passou de R\$ 759 para R\$ 922.

e. Custeio das despesas administrativas

Em 31 de agosto de 2009 foi editada a Resolução CGPC nº 29, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar a serem adotados a partir de janeiro de 2010, revogando a Resolução CPC nº 1, de 09 de outubro de 1978.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES - GESTÃO ASSISTENCIAL

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2010	2009
Ativo circulante		<u>37.986</u>	<u>68.861</u>
Disponível	4	<u>3.594</u>	<u>84</u>
Realizável		<u>34.392</u>	<u>68.777</u>
Aplicações	56	29.641	68.444
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	4.394	27
Taxa de administração de planos a receber		4.394	27
Títulos e créditos a receber	10	357	306
Ativo não circulante		<u>419.082</u>	<u>350.961</u>
Realizável a longo prazo		<u>419.082</u>	<u>350.961</u>
Aplicações	5	282.610	222.652
Valores e bens		136.472	128.309
Total do Ativo		<u>457.068</u>	<u>419.822</u>
Passivo	Nota	2010	2009
Passivo circulante		<u>19.909</u>	<u>5.538</u>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		<u>7.594</u>	<u>3.367</u>
Provisão de eventos a liquidar	8	7.594	3.367
Débitos de operações de assistência à saúde	6	<u>3.635</u>	<u>77</u>
Outros débitos de operações com planos de saúde		3.635	77
Tributos e contribuições a recolher		<u>287</u>	<u>355</u>
Débitos diversos	9	<u>8.393</u>	<u>1.739</u>
Fornecedores		97	84
Outros débitos a pagar		8.296	1.655
Passivo não circulante	10	<u>152.086</u>	<u>145.116</u>
Exigível a longo prazo		<u>152.086</u>	<u>145.116</u>
Provisões		152.086	145.116
Patrimônio social		<u>285.073</u>	<u>269.168</u>
Reservas		<u>285.073</u>	<u>269.168</u>
Reservas de lucros/sobras/retenções de superávits		<u>285.073</u>	<u>269.168</u>
Total do passivo		<u>457.068</u>	<u>419.822</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Nota	2010	2009
Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		166.040	158.076
Contraprestações líquidas		150.597	146.533
Receita com administração de planos de assistência à saúde		15.443	11.543
Eventos / sinistro indenizáveis líquidos		(164.739)	(166.021)
Eventos / sinistros conhecidos ou avisados		(164.893)	(166.021)
Recuperação de eventos/sinistro conhecidos ou avisados		154	-
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.301	(7.945)
Resultado bruto		1.301	(7.945)
Despesas administrativas	11	(14.780)	(12.213)
Outras receitas operacionais		193	358
Outras despesas operacionais	12	(10.351)	(6.019)
Resultado financeiro líquido	13	36.175	33.560
Receitas financeiras		38.394	34.736
Despesas financeiras		(2.219)	(1.176)
Resultado operacional		12.538	7.741
Resultado líquido		12.538	7.741

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de plano saúde	220.497	180.611
(+) Resgate de aplicações financeiras	256.830	149.913
(+) Outros recebimentos operacionais	16.945	16.637
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(202.531)	(192.710)
(-) Pagamentos de pessoal	(7.151)	(6.014)
(-) Pagamentos de pró-labore	(120)	(97)
(-) Pagamentos de serviços terceiros	(5.426)	(5.245)
(-) Pagamentos de tributos	(7.829)	(6.369)
(-) Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	-	(5)
(-) Aplicações financeiras	(239.181)	(133.784)
(-) Outros pagamentos operacionais	<u>(28.408)</u>	<u>(3.028)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>3.626</u>	<u>(91)</u>
Atividades de investimentos		
(-) Outros recebimentos das atividades de investimento	-	417
(-) Outros pagamentos das atividades de investimento	<u>(116)</u>	<u>(426)</u>
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(116)</u>	<u>(9)</u>
Atividades de financiamento		
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	-	(3)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(3)</u>
Variação líquida do caixa	<u>3.510</u>	<u>(103)</u>
Caixa - Saldo inicial	84	187
Caixa - Saldo final	3.594	84
Ativos livres no início do período	68.528	187
Ativos livres no final do período	<u>33.235</u>	<u>68.528</u>
Aumento/ (diminuição) nas aplic. financ. - Recursos livres	<u>(35.293)</u>	<u>68.341</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio social em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

Demonstração da mutação do patrimônio social	Reservas de lucros/ sobras/ retenções desuperávit	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008		
Lucro/superávit /prejuízo líquido do exercício	264.794	264.794
	<u>7.741</u>	<u>7.741</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	272.535	272.535
Lucro/superávit /prejuízo líquido do exercício	<u>12.538</u>	<u>12.538</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>285.073</u>	<u>285.073</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO ASSISTENCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Informações gerais

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, com autonomia para operar planos de assistência a saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Sua área de atuação se dá em todo o estado de São Paulo.

Com a incorporação do Banco Nossa Caixa S.A. em novembro de 2009, o mantenedor passou a ser o Banco do Brasil S.A.

A Gestão Assistencial do Economus destina-se a prover assistência médica de qualidade aos empregados do Banco do Brasil S/A, do Economus e aos participantes do FEAS - Fundo Economus de Assistência Social, fundo contábil que contempla aposentados pelos planos de complementação de aposentadorias administrados pelo próprio Economus: Regulamento Geral (grupo C) e Regulamento Complementar Nº 1 (grupo B) e os devidos dependentes preferenciais e não preferenciais, mediante aporte financeiro como manda o regulamento dos planos.

Atualmente, opera os planos assistenciais do mantenedor Banco do Brasil - PLUS, PLUS II, PAMC e Básico; do FEAS - PAMC e Básico; e do Economus - Ecosaúde. Os planos se enquadram na categoria coletiva empresarial e oferecem as seguintes coberturas:

- Plus e Plus II - quarto privativo com acompanhante e rol de procedimentos da ANS.
- BB PAMC e BB Básico - enfermaria e rol de procedimentos da ANS.
- Ecosaúde - quarto privativo com acompanhante e rol de procedimentos da ANS.
- FEAS PAMC e FEAS Básico - quarto privativo com acompanhante e rol de procedimentos da ANS.

1. Os planos de responsabilidade do mantenedor estão vinculados a um convênio firmado entre o Banco do Brasil S.A. e o Economus. Os usuários destes planos estão sob responsabilidade do Banco, cabendo ao Economus apenas a administração dos procedimentos. O total de assistidos pelo Banco em 2010 era de 48.996 vidas, e em 2009, 50.474 vidas.

2. Planos de assistência à saúde PAMC FEAS e PAMC Básico, custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social. O total de assistidos pelo FEAS em 2010 era de 6.751 vidas, e em 2009 era de 6.673 vidas.

3. Plano Ecosaúde, custeado pelo próprio Economus para o seu quadro funcional, instituído para seus empregados, dependentes preferenciais e depen-

dententes não preferenciais, com o devido aporte financeiro para cobertura do plano. O total de assistidos pelo Ecosaúde em 2010 era de 372 vidas, e em 2009, 410 vidas.

Base de preparação das informações contábeis

As informações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, através da IN nº 36, de 23/12/2009, RN nº 207, de 22/12/2009 as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável.

De acordo com a RN nº 85, de 07/12/2004, alterada pela RN nº 100, de 03/06/2005 e pela RN nº 144, de 03/01/2007, ficam definidas as categorias de formação de preço, ou seja, as formas de recebimento das contribuições dos usuários para cobertura assistencial. No caso dos planos de saúde operados pelo Economus, onde o valor das contribuições é calculado após a realização da despesa, fica caracterizada a modalidade de "preço pós-estabelecido". Operadoras que registram planos de saúde desta modalidade ficam dispensadas da constituição das seguintes Provisões Técnicas: Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA e Provisão para Remissão, sendo necessária apenas a observância do Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, que consiste em um limite mínimo de patrimônio social para que uma operadora possa operar planos de saúde.

As informações contábeis da Gestão Assistencial, apresentadas com o objetivo de cumprir os aspectos regulamentares da ANS, têm seus registros nos livros contábeis do Economus - Instituto de Seguridade Social.

A preparação de informações contábeis da Gestão Assistencial requer que a diretoria faça constantes julgamentos e revisões das estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os ativos financeiros avaliados pelo valor justo e as provisões para ajuste dos ativos financeiros ao valor de realização ou recuperação, as provisões técnicas e as provisões que envolvem os valores em discussão judicial.

Os quadros, as informações e os demonstrativos constan-

tes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Economus.

Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas com planos de saúde são apropriadas na data em que se fizerem presentes os seus fatos geradores. As despesas são apropriadas de acordo com a data do efetivo pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta corrente e investimentos financeiros com vencimentos de curto prazo, que não superem 90 dias, conforme CPC 03.

c. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção da Diretoria nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento.

Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio de resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos.

Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

d. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros.

e. Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias - Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, a exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

f. Imposto de renda e contribuição social e contribuições

O Economus, por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e não ter fins lucrativos, é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, do PIS e da COFINS.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2010	2009
Disponível		
Saldos em contas correntes	3.594	84
Aplicações a vencer em até 90 dias	4.786	10.402
Total	8.380	10.486

Ativos financeiros

Abaixo apresentamos a composição dos ativos financeiros:

	2010		2009		
	Nível hierárquico	Custo atualizado	Valor de Mercado	Custo atualizado	Valor de Mercado
A - Valor justo por meio de resultado					
Fundos de renda fixa	2	174.647	174.647	174.350	174.350
Fundos de renda variável	2	10.256	10.256	-	-
Títulos privados - CDB/RDB	2	52.413	52.413	65.903	65.903
		<u>237.316</u>	<u>237.316</u>	<u>240.253</u>	<u>240.253</u>
B - Títulos mantidos até o vencimento					
Fundos de renda fixa	2	-	-	558	558
Fundos de renda variável	2	10.149	10.149	-	-
Títulos privados - CDB/RDB	2	63.571	63.571	50.285	50.285
Investimentos estruturados	2	1.215	1.215	-	-
		<u>74.935</u>	<u>74.935</u>	<u>50.843</u>	<u>50.843</u>
Total		<u>312.251</u>	<u>312.251</u>	<u>291.096</u>	<u>291.096</u>
Demonstração por vencimento					
		2010		2009	
A vencer em até um ano		29.641		68.444	
A vencer entre um ano e cinco anos		97.350		47.744	
A vencer após cinco anos		358		558	
Indeterminado		<u>184.902</u>		<u>174.350</u>	
Total		<u>312.251</u>		<u>291.096</u>	

Abaixo apresentamos o valor justo dos ativos financeiros classificado de acordo com a hierarquia do valor justo:

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 40, todos os investimentos financeiros estão enquadrados no nível hierárquico 2.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Gestão Assistencial está contido nas políticas de Gestão de Risco do Economus, as quais estão apresentadas a seguir:

Embora a Resolução 3.792 do CMN não estabeleça distinção entre títulos privados com base no seu risco de crédito, o Economus adota distinção entre os diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimento específicos para cada um deles.

Para orientação da Política de Investimento, fica estabelecido que será considerado de baixo risco de crédito o título assim intitulado por agência de classificação de risco estabelecida no Brasil.

Com relação a títulos de emissão de empresas não financeiras, será considerado como de baixo risco de crédito o título classificado nessa categoria por uma das seguintes agências classificadoras de risco: Fitch Ratings, Standard and Poors e Moody's, não podendo ter sido classificado abaixo dessa categoria por nenhuma delas. Adicionalmente, o crédito em questão deverá ser analisado pelo Comitê Financeiro, que decidirá pela sua caracterização ou não como de baixo risco de crédito segundo os critérios do Economus.

De acordo com a política de investimentos aprovada para o período de 2010 a 2014, o Economus acompanhará os riscos das aplicações financeiras como abaixo:

Risco de mercado - O valor dos ativos que integram a carteira deste fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras dos Planos do Economus é feito através da Divergência não Planejada - DNP.

Para a elaboração do cálculo da Divergência não Planejada, os quais foram estabelecidos pela Instrução Normativa SPC nº 14, de 18 de janeiro de 2007, modificada pela Instrução nº. 21, de 07/04/2008, substituída pela Instrução PREVIC nº 2, de 18/05/2010, será adotada a seguinte metodologia por segmento de investimento.

A metodologia empregada para a apuração da DnP consiste na comparação da variação das cotas de cada segmento com a variação do benchmark do Fundo (INPC + 6% ao ano). A interpretação do resultado se dá como satisfatório quando o valor apurado for positivo ou igual a zero, o que indica que o desempenho da carteira conseguiu acompanhar ou superar a performance do benchmark. Quando o resultado apresenta valor negativo indica que a carteira de investimento não acompanhou o comportamento do seu benchmark.

O Economus poderá, ao longo da vigência da política de investimentos, adotar outras metodologias de avaliação desse tipo risco de mercado como forma de ampliar os itens de avaliação a que o patrimônio está exposto.

Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante da administração e, como prudência, pode alterar o percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, espera-se eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos no curto prazo.

Risco Legal - A administração e o acompanhamento do risco legal é efetuado constantemente e visa mensurar e quantificar a aderência de todas as carteiras de investimentos sob luz da legislação aplicável. Essa atividade de avaliação será incrementada substancialmente com a contratação de prestação de serviços de “controladoria e custódia centralizada” junto à instituição financeira credenciada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários especialmente para esse fim. Atualmente este serviço é prestado pelo Citibank DTVM.

Risco operacional - Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados pelo Departamento de Controles Internos, cuja atribuição circula sobre a avaliação de todo o fluxograma de informações e procedimentos objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão financeira. Como resultado desse mapeamento qualitativo e quantitativo são elaborados planos de ação que possuem a

intenção precípua de mitigar os riscos dessa natureza.

Risco sistêmico - Procurar-se-á obter diversificação, no caso de risco de crédito privado, entre os vários setores de atividade econômica, de modo a ter uma distribuição de risco entre o setor bancário e o não financeiro, bem como, entre os diversos setores deste último, que possa mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos do fundo.

Em termos de risco de mercado, a redução do risco sistêmico se dará através da diversificação entre benchmarks. No caso das carteiras de renda variável, a utilização de fundos de investimentos com estratégia não atrelada a índices de bolsa de valores ainda propiciará uma redução adicional no risco de mercado dentro do segmento.

Acompanhamento dos fatores de risco - Os fatores de riscos envolvidos na operação do fundo são gerenciados conforme seu tipo. O risco de mercado é monitorado através de relatórios de DnP - Divergência não Planejada, elaborados com o objetivo de estimar as perdas potenciais do fundo decorrentes de flutuações dos preços e das taxas de juros do mercado. O acompanhamento do risco de crédito é realizado por meio de análise da capacidade de pagamento dos emissores através das súmulas de ratings emitidas por agências classificadoras de risco, enquanto que o risco de liquidez é discutido no comitê financeiro que se reúne semanalmente, estipulando limites máximos de exposição para ativos de menor liquidez.

Contratação de serviços especializados - Para auxiliar no acompanhamento dos Fatores de Riscos, o Economus contrata consultoria especializada em avaliação de performance e medidas de risco, tal como VAR – Value at Risk. A Consultoria PPS, apresenta o relatório do VAR dos fundos alocados no FEAS mensalmente. Para o segmento de renda variável o Economus dispõe de assessoria técnica da empresa Lopes Filho Consultoria Especializada em Renda Variável.

Créditos de operações com planos de assistência à saúde e débitos de operações de assistência à saúde

A seguir, estão demonstrados os valores a receber e a pagar referentes a operações de assistência à saúde:

	Ativo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009
Taxa administrativa Banco do Brasil (a)	819	27	-	-
Taxa administrativa FEAS (b)	3.575	-	-	-
Obrigações a Repassar	-	-	21	19
Créditos Rejeitados	-	-	39	58
Taxa Administrativa do FEAS a repassar (b)	-	-	3.575	-
TOTAL	4.394	27	3.635	77

(a) Refere-se a valores a receber para custeio da gestão dos planos de saúde de responsabilidade de Banco do Brasil.

(b) O Economus adotou o critério de cobrar receitas para administrar os planos do fundo FEAS, e solicitou a GAMA Consultores Associados trabalhos para efetuar cálculos para o devido custeio, e assim o FEAS passou a ter como obrigação o repasse mensal de uma taxa ao Economus para custeio da

administração de seus planos. A incidência da taxa se iniciou em março de 2010, e foi feito o registro da receita de Taxa Administrativa no período de março a dezembro de 2010, no valor de R\$ 3.575. Assim, foi classificado um direito a ser recebido pela administração assistencial e reconhecida a receita de Taxa Administrativa. Em contrapartida, foi provisionada uma obrigação para o fundo contábil FEAS, que integra a gestão assistencial, que terá a obrigação de custear esta taxa.

Títulos e créditos a receber

Os valores demonstrados referem-se a direitos adquiridos que, a curto prazo se transformarão em ingressos de recursos ou abatimentos de recolhimentos tributários.

Composição dos saldos a receber:

Títulos e Créditos a Receber	2010	2009
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		
IRRF a compensar	11	2
INSS a compensar	222	222
PIS/ COFINS/CSLL a compensar	35	10
TOTAL	268	234
ADIANTAMENTOS		
Antecipação de ISS do mantenedor	39	41
Outros	0	0
TOTAL	39	41
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		
Saldo a receber referente a pagamentos efetuados	40	24
Outros	10	7
TOTAL	50	31
TOTAL DE CRÉDITOS A RECEBER	357	306

Provisões de eventos a liquidar

São contabilizados nesta rubrica, basicamente, os valores devidos ao SUS - Sistema Único de Saúde, referente à utilização da rede pública por parte dos usuários do Economus, e aos prestadores de serviços de assistência médica.

Provisões de Eventos a Liquidar	2010	2009
Valores a pagar aos prestadores	7.136	3.367
Valores a ressarcir ao SUS	458	-
TOTAL DE PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR	7.594	3.367

Débitos diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Débitos Diversos	2010	2009
FORNECEDORES DE SERVIÇO		
Contas a Pagar	97	84
TOTAL	97	84
OUTROS DÉBITOS A PAGAR		
Valores a devolver ao Mantenedor (a)	3.548	0
Valores a reembolsar à Gestão Previdencial (b)	4.646	1.646
Outros (c)	102	9
TOTAL	8.296	1.655
TOTAL DE DÉBITOS DIVERSOS	8.393	1.739

(a) Valores a devolver ao mantenedor

A partir de agosto de 2010, o Economus passou a receber as contribuições de usuários dos planos de assistência médica de direito do Banco do Brasil, ficando acumulado o valor de R\$ 3.548, a ser repassado ao banco.

(b) Valores a reembolsar à gestão administrativa previdencial

Correspondente às despesas estruturais (despesas necessárias para o funcionamento da atividade assistencial, tais como: despesas com pessoal, água, luz, telefone, etc.) da Gestão Assistencial a reembolsar à Gestão Administrativa Previdencial, no valor de R\$ 4.646, referente ao período de setembro a dezembro de 2010.

(c) Outros

Em dezembro de 2010, foram registrados como outras obrigações R\$ 102, que se refere a fornecedor de serviços pago pela Gestão Administrativa Previdencial.

Ativo e passivo não circulante

Nos sub-grupos ativo e passivo não circulantes são considerados, respectivamente, os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais. Os saldos são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. A movimentação está a seguir demonstrada:

	2009	Adições	Baixas	Atualização	2010
Depósitos					
Fiscais	128.290	1.874	-	6.267	136.431
Trabalhistas	6	18	-	3	14
Outras	13	-	-	1	
Sub total	128.309	1.892	-	6.271	136.472
Provisão					
Fiscais	144.639	2.123	-	5.115	151.877
Trabalhistas	6	18	-	3	27
Cíveis	458	-	(325)	35	168
Outras	13	-	-	1	14
Sub total	145.116	2.141	(325)	5.154	152.086
Total	16.807	249	(325)	(1.117)	16.264

Fiscais: são compostas basicamente de autos de infração PIS/COFINS e INSS, destacando-se.

PIS/COFINS REEMBOLSÁVEL: autos lavrados pela Receita Federal, questionando incidência e bases de recolhimento referente aos exercícios de 1996 a 2000. O Economus protocolou por meio de sua assessoria jurídica ação anulatória com pedido de antecipação de tutela em 2002. O processo foi julgado procedente para sua anulação em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação encontra-se pendente de julgamento. Contabilmente estão provisionados em 2010 o valor R\$ 106.389 (2009 - R\$ 103.049) e depositados judicialmente o valor de R\$ 94.780 (2009 - R\$ 89.892).

A atualização das provisões é inferior à dos depósitos, pelo fato do depósito judicial reembolsável sofrer atualização.

INSS: autos lavrados em 2004 e 2007, relacionados a contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente estão provisionados o montante de R\$ 11.416 (2009 - R\$ 10.552) e depositados judicialmente o montante de R\$ 7.934 (2009 - R\$ 7.467).

Mandado de Segurança: PIS/COFINS: o Economus embasa-

do na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, que julgou inconstitucional o parágrafo 1º, artigo 3º da Lei 9718/1998, que equiparava o faturamento à totalidade das receitas e exclusão das receitas financeiras da base de cálculo. Mandado de Segurança impetrado em 2006 teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser depositados judicialmente. Contabilmente estão provisionados o valor de R\$ 5.902 (2009 - R\$ 3.363) e depositados judicialmente o valor de R\$ 5.712 (2009 - R\$ 3.256).

Trabalhistas: são compostas por ações trabalhistas e acompanhadas por escritórios de advocacia especializados. Contabilmente estão provisionados o valor de R\$ 27 (2009 - R\$ 6) e depositados judicialmente o valor de R\$ 27 (2009 - R\$ 6).

Cível: são compostas por ações em andamento na justiça comum, com provisionamento de R\$ 168 (2009 - R\$ 458).

Outras: compostas de ações diversas contingenciais, basicamente seguro de vida. Contabilmente estão provisionados R\$ 14 (2009 - R\$ 13) e depositados judicialmente, R\$ 14 (2009 - R\$ 13).

Despesas administrativas

A composição das despesas administrativas é a seguinte:

Despesas Administrativas	2010	2009
Despesas Administrativas		
Despesas com Pessoal Próprio (a)	6.964	5.921
Despesas com Serviços de Terceiros	4.897	4.367
Despesas com Localização e Funcionamento	1.773	1.187
Despesas com Tributos	74	87
Provisão Para Contingências - Administrativas	830	588
Despesas Administrativas Diversas	242	63
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14.780	12.213

(a) Despesas com pessoal próprio

As Despesas com Pessoal Próprio são originadas na Gestão Administrativa Previdencial, sendo transferidas por meio de rateio a parcela correspondente à Gestão Assistencial. Seguindo as normas do novo plano de contas da Gestão Previdencial, constante na CGPC 28 de 26/01/2009, as despesas de honorários com conselheiros e dirigentes, que até 2009 eram registradas na rubrica "Serviços de Terceiros", passaram a ser contabilizadas como "Despesas com Pessoal Próprio" em 2010, motivando o aumento da despesa em análise.

Outras despesas operacionais

A partir de 2010, o FEAS passou a provisionar mensalmente uma taxa para custeio da administração de seus planos, motivando crescimento em relação a 2009.

Resultado financeiro líquido

São constituídos das atualizações líquidas mensais dos saldos das aplicações financeiras, dos depósitos judiciais e das provisões de custeio dos investimentos do FEAS, e este ressarci mensalmente à Administração Assistencial a título de taxa administrativa para gestão de seus investimentos. A apropriação dos valores ocorre de acordo com o fato gerador, em obediência ao regime de competência.

Garantias financeiras

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras prevêm a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

Em 22 de dezembro de 2009, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS publicou a RN nº 209/09, que revoga a RN nº 160/07, estabelecendo novas regras para constituição das provisões técnicas (provisão de risco, provisão de eventos a liquidar, provisão para eventos ocorridos e não-avisados, provisão de remissão e de dependência operacional) e do patrimônio líquido mínimo - Patrimônio Mínimo Ajustado - P.M.A. As provisões para eventos ocorridos e não avisados e provisão de remissão não são aplicáveis conforme descrito na nota explicativa nº 2. A provisão de Risco e de Dependência Operacional não são

aplicáveis pois foram extintas pela RN nº 208/09 e RN nº 227/10 expedidas pela ANS.

a. Recursos próprios mínimos

i. Patrimônio mínimo ajustado

De acordo com o Art. 3º da RN 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da OPS ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% - no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma onde são definidos coeficientes de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 5.244.

A parcela a ser observada pelo Economus em dezembro de 2010 é de R\$ 1.007, representando a parcela mínima de 36/72 (trinta e seis setenta e dois avos) obtido da seguinte forma:

- Capital Base x fator "K"

$$\begin{array}{r} 5.244 \\ 38,39\% \\ \hline 2.013 \end{array}$$

- Parcela a ser observada em dezembro de 2010

$$\begin{array}{r} 2.013 \\ 36/72 \\ \hline 1.007 \end{array}$$

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois ao final do exercício 2010 seu capital totalizou R\$ 285.073. Ainda conforme a RN 209, art. 6º, o cálculo do PMA deverá ser observado até dezembro de 2013, quando será substituído pela margem de solvência.

ii. Margem de solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficarão submetidas à Margem de Solvência para verificar se a capacidade do patrimônio será necessária para operar no mercado da saúde.

b. Provisões técnicas

De acordo com a RN nº209 da ANS, o Economus por contemplar somente planos de saúde na categoria de preços pós-estabelecidos, fica liberado da constituição das provisões técnicas, a exceção da PEL - Provisão de Eventos a Liquidar, sendo necessário apenas observar o Patrimônio Mínimo Ajustado. Informações Gerais

Informações gerais

a. Com o compromisso de contribuir para uma sociedade melhor, o Economus adota uma nova maneira de conduzir

seus negócios, levando em consideração a responsabilidade social e ambiental.

Desde 2007, quando aderiu ao PRI (Princípios para o Investimento Responsável), o Economus observa, continuamente, os Princípios de Responsabilidade Sócio-ambiental, que fazem parte dos Princípios para o Investimento Responsável - PRI.

b. O saldo da rubrica Provisão de Eventos a Liquidar em 31/12/2009, difere do DIOPS de 2009, em virtude do ajuste da prática adotada com a nova planificação contábil da ANS.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores do
Economus - Instituto de Seguridade Social
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Economus - Instituto de Seguridade Social que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Economus - Instituto de Seguridade Social é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Economus - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis consolidadas de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade do Instituto. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada do Instituto, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do fluxo de caixa, da mutação do patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

São Paulo, 31 de março de 2011

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP014428/O-6

ZENKO NAKASSATO
Contador CRC 1SP160769/O-0

FERNANDO ANTONIO RODRIGUES ALFREDO
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do ECONOMUS Instituto de Seguridade Social, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XIII do Artigo 21 do seu Estatuto, examinaram as demonstrações Contábeis de 2010 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidado e por Plano, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado, Demonstração do Ativo Líquido por Plano e Demonstração das Obrigações por Plano) acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e as informações Contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, nas reuniões promovidas no período sob exame e nos pareceres da KPMG Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como nos Relatórios de Avaliação Atuarial elaborados pela Gama Consultores Associados, o Conselho Deliberativo concluiu que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição.

O Conselho Deliberativo destacou o trabalho realizado na gestão do Economus com vistas a sustentabilidade da empresa.

São Paulo, 31 de março de 2011.

ANTONIO AMOS MASTRANGI
Membro

ANTONIO SERGIO RIEDE
Membro

JOSÉ CAETANO DE A. MINCHILLO
Membro

SÉRGIO IUNES BRITO
Presidente

ITAMAR DE SOUZA MENEZES
Membro

LEVI GOMES DE OLIVEIRA
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 45 de seu Estatuto, examinou as Demonstrações Contábeis de 2010 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidado e por Plano, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativo Consolidado, Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano, e Demonstrac o das Obriga es por Plano) acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e as informa es contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstrac o do Resultado, Demonstrac o de Fluxo de Caixa e Demonstrac o da Muta o do Patrimônio Social).

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administra o, nas reuniões promovidas no período sob exame e no parecer da KPMG Auditores Independentes, bem como Relatórios de Avalia o Atuarial elaborados pela Gama Consultores Associados, o Conselho Fiscal concluiu que as Demonstra es Contábeis refletem adequadamente a situa o patrimonial e financeira da institui o.

O Conselho Fiscal concluiu seu parecer destacando o comprometimento de administradores e funcionários, associados e patrocinador e salienta a necessidade de se intensificar os esforços da institui o na busca da sustentabilidade da empresa.

São Paulo, 30 de março de 2011.

MARCELO GOLÇALVES FARINHA

Membro Suplente

ANTONIO SAB IA BARROS JÚNIOR

Membro Suplente

ANTONIO CÉSAR DE A. BITTENCOURT

Membro Suplente

FRANCISCO VIANNA DE O. JUNIOR

Presidente



Central de Relacionamento

Tel : (11) 3464-7700

www.economus.com.br

Rua Quirino de Andrade, 185 - Centro CEP
01049-902 - São Paulo - SP

